CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS – DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO

ATIVISMO DE BAIRRO E PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONQUISTA DO ESPAÇO DO CIDADÃO:

uma experiência a partir do Coque – Recife/PE

Mestranda: Débora Virgínia Ferraz de Oliveira
Orientador: Professor Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho

RECIFE 2010

AUTORA

Débora Virgínia Ferraz de Oliveira

ATIVISMO DE BAIRRO E PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONQUISTA DO ESPAÇO DO CIDADÃO: uma experiência a partir do Coque – Recife/PE

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Geografia

Orientador: Professor Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho

Recife, 30 de março de 2010

Oliveira, Débora Virgínia Ferraz de

Ativismo de bairro e participação popular na conquista do espaço do cidadão : uma experiência a partir do Coque – Recife/PE / Débora Virgínia Ferraz de Oliveira. – Recife: O Autor, 2010.

139 folhas : il., fig., graf., tab., quadros.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2010.

Inclui: bibliografia, anexo e apêndices.

1. Geografia. 2. Espaços públicos. 3. Cidadania. 4. Participação social. 5. Movimentos sociais. 5. Comunidade – Organização. I. Título.

911	**CDU (2. ed.)**	**UFPE**
		BCFCH2010/36
910	**CDD (22. ed.)**	

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DEM GEOGRAFIA

DÉBORA VIRGÍNIA FERRAZ DE OLIVEIRA

Título: "ATIVISMO DE BAIRRO E PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONQUISTA DO ESPAÇO CIDADÃO: UMA EXPERIÊNCIA A PARTIR DO COQUE-RECIFE/PE"

BANCA EXAMINADORA

TITULARES:

Orientador: _____
Prof. Dr. Claudio Jorge Moura de Castilho

1º. Examinador: _____
Prof. Dr. Maria do Carmo de Albuquerque Braga (CONDEPE/FIDEM)

2º. Examinador: _____
Prof. Dr Paulo Henrique Lima de Oliveira (FATE/CE e FAC/CE).

APROVADA em 30 de março de 2010.

RCMS

Às essências da vida e da luta de todos os dias, que ambas sejam eternas**!**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que me ajudaram direta e indiretamente à sua conclusão. Pessoas que, através de explanações de pensamentos e de afeto, fizeram com que alguns momentos de inspirações para a execução desta dissertação tomasse alguma forma: seja em palavras, ou em frases escritas ou até mesmo em reflexão.

Essas pessoas têm nomes, e creio que, com as devidas licenças poderei citá-los neste momento de felicidade, instigação e angústia. Sendo assim, agradeço ao professor Castilho, a quem eu tento chamar de Claudio, mas não consigo, embora tenha liberdade para isso. Professor, obrigada pela confiança e por acreditar em mim.

À Profª Drª. Maria do Carmo A. Braga, pela sua contribuição a este trabalho; e principalmente por estar, mais uma vez, presente em um momento decisivo em minha vida. Obrigada professora.

À minha flor, Mainha, dona Luzia por ter na ponta da língua as palavras certas que cabem em mim, e pelo cafuné nas horas difíceis. Às sabias palavras da minha vó que me fizeram, muitas vezes, encontrar meu eixo.

Aos amigos de sempre e de todas as horas: Cacau, Priscila, Christianne, Felippe, Talitha, Rubio e Keilha. Essas pessoas são de fato inspirações para mim. Às minhas parceiras de momentos memoráveis: Luciana e Kilma. Aos amigos de agora: Allison, Elton, Wostu, Neto, Ana, Brenda, Lia e Jonas (tem mais por aí). À Gabi que não é amiga de agora, mas será de sempre.

Ao MSEU (Grupo de Pesquisa sobre os Movimentos Sociais e Produção do Espaço Urbano), pelos debates e discussões de idéias que me alimentaram e nutriram minha pesquisa.

Aos moradores do Coque, comunidade muito conhecida na cidade do Recife! Será mesmo? Vi um outro Coque desvelar-se sobre mim. Aquela Comunidade pobre e violenta, veiculada pela mídia local, existe. Porém, seria hipocrisia de minha parte deixar escrito tal clichê a respeito do Coque.

Lá existe a esperança, a luta de todo dia pela cidadania. Lá também existe dona Maria, dona Tereza, Nado, Procópio, identidades; pessoas trabalhadoras do dia-dia recifense. Existe Thauane e Tharles pequenos moradores, que seguraram em minhas mãos para levar-me à casa de Betânia, menina que cuida da biblioteca do lugar.

Agradeço ao MABI (Movimento Arrebentando Barreiras Invisíveis), aqui representado por Procópio e Ridivânio. O MABI é um grupo de guerreiros moradores do Coque, formado por cidadãos, sua maioria de jovens, interessados em (re)construir o cotidiano do coque e da cidade. Um cotidiano que se traduz em processos de lutas constantes contra a exclusão social, uma barreira invisível aos olhos da hipocrisia e da ignorância conscientes existentes não só em nossa cidade.

O que seria do Recife sem as lutas sociais dos moradores de bairros pobres? Por isso agradeço aos Movimentos Sociais de Bairro da Cidade do Recife, por terem deixado o legado das lutas sociais que alavancaram a nossa cidade em termos de construção da cidadania. Espero que cada recifense tenha noção disso, que cada recifense tenha a noção do seu direito à cidade, e que cada recifense lute por ele!

Agradeço também aos técnicos da prefeitura do Recife (Paulinho, Pedrinho e Rodrigo Callou), por terem facilitado meu trabalho, disponibilizando materiais, suas falas, "seus" espaços, sem burocracia alguma; e pelas caronas aos lugares de difícil acesso ao longo das plenárias do Orçamento Participativo (OP). Para realizar esta pesquisa precisei realmente estar no cerne desse corpo gestor.

À colega Profª Maria José Vitoriano Serrano, cuja dissertação também foi orientada pelo professor Castilho. Maria José já não está entre nós, mas escreveu, através da geografia, a história de luta de populações carentes do Recife.

Por fim, agradeço a todo o corpo da Pós-Graduação do curso de Geografia da UFPE, pela honra que me foi concedida à realização e validação deste trabalho com as honras do mestrado; e à FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco) pela assistência e por possibilitar, através do apoio e concessão de bolsa de pós-graduação, à aquisição de fins materiais utilizados no intuito da realização da presente pesquisa.

RESUMO

A produção do espaço se realiza através da tensão entre os diferentes atores sociais, portanto, faz-se necessário que os movimentos sociais tornem-se instrumentos de transformação desse espaço, visando algo mais. É nesse sentido que caminha o presente trabalho. Acredita-se que as mudanças na apropriação do espaço dar-se-ão através da transformação dos ativismos em movimentos sociais a partir de um caráter mais amplo das ações, que agrupem lutas permanentes das populações pobres. O papel atual dos movimentos sociais no processo de construção de territórios e de lugares, como espaços da cidadania que lhes garantam a participação concreta na gestão da cidade, de forma alternativa, caracteriza um ponto central nesta discussão. É importante salientar que este é um trabalho que visa à (re)valorização do papel importante desempenhado pelos movimentos sociais, no caso, o ativismo de bairro, na organização do espaço urbano recifense, bem como, a análise do comportamento e da organização das populações pobres no processo permanente de conquistas do "espaço do cidadão", destacando o que já se tem feito no sentido da produção de um espaço urbano mais justo. Buscou-se a inspiração através da experiência do Coque, comunidade pobre da cidade do Recife, que está no cerne desta reflexão por se tratar de um lugar que se "solidificou" num processo histórico das lutas urbanas do Recife, passando por várias fases da organização social. Outro ponto que nos chama a atenção na experiência do Coque são os inúmeros projetos existentes naquele lugar, de iniciativa da própria população, junto a uma "rede de amigos" ou formalmente chamada de "rede de promoção social", significando o outro lado da moeda que chamamos de contra-discurso frente ao ativismo popular institucionalizado pelo poder publico a partir de mecanismos legais de participação. Tal projeto inclui a universidade, entidades educativas e outras comunidades, sob a égide da apropriação do direito à cidade e da cidadania. Ainda, no bojo da pesquisa, a discussão sobre a relação existente entre o poder público e o movimento se dá a partir do ideário da participação popular, através da utilização de um mecanismo legal de participação, o Orçamento Participativo, uma vez que este constitui uma experiência em que nas relações de poder, a organização do território é constitutiva do processo de organização sócio-espacial responsável pelo formato da organização popular nos bairros que se tem hoje, em maior expressão na cidade. Do ponto de vista da metodologia, este trabalho foi realizado a partir de dois momentos: o primeiro momento se deu através de embasamento e discussão teórico conceitual sobre os conceitos de "espaço do cidadão", "Movimentos Sociais" e sua delimitação para as abordagens da escala conceitual de "ativismo de bairro e ativismo a partir do bairro", e " Identidade territorial" , por esta se tratar de uma discussão valorizada pelo ponto de vista geográfico. O outro momento que remete a metodologia foi elaborado a partir dos trabalhos de campo, que se dividiu a partir da delimitação dos espaços a serem explorados: o espaço de participação popular elaborado pela prefeitura, e o Coque. Identificaram-se no Coque, algumas conquistas a partir de alguns objetos concretos como calçamento de ruas, construção de postos de saúde, escolas. Objetos pontuais que remetem às necessidades básicas do cotidiano tantos do morador do coque com o da maioria da população pobre do Recife. Estas conquistas (re)significam à população local, o que se poderia chamar de pequenos ganhos. Embora essas conquistas sejam imediatistas e pontuais, poder-se-ia ter-las como base, ponto de partida à construção do espaço do cidadão.

Palavras chave: Ativismo de bairro, Espaço do cidadão, Participação popular, Lugar Coque

ABSTRACT

If the production of space takes place through the tension between the different social agents, it is necessary that social movements become instruments of transformation. That is the spirit of this work. It is believed that changes in ownership of the space to be held through the transformation of activism of the social movements with a wider character, which involve permanent struggles of the poor. The current role of social movements in the construction of territories and places, as spaces of citizenship that assure them a genuine participation in the management of the city, an alternative way. Features a central point in this discussion. Is Important to note that, this work is aims to upgrade of the important role played by social movements, in this case, neighborhood activism, in the organization of Recife urban space, as well as the analysis of behavior and organization of poor populations in the permanent achievements of "the citizen's place," highlighting what has already been done for the production of a fairer urban space. We tried to inspiration through Coque experience, a poor community of Recife city, which is the heart of this reflection because it is a community that is "solidified" in a historical process of urban struggles in Recife, passing through several stages of social organization. Another point which draws attention to the Coque experience are the several existing projects, initiative of the population, with a "friends network", formally called a "network of social promotion," meaning the other side of the coin, that is a speech against the institutionalized popular activism. The project includes the university, educational bodies and other communities under the protection of the right to citizenship and the city. Still in the research, the discussion of the relationship between the government and the movement starting from the ideal of popular participation, in the sense of using a legal mechanism for participation, "Participatory Budgeting", since it is an experience where power relations, the organization of the territory it is part of the process of socio-spatial organization, responsible for the shape of popular organization in neighborhoods with higher expression today in the city. From the viewpoint of methodology, this work was carried out from two points: the first time was the result of theoretical foundation and conceptual discussion on the concepts of "space" citizen, "Social Movements" and its definition to the approaches of conceptual level of "neighborhood activism and activism from the neighborhood," and "territorial identity", in that it is valued by a discussion geographically. The other moment which refers to the methodology was based on field work, which split from the delimitation of the spaces to be explored: the area of popular participation created by the city, and Coke. Identified in the Coque, some gains from some concrete objects such as paving streets, building health clinics, schools. Specific objects that recall the basic needs of daily life of so many lives in the coke with the majority of the poor in Recife. These gains (re) means the local population, which might be called small gains. Although these benefits are immediate and specific, one would have them as a base starting point for the construction of the citizen's place.

Keywords: neighborhood activism, space citizen, popular participation, Coque

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 -	UM DIÁLOGO ENTRE SEU ISAÍAS, LIDERANÇA DE UMA COMUNIDADE DE MORADORES, E O ATUAL PREFEITO DA CIDADE DO RECIFE, DURANTE A SESSÃO DE UMA PLENÁRIA TEMÁTICA: COBRANÇA....	47
FIGURA 2	O MOMENTO DA ESCOLHA - 1: A SOLUÇÃO ESTÁ NAS MÃOS DO POVO!.....	60
FIGURA 3	O MOMENTO DA ESCOLHA - 2:A SOLUÇÃO ESTÁ NAS MÃOS DO POVO!.....	61
FIGURA 04	LOCALIZAÇÃO ESPACIAL DO COQUE.....	77
FIGURA 5	LOCALIZAÇÃO SOCIO-ESPACIAL DO COQUE: FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL.....	78
FIGURA 06	AREINHA: LUGAR DE CIDADÃOS DO COQUE.....	81
FIGURA 07	CROQUI DAS REPRESENTAÇÕÕES SIMBÓLICAS DOS OBJETOS ESPACIAIS CARACTERIZANDO AS VARIAS FACES DO COQUE.....	90
FIGURA 08	IMAGEM AÉREA COM AS DELIMITAÇÕE DO COQUE.....	91
FIGURA 09	VILA, UM TERRITORIO DO COQUE.....	92
FIGURA 10	AREINHA UM TERRITORIO DO COQUE, CONHECIDA PELAS SUAS PALAFITAS.....	93
FIGURA 11	REALEZA, UM TERRITORIO DO COQUE, INSERIDO NO BAIRRO DE SÃO JOSÉ.....	94
FIGURA 12	AREINHA, UM TERRITORIO MAIS NECESSITADO DO COQUE	108
FIGURA 13	RUA H, LOCALIZADA NA VILA, “RUA DE DONA RISOLENE”	112
FIGURA 14	PAVIMENTAÇAO E DRENAGEM DE RUAS DA LOCALIDADE DE REALEZA	113
FIGURA 15	PAVIMENTAÇAO E DRENAGEM DE RUA NA LOCALIDADE DA VILA	114

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 -	MS TRADICIONAIS X NMS.....	26
QUADRO 02 -	ALGUMAS FORMAS E PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	41
QUADRO 03	PLENÁRIAS TEMÁTICAS E REGIONAIS.....	46
QUADRO 04	ENTIDADES LOCALIZÁVEIS NO COQUE	103
QUADRO 05	PRINCIPAIS OBRAS/AÇÕES DIRECIONADAS AO COQUE NOS ÚLTIMOS ANOS	110

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	RECIFE EM NUMEROS.....	79
TABELA 02	QUESTÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO COQUE.....	102
TABELA 03	AÇÃO ELEITA NO COQUE PARA O ANO DE 2010	115

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	PALAVRAS-CHAVE LIGADAS A ESSÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	34
GRÁFICO 2	GRÁFICO COMPORTAMENTAL DA TRAJETÓRIA EVOLUTIVA DOS MS SEGUNDO BLUMER.....	39
GRÁFICO 03	PALAVRAS-CHAVE VINCULADAS À PRÁTICA PARTICIPATIVA.....	44
GRÁFICO 04	DISTRIBUIÇÃO DAS PRIORIDADES DO O.P PARA O ANO DE 2010 POR MICRORREGIÃO.....	52
GRÁFICO 05	PRIORIDADES NAS PLENÁRIAS, 2001 A 2007.....	59
GRÁFICO -06	ESQUEMA PALAVRAS-CHAVE QUE CONVERGEM AO TERMO IDENTIDADE.....	72
GRÁFICO 07	REPRESENTAÇÃO RELACIONAL DA IDENTIDADE TERRITORIAL A PARTIR DE DUAS CONCEPÇÕES.....	73
GRÁFICO 08	PROBLEMAS DE SANEAMENTO: RPAS SEM ÁGUA.....	82
GRÁFICO 09	PROBLEMAS DE SANEAMENTO: RPAS SEM INSTALAÇÕES SANITÁRIAS.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
FEAC	Federação de Entidades Associação Comunitária
FLACSO	Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais
MABI	Movimento Arrebentando Barreiras Invisíveis
METROREC	Metrô do Recife
MS	Movimentos Sociais
MSU	Movimento Social Urbano
NEIMFA	Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis
NMS	Novos Movimentos Sociais
ONG	Organizações não Governamentais
OP	Orçamento Participativo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PREZEIS	Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PIRT	Plano de Investimentos Regionalizados
RPA	Regiões Político-Administrativas
RI	Regimento Interno
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

RESUMO
ABSTRACT
LISTA DE FIGURAS
LISTA DE QUADROS
LISTA DE TABELAS
LISTA DE GRÁFICOS
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

1 À GUISA DE INTRODUÇÃO..... 15

2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO..... 24

2.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS À DELIMITAÇÃO DO CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAIS: OS CAMINHOS POR ONDE PERPASSAM ESTA ABORDAGEM TEÓRICA..... 24

2.2 OS MOVIMENTOS SÓCIOESPACIAIS: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS INTERVENÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS COM A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO VIVIDO..... 28

2.2.1 Ativismo de bairro e ativismo a partir do bairro: por ações populares que ultrapassem a escala do lugar..... 32

2.3 O MOVIMENTO SOCIAL E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO PELO PODER PÚBLICO: UMA RELAÇÃO HÍBRIDA..... 36

2.4 QUANDO A GESTÃO URBANA VIRA ASSUNTO DO POVO: A PARTICIPAÇÃO POPULAR..... 40

2.4.1 Participação popular: a experiência do orçamento participativo..... 42

2.4.2 O OP: pequenos ganhos de autonomia?..... 48

2.5 O PROCESSO DE GESTÃO URBANA DA CIDADE DO RECIFE A PARTIR DA PERSPECTIVA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR..... 55

2.5.1 O Rio, o Asfalto, o Morro e a Casa: Recife é a Cidade do Saneamento, da Pavimentação, da Contenção de Encostas e da Habitação..... 58

3 ESPAÇO DO CIDADÃO: O PROTAGONISMO E O PONTO DE VISTA GEOGRAFICO..... 64

3.1 E ESSE ESPAÇO DO CIDADÃO?..... 64

3.1.1 A Dimensão da Cidadania: Uma Questão de Protagonismo..... 66

3.1.1.1 Quem é de fato protagonista?..... 67

3.2 O LUGAR DE VIVÊNCIA COMO PONTO DE PARTIDA À ORGANIZAÇÃO SÓCIOESPACIAL..... 68

3.3 A IDENTIDADE TERRITORIAL COMO UM INSTRUMENTO VIABILIZADOR À CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DO CIDADÃO..... 71

3.4.1 Entre os Limites do Rio Capibaribe e da Linha do Trem: O Coque..... 76

4 A ORGANIZAÇÃO SÓCIOESPACIAL DOS MORADORES DO COQUE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DOS SEUS MORADORES COMO ALTERNATIVA À CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DO CIDADÃO..... 84

4.1 UM RECORTE NO TÊMPORO-ESPACIAL DAS LUTAS DO COQUE PELO DIREITO À CIDADE..... 84

4.2 DELIMITAÇÃO OBJETIVA X DELIMITAÇÃO SIMBÓLICA: EM QUE ISTO INTERFERE NA PARTICIPAÇÃO DO COQUE?..... 89

4.2.1 Caracterização dos Objetos Sócio espaciais Revelando as Varias Faces do Coque..... 89
4.2.2 A Delimitação Simbólica do Coque..... 95
4.2.3 A Delimitação Objetiva do Coque..... 97

4.3 AS CONQUISTAS CONCRETAS DO ATIVISMO DE BAIRRO NO COQUE EM VISTA DA CONSTRUÇAO DO ESPAÇO DO CIDADÃO 99

4.3.1 Atualidades do Ativismo de Bairro no Coque 99
4.3.2 Aspectos Atuais do Processo de Participação no Coque 105
4.3.3 Conquistas Concretas do Ativismo de Bairro no Coque 110

4.5 A PARTIR DO COQUE : OS LIMITES IMPOSTOS À CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DO CIDADÃO NA AUTO-GESTÃO URBANA LOCAL 116

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 119

REFERÊNCIAS 123

APÊNDICES 127

ANEXOS 139

1 À GUISA DE INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de inquietações e questionamentos colocados acerca do papel de uma das formas de manifestação dos movimentos de bairro, o chamado ativismo de bairro de populações pobres do Recife no processo de construção do seu lugar de vida, na busca do espaço do cidadão. É importante ressaltar a relevância das ações dos movimentos sociais de bairro nesse processo, na medida em que, através delas, poder-se-á garantir mudanças das condições de vida dos seus moradores, mediante estratégias de articulação dos seus interesses com os da cidade como um todo.

Nesse sentido, o ativismo de bairro é uma prática socioterritorial que poderá ter, enquanto movimento social, um papel essencial na conquista de uma organização espacial mais justa, que garanta a vivência de elementos da democracia direta no planejamento e gestão da cidade; sobretudo se constituírem, pelo menos como meta, projetos autonomistas de vida que possam ir além de meras ações reivindicativas parciais e limitadas.

As democracias representativas ocidentais não eram vistas, segundo nos lembra Souza (2002), pelo filósofo greco-francês Cornélius Castoriadis como verdadeiras democracias, mas como oligarquias liberais, ante a separação estrutural entre uma minoria de dirigentes e uma maioria de dirigidos. Portanto, ele colocava o projeto de autonomia como uma alternativa à alienação originada pela democracia representativa, o que veio a influir na idéia de uma radicalização da participação popular no planejamento e na gestão urbanos.

Este trabalho procura, assim, demonstrar o comportamento atual do ativismo de bairro na cidade do Recife, a partir da experiência do Coque, traçando um perfil de suas limitações e potencialidades referentes, notadamente, à participação dos moradores deste lugar no processo de produção do espaço urbano.

Será, assim, destacado o papel das populações pobres como atores na busca da concretização de um processo gradual de desenvolvimento socioespacial, o que só será possível com autonomia[1], sendo esta uma base, "um horizonte de pensamento e ação a

[1] A autonomia corresponde a um princípio ético e político o qual não define o conceito de desenvolvimento, mas justamente propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer (segundo as

estimular um caminhar marcado por dissensões, sobre a base do agir comunicativo e com o concurso de uma razão crítica" (CASTORIADIS 1982, apud SOUZA, 2002, p. 62).

Para um momento de reflexão deste trabalho, acha-se interessante e sugestiva, a abordagem da dimensão pedagógica, tendo como base a idéia de autonomia como ferramenta necessária que aponte caminhos radicalmente diferentes. Ou seja, identificar nas ações das pessoas organizadas, elementos que direcionem os moradores do Coque à criação de canal alternativo que garanta ações de ordem permanente, condição fundamental para uma mudança do "ativismo de bairro" para um "ativismo a partir do bairro" e, por seu turno, bem como para a cidadania.

Partir-se-á da análise do papel desse ativismo de bairro em relação a um mecanismo legal de participação popular como o Orçamento Participativo (OP), com o objetivo de perceber se a participação da sociedade civil nas ações e políticas públicas, protagonizadas pelo aparelho do Estado, constituiu-se em conquistas que direcionaram as populações a darem saltos consideráveis na busca de "algo a mais".

Atualmente, as organizações de bairro no Recife, como nas demais cidades do Brasil, refletem a chamada crise dos movimentos sociais, iniciada na última década do século XX. E, apesar das conquistas socioterritoriais empreendidas, como certa conscientização e aquisição de direitos sociais, ainda encontram graves limitações concernentes à capacidade de mobilização e ao bloqueio da dimensão pedagógica dos movimentos, cujo resgate é essencial para que o ativismo recupere a verdadeira natureza dos movimentos sociais. Ou seja, garantindo à sociedade civil, aos setores de baixa renda analisados, acréscimos de ganhos em termos de participação não só em prol de questões pontuais, como também de reivindicações mais amplas.

Na Geografia, principalmente nos estudos do espaço urbano da atualidade, tem-se tornado, novamente, bastante relevante a observação e análise dos movimentos sociais sob a forma dos ativismos de bairro, considerando a importância da sua conjuntura política, econômica e sociocultural nas cidades brasileiras nos últimos anos.

---

particularidades de sua cultura) o conteúdo concreto do desenvolvimento. (CASTORIADIS, 1982, apud SOUZA, 2002, p. 62).

Esses estudos tiveram destaque, especialmente, a partir de meados das décadas de 1970 e 1980, um momento 'auge' dos ativismos de bairro no Brasil. Entretanto, logo após a década de 1990, com sua crise, os ativismos de bairro perderam muito de sua força política e vitalidade, tendo sido por isto preterido pelos pesquisadores por algum tempo.

Trazendo esse contexto ao espaço urbano do Recife, uma das cidades que merece destaque no contexto histórico das mobilizações sociais por melhoria das condições de vida e de habitação no Brasil, vê-se que, hoje, mesmo com o chamado declínio do ativismo de bairro, a cidade ainda constitui-se como palco de experiências de gestão urbana participativa.

Esta participação, todavia, não viabiliza uma interlocução coerente que possibilite aos atores estudados protagonizarem suas ações de forma mais ampla.

Os atores mais expressivos desse ativismo são as populações residentes em áreas pobres da cidade, as quais, apesar de enfrentarem muitos entraves ao seu desenvolvimento, protagonizam a possibilidade de fazerem a própria leitura do ambiente em que vivem, consolidando as suas ações. Embora, atualmente, essa leitura não seja feita, em geral, de forma criticamente ampla[2], vale a pena ressaltar a importância de uma apropriação, por parte desses atores, da política de participação popular através de mecanismos legais na construção de um espaço urbano mais justo.

O objetivo central deste trabalho foi, a partir do Coque, investigar o papel atual do ativismo de bairro em lugares pobres do Recife no que tange a abrangência das reivindicações e ações que de fato promovam a conquista de um espaço urbano mais justo, a fim de verificar em que medida se está encaminhando em direção à construção do espaço do cidadão enquanto meta a ser alcançada.

A partir daí, reabre-se, portanto, um espaço para debate sobre o poder e as escalas de ação do ativismo de bairro, no que tange aos processos de participação e intervenção da população pobre do Recife nas práticas de gestão urbana, tendo como análise inicial uma experiência a partir da comunidade do Coque.

[2] "Neste sentido, o ativismo de bairro, enquanto movimento social ajudou a pensar crítica e politicamente as formas de organização, planejamento e gestão da cidade, bem como sobre as desigualdades socioespaciais e a segregação residencial" (SOUZA, 2004, p. 84).

Destaca-se o processo de autoconstrução do espaço de moradia, visando à conquista do solo urbano. Ou seja, autoconstrução que se dá pelo processo de organização social levando as populações locais a se apropriarem de discursos e ações de maior amplitude e escala, excedendo os limites do bairro em termos de conquistas. Esse processo espelha-se em saltos significativos concernentes à escala de ações e de resultados concretos alcançados no próprio lugar de vivência. Ou seja, escalas de ações que vão, segundo Sousa, do "ativismo de bairro" para um "ativismo a partir do bairro"[3].

Considera-se neste estudo, atualmente, a eficácia dos mecanismos legais de participação popular nos projetos de gestão urbana que tem no OP um fator viabilizador de uma organização social inicial, visto que, de certa forma, legitima e propicia uma discussão dos usos dos recursos públicos direcionados aos bens coletivos.

É preciso deixar claro que não se ignora aqui os elementos limitadores e até mesmo desarticuladores dos movimentos sociais, propiciados por essas ferramentas de gestão participativa. Oliveira (2003, p. 126) reitera a crítica feita, por parte da esquerda, "que aponta o OP como responsável por um esvaziamento da luta de classes e de outros *fronts* da intervenção popular na política, por concentrar as energias participativas na disputa de um orçamento*"* insignificante.

Essa dinâmica do ativismo de bairro, a qual Souza chama de "ciclo de vida" dos ativismos de bairro, refere-se ao fato segundo o qual após uma fase inicial de mobilização, há uma outra em que as reivindicações eram atendidas. Então as pessoas se desmobilizavam, levando ao seu declínio posterior. A exemplo do OP, este ciclo é caracterizado pelas reuniões concentradas em uma noite, em que os moradores do lugar se organizam e se mobilizam em torno das obras a serem votadas e logo, posteriormente, desarticulam-se.

Diante do quadro atual em que se encontram as mobilizações populares por melhorias de vida na cidade, indaga-se acerca de algumas questões pertinentes e importantes para a discussão ao longo deste trabalho.

[3] Souza faz uma breve distinção, a partir da amplitude das ações dos movimentos sociais, entre os movimentos que caracterizam o "ativismo a partir do bairro" (de caráter mais complexo e amplo) e o "ativismo de bairro" (que se refere às ações mais pontuais acerca dos problemas que restringem a delimitação do bairro, da rua etc.).

A primeira questão remete-nos ao caráter temporal, às escalas e à orientação das ações do ativismo de bairro, que vislumbre perspectivas de construir um discurso mais amplo que vise à construção do espaço do cidadão enquanto meta. Portanto, se isso acontece, pode-se dizer que o ativismo de bairro que se tem hoje conseguirá implementar mudanças de caráter mais amplo e positivo que levem as suas populações pobres à conquista de um espaço urbano mais justo?

A segunda questão refere-se ao poder que as pessoas organizadas do Coque têm sobre o que vai prevalecer no processo de decisão relacionado à construção de seu espaço de vida, como infra-estrutura urbana e bens de serviços coletivos (saúde, educação etc.). Sendo assim, qual o poder real de decisão da população organizada dos moradores do Coque no processo de gestão de seu lugar de vida?

Outra questão, não menos importante, indaga em que medida os mecanismos de participação popular que se tem hoje em maior expressão, como o Orçamento Participativo, e podemos citar também o PREZEIS (Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social), podem ser considerados como fatores viabilizadores de uma organização social mais ampla?

Uma outra questão refere-se à existência ou não de elementos que levam a população local a pensar e executar suas ações com conhecimento de causa e acesso à informação, fundamentais a uma ação consciente. Em que medida existe um caráter diferente no comportamento das ações desses grupos sociais que, a partir de uma dimensão pedagógica orientadora, direcione a população a afirmar um discurso concreto de cidadania na busca da mudança das suas condições reais de vida?

Acredita-se que as novas formas de participação da população nos projetos de gestão urbana viabilizam, ainda que de forma tímida e não generalizada, uma organização social de caráter reivindicatório significativo, cujo propósito das reivindicações, mesmo que pontuais, por melhorias das condições básicas de moradia, seriam necessários à construção de um espaço urbano mais justo.

Porém, levando em consideração os pontos principais expostos acima, cabe-nos elaborar e pensar na hipótese de que: para que se dêem saltos mais altos em termos de conquistas mais significativas, que levariam as populações a ultrapassar os limites

reivindicatórios do bairro para o "além bairro" seria preciso mudar as formas de participação, tendo como base a existência de elementos encontrados no próprio lugar, e a partir dele, que levem essas populações a afirmarem ações em direção ao espaço do cidadão, pelo menos enquanto meta a se alcançar.

Essa pesquisa está situada no campo da geografia humana, sobretudo a partir da ótica de uma micropolítica direcionada à análise das organizações sociais diante da possibilidade de intervenção na gestão do espaço urbano de forma criativa, utilizando-se de meios que garantam uma atuação participativa, do ponto de vista da democracia representativa.

Contudo, presta-se, como questão inicial para o desenvolvimento dessa análise, a eficácia das ações das pessoas organizadas na criação de canais que viabilizem de fato uma participação de caráter mais amplo contemplado por um ativismo permanente, que direcione as populações pobres do Recife a conquistas contínuas em direção ao espaço do cidadão, a se chegar, alcançar.

A construção do Espaço do cidadão é um ponto, um horizonte estabelecido por nós nesse projeto, a fim de saber se essas populações, a partir do que já foi feito em termos de conquistas, estão direcionando a algo mais, que ultrapasse o pontual, o imediato.

Para tanto, traçamos algumas ações metodológicas, divididas em dois momentos, no intuito de um direcionamento coeso ao esclarecimento das hipóteses a serem trabalhadas. O primeiro momento corresponde à realização de uma analise mais aprofundada, em termos de discussão de alguns aportes teóricos e conceituais fundamentais no ponto de partida inicial:

- Embasamento e discussão teóricos e conceituais sobre as abordagens feitas acerca do "espaço do cidadão"; "ativismo de bairro e ativismo a partir do bairro"; "participação".
- Levantamento e análise quantitativa acerca das condições referentes à renda, população, bens de serviços coletivos, através do Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife (2005), do Banco de Dados das Zeis (BDZeis, 2007) e documentos do OP. Com o intuito de acompanhar o processo de desenvolvimento da área.

O segundo momento refere-se à análise empírica, sendo esta necessária e importante para a comprovação de algumas hipóteses colocadas:

- Participação de reuniões oficiais nos órgãos públicos, bem como nos lugares de estudo (associação de moradores, plenárias regionais), com o intuito de acompanhar os processos de gestão participativa elaborada pelo poder publico;
- Reconhecimento da área, identificação dos atores e elaboração de entrevistas com moradores e entidades ligadas diretamente ao processo de gestão participativa;
- Identificação de elementos, a partir da dinâmica local entre atores internos e externos, que direcionam ações conjuntas de intervenção da gestão do lugar.

A elaboração mais detalhada de algumas variáveis específicas referentes às entrevistas, está descrita no capítulo 4 (quatro), onde trataremos diretamente da analise empírica da pesquisa.

As principais motivações para a realização do trabalho surgiram a partir de questionamentos e inquietações por parte da autora, no que se refere à situação de vida dos moradores de áreas pobres do Recife. Diante da perspectiva das ações populares, o que essas populações poderiam fazer para mudar o quadro precário de existência em que se encontravam, em termos de mobilizações? o que nós cientistas sociais, pesquisadores, poderíamos fazer diante dessa realidade?

Pensando na cidade do Recife sob dois pontos de vistas: primeiro acerca da historia de organização e produção do espaço urbano, que teve como marco central as presentes disparidades socioespaciais da cidade. E neste contexto as lutas urbanas da população carente pelo solo urbano e por melhores condições de vida que garantam, pelo menos do ponto de vida estrutural, algum direcionamento a essas pessoas para se incluir na cidade de forma justa. O outro ponto de vista foi tentar vislumbrar, nesse contexto da cidade, sobre as totais possibilidades concretas que esses moradores têm de conseguirem uma melhoria efetiva na qualidade de vida em uma realidade como a do Recife.

As motivações principais para agregar esses dois pontos de vistas abordados sobre essa dimensão da cidade são oriundas do exacerbado otimismo, por parte da autora,

desde antes de entrar para a academia; em acreditar que existe a possibilidade da mudança para melhor. Esse otimismo tornou-se muito mais forte quando encontramos, ao longo do percurso dessa jornada, pessoas que comungaram do mesmo pensamento.

A geografia só veio a dar suportes, trazendo autores como o geógrafo M. Santos, com o seu *espaço do cidadão*; M. Lopes de Souza com seus estudos que trazem sempre a análise urbana e sobre o papel dos movimentos sociais nesse processo; além de H. Lefebvre com o seu *direito à cidade*, entre outros, não menos importantes, que o professor C. Castilho que trouxe à tona, para a geografia de Recife, os problemas atinentes à organização e produção do espaço urbano sob o foco dos movimentos sociais.

Essas pessoas que possibilitaram a concretização do nosso pensamento, no sentido da aproximação dos questionamentos colocados, sob uma ótica mais racional e analítica e, sobretudo, por que não, sentimental e romântica sobre os movimentos sociais e suas superações. Tudo isso com base no propósito da garantia de direitos do cidadão, que já nos deveriam ser conferidos, de fato, quando nascemos.

A escolha do Coque como objeto de estudo não foi por acaso. Esta comunidade representa e incorpora o Recife em sua essência. É uma das comunidades mais antigas da cidade e sua história de luta social, incansavelmente pelo direito à cidade é vista e reconhecida como o verdadeiro espírito de superação social, uma vez que diante da lógica capitalista de exclusão esses moradores se posicionaram como pessoas fortes, sobretudo ao longo de sua história, pelo direito de morar e viver dignamente na cidade onde nasceram.

A presente dissertação está dividida em quatro capítulos gerais, e três capítulos específicos ao conteúdo do trabalho. Nestes capítulos buscou-se alcançar uma lógica do sentido do trabalho, a partir dos objetivos e questionamentos colocados para a resolução da problemática abordada.

Ao segundo capítulo (OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO), conferimos às questões que vêm a nos explicar e delimitar nosso objeto de estudo, do ponto de vista teórico. Tratamos aqui, do conceito de movimentos sociais, porém, não

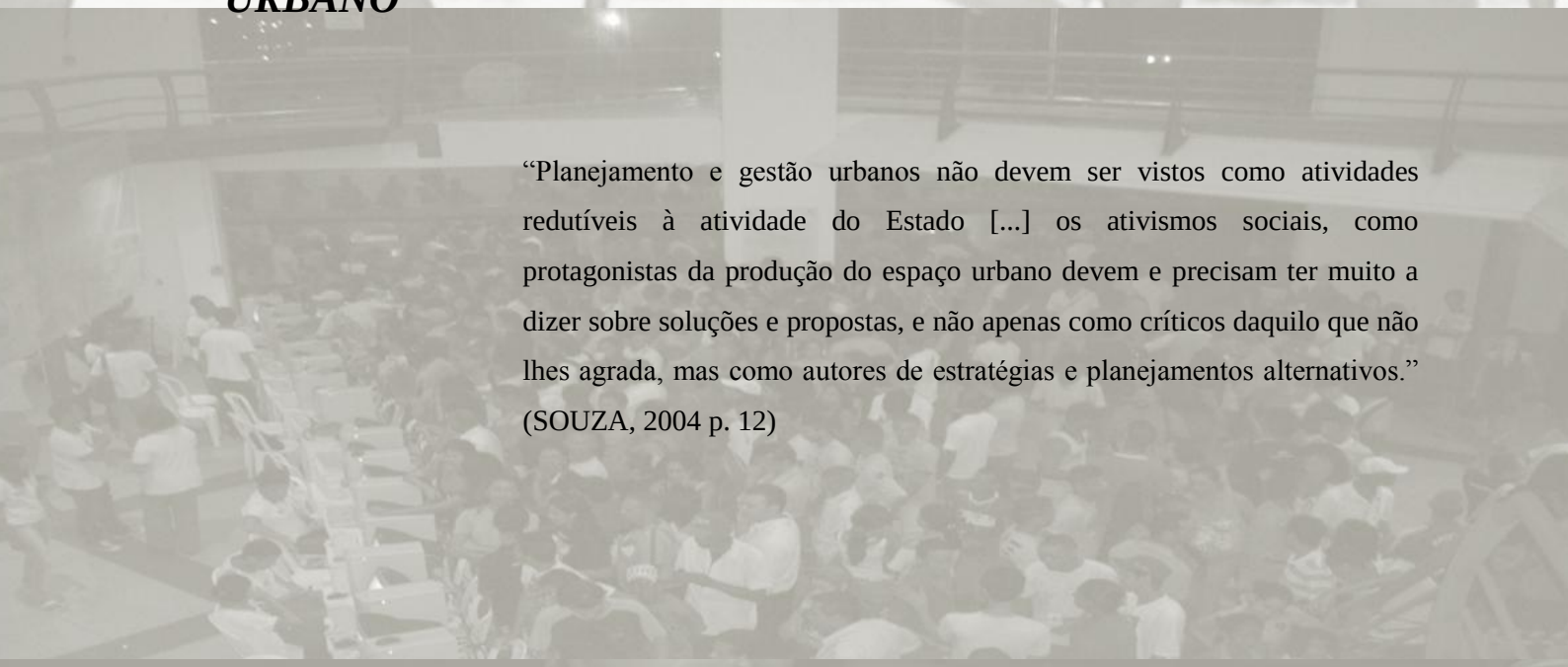
em uma perspectiva aprofundada e sim indicando os caminhos por onde perpassam nossa análise.

A delimitação teórica que incorporamos nesse primeiro momento vai explicar mais tarde, nos capítulos seguintes, situações ocorridas e verificadas a partir do lugar de estudo: o Coque, trazendo à realidade como se processam as ações dos movimentos sociais, e seu comportamento; bem como os mecanismos de participação que, agregados, formam a base do pensamento conferido ao capítulo.

No terceiro capítulo (ESPAÇO DO CIDADÃO: O PROTAGONISMO E O PONTO DE VISTA GEOGRAFICO), aproximamo-nos do nosso objeto de estudo no sentido de correlacionar uma questão fundamental do nosso estudo que é a abordagem do conceito do espaço do cidadão, trazendo os verdadeiros protagonistas desse processo.

O capítulo seguinte e último (A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS MORADORES DO COQUE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DOS SEUS MORADORES COMO ALTERNATIVA À CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DO CIDADÃO) trata diretamente dos dados de ordem empírica, do lugar de estudo, o Coque. Neste capítulo, buscamos responder às questões colocadas ao início, buscando a essência da organização socioespacial da cidade, a partir dos moradores do Coque, diante da construção do espaço do cidadão, traçando os seus limites e suas potencialidades mediante o processo de participação popular.

2 *OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO*



> "Planejamento e gestão urbanos não devem ser vistos como atividades redutíveis à atividade do Estado [...] os ativismos sociais, como protagonistas da produção do espaço urbano devem e precisam ter muito a dizer sobre soluções e propostas, e não apenas como críticos daquilo que não lhes agrada, mas como autores de estratégias e planejamentos alternativos." (SOUZA, 2004 p. 12)

2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROCESSO PARTICIPAÇÃO POPULAR NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

2.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS À DELIMITAÇÃO DO CONCEITO DE MOVIMENTOS SOCIAIS: OS CAMINHOS POR ONDE PERPASSAM ESTA ABORDAGEM TEÓRICA

Faz-se necessário incorporar, no presente capítulo, uma abordagem teórica sucinta, porém relevante dentro do que nos propusemos a estudar sobre os movimentos sociais (MS). Nossa abordagem, dentro da significância geográfica, pretende atribuir aos atores organizados um papel essencial na construção de espaços de diálogo e luta que possam acarretar em espaços de estratégia, cujo objetivo principal seria a construção do seu território. Nesta perspectiva, faz-se necessário, diante da abordagem geográfica, que passemos a chamar os MS de movimentos socioterritoriais.

A abordagem do conceito de movimentos sociais corresponde a um ponto de partida na apreensão da construção de um conceito bastante complexo e flexível, que tem como variável as nuances sociais e as abordagens precisas que cada contexto, dentro de um determinado quadro histórico da humanidade, exige. No entanto, acrescenta-se, ainda, que um modo habitual de se referir aos movimentos sociais, é considerá-los como efeitos de uma situação histórica ou produtos de uma crise econômica, ou mesmo, como fruto das contradições do sistema capitalista.

Nesse caso, incorpora-se a seguinte crítica feita por Melucci (2001, p. 30), em que "não se leva em conta as motivações, o sentido, os componentes da ação coletiva, como se os modos por meio dos quais esta ação se constitui e se mantém no tempo fossem irrelevantes com relação ao jogo das variáveis estruturais". Ressalta-se aí a necessidade de pensar o caráter motivador dos movimentos sociais, sem que sejam somente histórico e econômico, mas também no seu sentido essencial e motivador.

Somos atraídos, neste capítulo, a uma orientação em relação à evolução das posições ou posturas que os atores sociais vêm tomando ao longo do tempo, o que gera um reflexo nas abordagens teórico científicas em termos conceituais. Tais abordagens remontam ao seu surgimento, quando os movimentos sociais assumiam uma característica mais ampla – no sentido do discurso, na abrangência das reivindicações – porém fechada e muito específica, porque se limitava a um setor da sociedade que correspondia à classe trabalhadora.

Por outro lado, ao longo do tempo, tais posturas foram tomando cada vez mais formas heterogêneas e autônomas, como coloca Laclau (2004, p. 02), tornando-se cada vez mais difícil a identificação e delimitação dos grupos sociais enquanto movimento social – o que caracteriza a base da especificidade dos (NMS) "Novos Movimentos sociais".

Estão elencados no quadro-resumo (Quadro 01), alguns pontos característicos dos organizações tradicionais e dos Novos Movimentos Sociais. Diferentemente da corrente tradicional, o surgimento de novas representações sociais trouxe uma gama de elementos assumidos por um caráter mais amplo e institucional, revelando uma posição mais aberta em relação à dimensão política e ao papel do sujeito diante do quadro social.

ABORDAGEM	ORGANIZAÇÕES TRADICIONAIS	NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS
O SUJEITO	A identidade dos atores determinadas por categorias relacionadas à estrutura social	A posição que o sujeito[4] assume nas relações de produção não determina necessariamente suas demais posições. Trata-se de um sujeito difuso que tende a assumir uma identidade coletiva.
O CONFLITO	O tipo de conflito definido por um paradigma evolucionário	Não é mais possível determinar por meio de estágios que apareceriam em sucessivas fases do desenvolvimento da sociedade
O ESPAÇO DE CONFLITO	Os espaços dos conflitos reduzidos a uma dimensão política fechada e unificada	O político é uma dimensão presente em toda a prática social e não um espaço específico.

Quadro 01
MS tradicionais x NMS
Fonte: GOHN, 2007; CARVALHO, 1998.

Destacam-se dois grandes momentos dentro do processo de estudos acerca das organizações sociais, delimitados por dois paradigmas que abrigam algumas das suas principais correntes teóricas. O primeiro trata-se da corrente que veio a influenciar, no século XX, a análise

[4] "Uma das contribuições de Alain Touraine, ao estudo dos MS, foi sobre a abordagem do papel do sujeito. Tal abordagem destaca o papel do sujeito coletivo nos processos de sociabilidade, participação e mudança social - tomando os movimentos sociais como referência - e a questão da multiculturalidade nos conflitos urbanos." (GOHN, 2008, p. 91).

clássica ou tradicional sobre os MS, que teve como grandes colaboradores cientistas como Marx e Gramsci. Embora seja uma referência forte nos estudos dos MS até os anos de 1970, essa matriz teórica não se dedicou à abordagem das ações coletivas no geral e sim ao movimento operário (nas lutas sindicais). Desse modo:

> Nas abordagens fundadas no paradigma marxista, até os anos 1950, o conceito de movimentos sociais sempre esteve associado ao de luta de classes e subordinado ao próprio conceito de classe, que tinha centralidade em toda analise. (GOHN, 2008, p.28).

Essa abordagem, própria do período industrial, rendeu aos estudiosos mais atuais, uma gama de estudos críticos com base na perspectiva marxista. Todavia, na atualidade, essa perspectiva, para alguns pesquisadores, é considerada ultrapassada, uma vez que não dá conta da complexidade dos conflitos da contemporaneidade, cujo foco envolve: etnia, gênero, classes e raça. O conceito de lutas de classe não é correto nem incorreto "ele é simplesmente, totalmente insuficiente para descrever os conflitos sociais contemporâneos"com acrescenta Laclau (2004, p. 02).

Então, como salienta Goss (2003, p. 75), "naquele período o conceito de movimentos sociais contemplava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos", orientados pelo modo de produção capitalista (grifo nosso). "Creio que não exista uma análise marxista dos movimentos sociais em sentido próprio; existem, pelo contrario, análises da crise do modo de produção capitalista e das suas transformações", como acrescenta, ainda, Melucci (2001, p. 30).

A segunda abordagem acerca dos MS – e supostamente a que nos interessa – é baseada na chamada novidade dos "novos movimentos sociais", impulsionada pela corrente culturalista-identitária, cujas influencias vem da escola de Frankfurt e de estudiosos como Weber, Heguel, Foucault, Castells, Borja, entre outros. "As novas ações abriam espaços sociais e culturais. Eram compostas por sujeitos e temáticas que não estavam na cena pública ou não tinham visibilidade, como mulheres, jovens, índios, negros etc." (GOHN, 2008, p. 29).

"O grande salto desta corrente foi apresentar ao mundo a capacidade dos movimentos sociais de produzir novas formas de vida e ação social" (GOHN, 2008, p. 30). Salienta-se, neste sentido, a questão do advento do processo de globalização como fator estruturador do sistema capitalista, e causador de uma maior intensidade nas relações sociais. Configura-se, assim, no

território uma maior complexidade das relações sociais, bem como uma maior diversidade dos conflitos.

Os estudos, assim, não mais privilegiavam a posição do sujeito dentro do processo de produção, visto o reconhecimento da existência dos sujeitos sociais não se encaixava dentro da figuração tradicional da classe operária. Os movimentos sociais, neste contexto, eram centrados nas questões identitária e territorial.

O que nos interessa, na abordagem dos NMS, são as novas representações sociais que foram surgindo diante da "sociedade nova". "Essas novas formas de representações abrangem um sentido mais amplo, em que o "novo" sujeito se torna mais difuso, que tende a assumir uma identidade coletiva" (CARVALHO, 1998, p. 56).

Dentro da construção das teorias contemporâneas sobre os movimentos sociais, na perspectiva da apreensão das "novas" características assumidas pelos "novos" atores sociais, destaca-se como foco de discussões teóricas, as grandes manifestações sociais no espaço urbano. As grandes cidades como um espaço aglutinador às manifestações sociais, devido às contradições inerentes ao cotidiano e às relações socioterritoriais existentes naquele espaço.

Surgem, então, os temas próprios dos conflitos urbanos, protagonizados por cidadãos (moradores, estudantes, mulheres), fazendo uma releitura crítica da questão urbana tal como tinha sido tratada pela Escola de Chicago. (GOHN 2008, p. 31)[5].

Ainda dentro desse processo de construção teórica da contemporaneidade acerca dos NMS, surge o interesse pelos movimentos na América Latina. Os MS dos países subdesenvolvidos do sul da América eram caracterizados pelos chamados movimentos populares urbanos. Assim, temos que:

> No Brasil, apresentando em cena novos atores, novas problemáticas e novos cenários sociopolíticos, mulheres, crianças, índios, negros e pobres em geral se articulam com clérigos, intelectuais e políticos da esquerda, gerando ações coletivas que foram interpretadas como a nova "força da periferia", "realizando uma revolução no cotidiano". (GOHN, 2008, p. 32).

[5] "O nexo fundamental que nos leva a um interesse pela Escola de Chicago como uma das matrizes de produção teórica explicativa sobre os movimentos sociais é dado pela concepção de mudança social e pelo interesse particular de seus mestres pelos temas do "desenvolvimento de comunidade" e pelos processos de participação e educação 'para o povo'" segundo Gohn (2006, p. 27).

Essa "força da periferia" e "revolução no cotidiano" referem-se ao que seria a realização das lutas de moradores de áreas pobres das cidades brasileiras. No cenário urbano se concretizavam as necessidades da população brasileira nos anos 1970 e 1980.

A análise sobre os movimentos sociais na América Latina se adaptou ao tipo de ações produzidas pelos atores sociais naquele momento. Segundo Gohn (2006), para a América Latina foram criadas e reelaboradas algumas categorias de análise em função do tipo de movimento social que se organizava, o de caráter popular.

Dentre as categorias criadas destacam-se as seguintes: exclusão, resistência, participação, experiência, direitos, cidadania e identidade coletiva. Consideramos as cinco ultimas. É sob este caminho, e sob estas categorias de análise dos MS no Brasil, que demonstrarão, com afinco, todas as considerações deste trabalho acerca da experiência das lutas urbanas do lugar Coque.

O movimento de bairro do/no Coque constitui, atualmente, um movimento limitado a ações vindas do aparelho do Estado, através do OP. Ao mesmo tempo, a comunidade encontra-se em um momento de desmobilização, ou de uma mobilização sazonal, uma vez que os delegados eleitos para representarem os moradores nas plenárias pouco ou nada estão a par das reais ansiedades da população. O que pode, em última instância, limitar as ações sociais à obtenção, apenas, de ganhos para o bairro: obras de infra-estrutura urbana como calçamento de ruas, drenagem etc.

2.2 OS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS INTERRELAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS COM A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO VIVIDO

Um dos objetivos deste trabalho é ressaltar a discussão acerca das diferentes formas de organização dos movimentos sociais, tomando como referência o espaço, sobretudo o urbano, o território através do qual se dão as relações de poder protagonizadas pelo poder público e pelas pessoas organizadas do Coque, sendo este o lugar onde se dão as relações de vivência, e, sobretudo, onde se configura a construção da identidade de seus moradores.

A cidade, como "centralizadora das relações da sociedade com o Estado", diz Lefebvre (1968, p. 42), é um conjunto cuja composição e funcionamento se dá a partir de relações de poderes.

Para Carlos (1996, p. 43), a posse, a identidade e as relações de poder transformam o lugar/região em território. É assim que os lugares e as regiões são valorizados, disputados, especulados, apropriados e utilizados como território vivido.

Diante das problemáticas que fazem parte da dinâmica urbana, para Castells (1977, p. 32), os movimentos sociais são como "um sistema de práticas sociais contraditórias" (observa-se choques de interesses), que colocam em questão a ordem estabelecida, a partir de contradições específicas da problemática urbana. Nessa perspectiva, a problemática urbana configura-se com uma crise da cidade capitalista em decorrência da ação contraditória do Estado.

Existe um consenso por parte dos cientistas sociais de que a organização social, especialmente nos espaços urbanos, vem se tornando cada vez mais complexa. Esse fenômeno decorre das alterações socioespaciais representadas por mudanças políticas, econômicas e sociais materializadas nas práticas dos atores sociais.

Diante dessa perspectiva, cabe identificar e caracterizar os atores que interferem e constroem a dinâmica do espaço urbano, delimitando, para se deixar claro na proposta deste capítulo, as formas de organização e das relações sociais, também de caráter político-cultural, nas diferentes formas que se estabelecem dentro e a partir da apreensão difusa da abordagem dos MS. Trabalharemos os movimentos de bairro sob a perspectiva da escala do ativismo, porém, precisamos perpassar diante da construção da relação do conceito dos movimentos sociais e espaço urbano no seu conjunto.

O entendimento do conceito de Movimento Social Urbano (MSU) é repleto de contradições, especialmente quanto à sua origem e difusão no cenário urbano. Tais contradições se efetivam no tempo e no espaço, especialmente por parte dos teóricos que se dedicaram ao estudo desses atores sociais.

As contradições encerram-se, primeiramente, no tipo de expressões sociais que se estabelecem no espaço urbano, embora algumas lutas que se caracterizam nesse espaço, precisamente, sejam pela apropriação do mesmo. Diante das várias formas de organização social na cidade, cabe primeiro delimitar a essência dos grupos sociais e seu segmento.

São várias as formas por meio das quais a sociedade civil organiza suas ações diante de questões como raça, gênero, moradia, etc. Ser negro ou ser mulher, por exemplo, são atributos

que qualificam os componentes de um grupo e dão a eles objetivos comuns para a ação (GOHN, 1997, p. 36).

Gohn (1997, p. 37) argumenta que, para caracterizar e categorizar certos grupos ou organizações sociais é preciso estabelecer algumas diferenças. Primeiro, porque a ação de um grupo de pessoas tem de ser qualificada por uma série de parâmetros. Nesse sentido, para definir um movimento social, segundo Gohn (1997, p. 38), deve-se atentar para o fato de que:

> [...] este grupo deve estar constituído enquanto um coletivo social e para tal necessita de uma identidade em comum [...] uma segunda diferença deve ser ressaltada quanto ao uso ampliado da expressão [...] e a terceira deve ser feita entre modos de ação coletiva e movimento social propriamente dito. (destaque da autora)

Na perspectiva de Melucci (2001, p. 54), um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica rupturas dos limites do sistema ao qual a ação se refere. Algumas implicações, tais como a análise da identidade em comum, ação coletiva, solidariedade e conflito, foram bem relevantes ao processo de apropriação dos espaços na área em estudo. Isto, em torno da conquista do direito de moradia e regularização fundiária, a partir dos embates e enfrentamentos com o poder público, como base no território construído.

Dentro do espaço urbano, as lutas sociais são estabelecidas pelo direito à cidade de forma mais justa, sob a égide da apropriação do espaço urbano pelos seus moradores com qualidade de vida fundados pela concepção de cidadania e não de citadinidade. Ela significam fazer parte da cidade, participando e usufruindo dela como um agente produtor e motivador de seu desenvolvimento; e não puramente como um citadino, que se "apropria" da cidade de forma superficial.

Vale ressaltar que:

> É de suma importância a identificação da natureza dos movimentos sociais urbanos e de suas ações, pois pensar a cidade requer pensar sobre as forças coletivas pautadas no discurso da cidadania na busca de melhorias na qualidade de vida, na condição de moradia e principalmente no acesso a uma cidade mais justa. (MASSIAH, 2005, p. 26).

Nessa perspectiva, faz-se necessária a delimitação do tipo de ações que, partem do pressuposto que designa o caráter de um movimento social. Dependendo da abrangencia e do tipo se ações, poder-se-á ter apenas uma representação popular na escala do ativismo local.

Isso dependerá do tipo e escalas de ação (de ordem próxima, paliativa; ou de ordem distante, mais ampla e estruturada). Assim, coloca-se em xeque a validade da conceituação desse tipo de ação na ordem dos MS.

Na presente pesquisa, destaca-se a experiência dos movimentos sociais de bairro, pela conquista da posse da terra e da urbanização dos seus lugares de existência em que atuam, a partir da participação popular como alternativa à construção do espaço de cidadania.

Nisto, vale salientar que:

> O que está em jogo é a afirmação dos direitos e sua integração nas políticas urbanas e na produção das cidades. É preciso ser capaz de pensar um mundo sem exclusão, uma cidade sem segregação. Progride a idéia de que a cidade que se quer é aquela que tem como base o direito à moradia para todos; o direito à cidade para todos. (MASSIAH, 2005, p. 31)

Assim sendo, os movimentos sociais de bairro assumiram uma importância fundamental no referido processo, visto que são eles ainda um dos canais mais diretos de representação de populações pobres e, desta feita, um instrumento por excelência para a formação de cidadãos engajados, num processo pedagógico coletivo.

Portanto, falar de movimentos de bairro é, ao mesmo tempo, falar de espaços usados como suporte e condição às próprias ações sociais; e isto porque a sociedade sem espaço é pura abstração. Desse modo, durante a realização das suas ações, a sociedade sempre ocupa, apropria-se e usa o suporte material no a partir do qual se constitui socialmente; ações quer por sua vez, acontecem de acordo com as escalas diferentes.

As questões teóricas aqui recolocadas são ingredientes fundamentais a uma reflexão mais aguda sobre o pensamento crítico do espaço e do urbano, em particular a partir do âmbito do cruzamento da geografia com a sociologia.

2.2.1 Ativismo de bairro e ativismo a partir do bairro: por ações populares que ultrapassem a escala do lugar

Há uma discussão bastante ampla entre os estudiosos das ciências sociais, principalmente, acerca do conceito de movimentos sociais, como já foi mostrado. Pensando nessa perspectiva a na perspectiva da escala de análise dos movimentos sociais que nos é pertinente, ou seja, que nos é evidenciado dentro do espaço e do objetivo que se pretendeu estudar, procurou-se, portanto, elaborar e delimitar nosso campo de análise e escala.

Com isso, partimos da idéia de ativismo social de bairro, elaborada por Souza (2004, p. 83), e supostamente em detrimento da realidade das organizações populares que se fizeram marcantes na cidade do Recife, pela grandiosa expressão e conquistas ao longo dos anos na estruturação da cidade que temos hoje, principalmente em termos de conquistas.

A idéia trazida por Souza (ibidem) reveste, conceitualmente, esse jogo das identificações dos MS, do papel do ator social e das escalas de ações e reivindicações no espaço urbano, bem como a importância de se ter no ativismo de bairro, também enquanto MS, um instrumento de luta como possibilidade alternativa à gestão da cidade.

O ativismo social ou ativismo de bairro, para melhor situar sua especificidade, e atribuir-lhe uma espacialidade, dar-se-ia na escala do lugar, do bairro. Para a autora, o bairro seria, com todos os seus atributos (como lugar de vivência), o ponto de partida para se pensar na cidade como um todo, em termos de gestão participativa. "Ativismo de bairro seria um ativismo social espacialmente referenciado no tange à sua organização e identidade, sendo o bairro o recorte espacial que funcionaria como uma espécie de fator aglutinador" (SOUZA, 2000, p. 52).

Para Souza (2003, p. 82), todo movimento é um ativismo social, porém, nem todo ativismo é um movimento. Embora estas duas variantes sejam formas que a sociedade tem de se organizar e se colocar como participantes ativos na sociedade, os ativismos e movimentos podem ser de vários tipos, de acordo com o seu tema: especificamente urbanos (ativismos de bairro e favelas), os freqüentemente urbanos (os que têm a cidade como palco).

Os ativismos puramente reivindicatórios são, segundo Souza (2004, p. 83), quando os atores sociais estabelecem ações que visam meramente obter melhorias para uma rua, um bairro ou uma favela, mas sem considerar o conjunto da cidade, e menos ainda, sem propor

transformações que abalem as estruturas da sociedade. Essas ações visam a atender uma demanda pontual de um determinado grupo e, ao serem atendidas, acontece geralmente uma desmobilização das pessoas.

Um ponto central na discussão traduz-se na consideração, simultânea, da idéia do ativismo "a partir do bairro", que designa uma ultrapassagem da escala, dos limites do bairro em termos de atuação e amplitude dos movimentos. Na prática, uma não nega a outra, pesando-se na cidade como um todo. Significa apropriar-se por completo da dinâmica social, reivindicando melhoria total de vida, sobretudo, da população carente. Essa escala de abrangência das ações, de forma ampla e contínua caracterizaria um comportamento específico dos MS propriamente ditos.

Algumas referências consideradas que caracterizariam um movimento social estão expostas no modelo apresentado no gráfico 01. Configurou-se neste gráfico um conjunto de palavras – chaves que convergem à delimitação do caráter dos movimentos sociais.

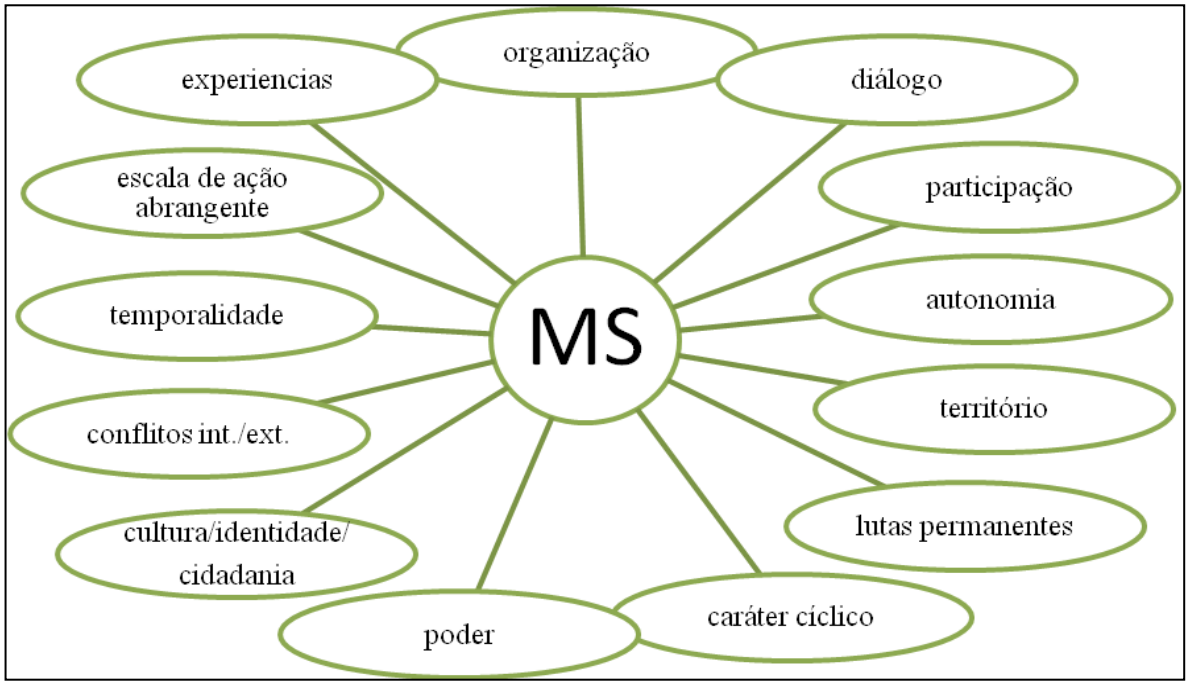


Gráfico 1
Palavras-chave ligadas à essência dos movimentos sociais
Fonte: Elaborado pela autora com base em Gohn(2008) e Melucci (2001).

Conseguimos identificar, na área da nossa pesquisa alguns pontos inseridos no gráfico, na dinâmica das organizações populares do Coque, que fomentaram grandiosas lutas populares tanto no passado, como na sua contemporaneidade, pelas quais as ações do bairro são fomentadas com maior força a partir do "movimento institucionalizado" pelo poder público.

O sentido que se busca aqui é o de encontrar uma forma alternativa de articulação e organização socioespacial no lugar de estudo, que permita vislumbrar uma transição para uma mudança no sentido mais amplo de conquistas.

Para alguns pensadores, o ativismo socioespacial não caracteriza um movimento social, na medida em que se volta apenas à resolução de questões específicas do lugar onde acontece. Todavia, alguns desses ativismos articulam-se em federações as quais possuem como plataforma de lutas questões mais abrangentes a exemplo daquelas atinentes às reformas de base, aproximando-se do que se chama efetivamente de movimentos sociais.

Faz-se necessária a delimitação do tipo de ações que restringe as bases de reivindicações no âmbito da participação popular, assim como partir do pressuposto do que se designa como um movimento de bairro (caracterizado no ativismo de bairro)[6]. Uma associação de moradores é uma organização social que pode fazer parte, como diz Gohn (1997, p. 42), de um movimento social mais amplo que é o "movimento comunitário de bairro".

O ativismo de bairro é, portanto, uma prática socioterritorial que poderá ter, enquanto movimento social, um papel essencial na conquista de uma organização espacial mais justa, que garanta a vivência de elementos da democracia direta no planejamento e gestão da cidade; sobretudo se constituírem projetos autonomistas de vida que possam ir além de meras ações reivindicativas parciais e limitadas.

No Brasil, o ativismo de bairro teve seu apogeu entre a década de 1970 e meados da de 1980, após as experiências das décadas anteriores, quando as reivindicações dos moradores eram mais expressivas, embora se tratassem de lutas pontuais em torno da mobilização de moradores pela terra, por saneamento básico, escola, saúde, etc. Chegaram, assim, a protagonizar verdadeiros movimentos sociais, organizados em escala supra-local (estadual e mesmo nacional), politizados e aguerridos (SOUZA, 2000)[7].

Em Recife, o ativismo de bairro também teve grande expressividade. Embora haja uma presença expressiva das representações comunitárias espalhadas por toda a cidade, é notável

[6] "*Ativismo de bairro* seria um ativismo social espacialmente referenciado no tange à sua organização e identidade, sendo o bairro o recorte espacial que funcionaria como uma espécie de fator aglutinador" (SOUZA, 2000). Com base na conceituação de Alain Touraine, esse debate foi ampliado ao longo do tempo.

[7] Refere-se a analise de Souza (2000), ao apogeu e à crise do ativismo de bairro em São Paulo e no Rio de Janeiro, embora essa crise não se tratasse de um problema exclusivamente destas cidades. "Tornou clara a crise que atravessava o ativismo de bairro em São Paulo na mesma época, e a propósito de muitas outras cidades brasileiras" (ABRANTES, apud SOUZA, 2000).

uma diminuição da sua capacidade de mobilização. Porém, o que diferencia o Recife é o fato das conquistas terem sido alcançadas pela larga experiência histórica de elaborações de canais de participação como o Orçamento Participativo (OP)[8].

A própria existência desses canais de participação, decerto, já representa um importante ponto de partida à construção do espaço do cidadão. Todavia, eles precisam continuamente serem aperfeiçoados pelos seus atores em condições de liberdade e conhecimento de causa. Se não forem encarados, assim, segundo alguns autores, eles não passam de mecanismos de cooptação dos movimentos sociais, o que não inviabiliza, entretanto, a sua importância.

Na nossa concepção, os movimentos sociais constituem formas de organização e mobilização de ações coletivas, empiricamente localizadas e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de projetos comuns de sociedade, para a melhoria da qualidade de vida e a defesa de direitos de cidadania numa busca permanente pela construção do espaço do cidadão.

É perceptível a "incoerência" imediata ao se colocar as formas de organização que se tem hoje nos bairros, percebidas como um ativismo que tem um caráter organizativo imediato diante do discurso que rege a construção do espaço do cidadão, visto a ausência de um canal institucionalizado que garanta uma mudança nas ações da população, levando-a a um ativismo permanente.

2.3 O MOVIMENTO SOCIAL E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO PELO PODER PÚBLICO: UMA RELAÇÃO HÍBRIDA

A abordagem institucional–organizacional-comportamentalista corresponde a umas das correntes dentro da discussão acerca dos NMS. Essa abordagem surgiu e se desenvolveu nos Estados Unidos, com raízes nas teorias liberais dos séculos XVII e XVIII. Para esta corrente, de certa forma, um movimento social atingia seus objetivos quando se transformava numa organização institucionalizada. (GOHN, 2008, p. 30).

Este pensamento dá origem mais tarde ao que alguns pesquisadores chamam de teoria da mobilização de recursos, que acentua sua análise no processo de institucionalização das práticas sociais como estratégia de gestão organizacional por meio de mecanismos estatais.

8 Orçamento Participativo é um mecanismo de participação popular e, ao mesmo tempo, um espaços onde a população reivindica e decide sobre questões de caráter estrutural em relação ao espaço urbano, dentro dos trâmites do planejamento, porém, e da gestão. Segundo alguns, eles não passam de mecanismos de cooptação dos movimentos sociais o que não inviabiliza a sua importância.

Esses mecanismos estatais correspondem às formas de controle sobre as organizações sociais, aproximando-as do corpo do Estado; e, por outro lado, limitando-as e induzindo-as a um não fomento de uma organização social permanente, no sentido da formulação de uma organização social estável, do ponto de vista da consolidação interna do movimento. Além disso faz com que esses movimentos não almejem algo mais além das simples pontualidades e medidas paliativas oferecidas a partir das ações governamentais no processo de gestão urbana, por exemplo. Esse tipo de relação *"híbrida"* (AVRITZER & PEREIRA, 2005, p. 16)[9] é visto como alvo de críticas por alguns pesquisadores sociais.

Vale a pena analisar outra dimensão da institucionalização das ações sociais à luz do pensamento arendtiano sobre a prática política romana, ou seja, do funcionamento das instituições políticas romanas. Se, por um lado, elas propiciavam o desenrolar da política em um mundo construído em comum pelos homens livres, por outro, propiciavam algo que inquietava a pesquisadora: a transformação do espaço público no lugar da manipulação política.

Para Oliveira (2003), o Estado representa uma instituição pouco transparente à ação da cidadania, confuso de suas funções, concentrador de poderes. Porém, ele enxerga a experiência da participação popular, através do OP, como um encurtamento da distância da relação entre "governantes e governados".

Para Touraine (apud Gonh, 2008 p. 64), o efeito, adverso a tal realidade do papel do Estado seria a existência de uma unidade nas ações dos movimentos, caso contrário, esses movimentos teriam um caráter dependente, tornando-se suscetíveis à fragmentação.

Deste modo, há controvérsias, entre alguns pesquisadores, acerca da consideração e validação do conceito de "movimento social" quando transferido a uma organização social institucionalizada pelo poder público. Tais controvérsias implicam na discussão sobre uma possível passividade e, até mesmo, desmobilização em relação ao comportamento dos MS nas suas reivindicações.

Diante das três perspectivas para se analisar um movimento social na atualidade, destacamos, assim, os pontos elencados por Gonh (2008, p. 13), acerca dos movimentos sociais x Estado.

[9] Condiz com um partilhamento de processos deliberativos entre atores estatais e atores sociais. O termo também envolve a nomenclatura *órgãos híbridos* que significa uma nova forma institucional que envolve a partilha de espaços de deliberação entre as representações estatais e as entidades da sociedade civil.

Desse modo, tem-se que existem alterações no papel do Estado em suas relações com a sociedade civil, incluindo-a dentro do institucional, o que acarretaria numa certa fragilidade quanto à identidade dos movimentos. Portanto:

> Esse papel é realizado de forma contraditória. Captura-se o sujeito político e cultural da sociedade civil, antes organizado em movimentos e ações coletivas de protestos, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas. Transformam-se as identidades políticas desses sujeitos – construídas em processos de lutas contra diferenciações e discriminações sócio-econômicas – em políticas de identidades, pré-estruturadas segundo modelos articulados pelas políticas públicas, arquitetados e controlados por secretarias de Estado. (GOHN, 2008, p. 14)

Para Prates (1987, p153.), o termo institucionalização[10] denota a idéia de valores e normas sociais estáveis que impõem restrições às alternativas de ações, e estabelecem 'scripts' e rotinas comportamentais adequadas a contextos específicos de interação social.

Com isso, chama-se a atenção nesta discussão para um dos vieses importantes neste trabalho, que é avaliar o processo de participação na gestão do lugar de vida dos moradores de áreas pobres do Recife, a partir do Coque como uma experiência em andamento; Através das práticas de participação alçadas pelo formato do Orçamento Participativo, utilizado como um instrumento legal de mobilização e de controle socioespacial.

Essa forma de movimento social institucionalizado no Coque, de certa forma, não permite que a população tenha autonomia para escolher a resolução dos seus próprios problemas. A relação entre o Coque e a prefeitura é uma relação assimétrica. A participação popular restringe-se à votação e não é aberta uma real discussão dos problemas a serem resolvidos na comunidade.

A relação "pacífica" Estado x MS envolve uma gama de fatores que condicionam por um lado, de forma negativa, e por outro lado de forma positiva, o comportamento dos MS. Deixemos essa discussão de forma mais detalhada para a seção posterior deste trabalho, pois partiremos da análise de campo para consolidar tal perspectiva.

Há, no gráfico 02, uma representação do comportamento da trajetória evolutiva dos movimentos sociais. Segundo Blumer, (apud Gohn, 2008 p. 38), denota-se e aponta-se os

[10] O conceito de instituição é central na sociologia contemporânea, contudo não há uma posição unânime quanto significado do termo. Alguns acadêmicos invocam "instituição" simplesmente para se referirem particularmente a grandes e importantes associações; outros identificam instituições com efeitos ambientais; e há os que simplesmente igualam o termo com efeitos culturais ou históricos, como afirma Ferreira (2004).

caminhos por onde perpassa a construção dos movimentos sociais, indo da inquietação individual à institucionalização do movimento.

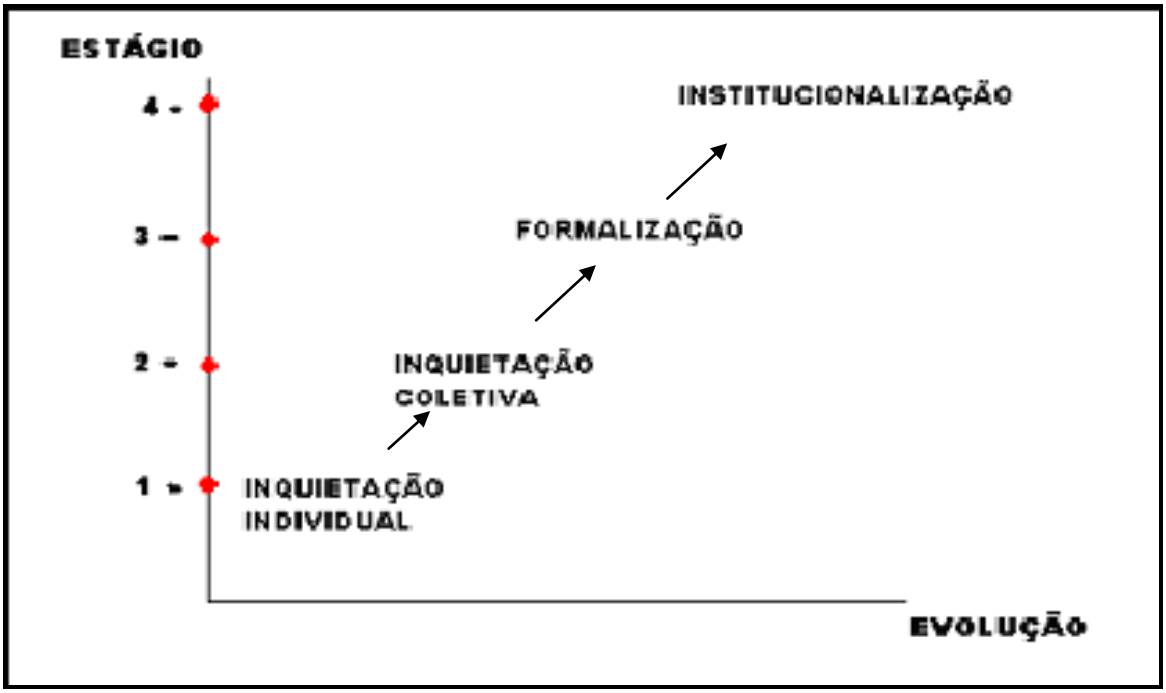


Gráfico 2
Gráfico comportamental da trajetória evolutiva dos MS, segundo blumer
Fonte: elaborado pela autora, com base em Blumer apud Gohn, (2008)

NOTA:

1. O agitador (liderança que internalizou a necessidade de mudança);
2. Tomam forma os objetivos (transformando-os em inquietações coletivas)
3. Organizam-se as táticas, regras, políticas e disciplinas;
4. Cristalização da organização, estabelecida com personalidade definida e estrutura para desenvolver os propósitos dos movimentos

Na primeira etapa, partiu-se das inquietações advindas do sujeito, ou seja, o indivíduo, e o auto-reconhecimento da sua importância frente às desigualdades socioterritoriais existentes. Na seqüência, a inquietação coletiva, ponto de partida às primeiras ações do ponto de vista dos questionamentos acerca dos problemas, formalizando o movimento e posteriormente, gerando assim ações coletivas institucionalizadas.

Em última análise, a respeito da representatividade do gráfico, enquanto uma ferramenta reveladora do processo de evolução de um movimento social tem-se no cerne desse desenvolvimento o papel protagonizado pela liderança.

Quando uma organização adquire uma identidade própria, distinta, torna-se uma instituição. Isso envolve a "asseveração de valores, de maneiras de agir, além da certeza de que são sumamente importantes para sua própria salvaguarda, o que implica, portanto, uma estreita relação entre infusão de valor e auto-preservação" (LESBAUPIN, 2006, p. 12). Eis aqui a descrição da função primordial da liderança, já que o líder é o agente de institucionalização.

Vale salientar que nem todos os movimentos sociais seguem essas etapas. O movimento dos sem terra, por exemplo, não chegou à fase de institucionalização por uma questão de ideologia. No entanto, os movimentos sociais no Recife, foram criados a partir das associações de bairro, portanto, a institucionalização é inerente ao processo de mobilização social, o que com o Coque não é diferente.

Salienta-se que tal reflexão, tratadas neste subitem, estabelecer-se-á no cerne da presente pesquisa, numa posição privilegiada, uma vez que tratamos de vislumbrar a relação existente entre poder público e setores da sociedade civil, dentro de um "quadro esquemático", ou numa estrutura estabelecida pelas determinações dos movimentos sociais, tendo como objetivo, a partir do processo de construção de seu lugar de vida, o vislumbramento da construção do espaço de cidadania.

2.4 QUANDO A GESTÃO URBANA VIRA ASSUNTO DO POVO: A PARTICIPAÇÃO POPULAR

O enfoque a respeito da intervenção no espaço urbano, no presente trabalho, dá-se no âmbito da gestão que, diferentemente do planejamento, embora esteja no bojo do mesmo, corresponde às atividades no âmbito administrativo legal, do presente, do aqui e do agora, segundo Souza (2004, p.16). Considera-se essa atividade administrativa, que remete às necessidades imediatas, a mais próxima das necessidades da população de baixa renda de uma cidade de níveis de desigualdades acentuados como a de Recife

Em um cenário onde interagem diferentes atores sociais, a ocupação, o uso, o acesso e a posse/propriedade da terra urbana, emergem com conflitos e contradições, o que se evidencia em desigualdades, fragmentação e exclusão sócio-territoriais presentes na habitação, no saneamento, no transporte e no abastecimento de água, dentre outras problemáticas.

As necessidades pelas quais passam uma população de baixa renda, moradora de uma cidade com níveis desiguais de acesso aos equipamentos públicos de uso coletivo, são diferentes das

necessidades que correspondem às demandas de populações que habitam nas cidades com menores níveis de desigualdades.

Pensar a gestão urbana, hoje, no contexto das políticas públicas de caráter popular, requer (re)pensá-la, também, de maneira conjunta com a participação da população no âmbito local, uma vez que essa população é a maior conhecedora dos problemas dos lugares onde moram. Esse processo se dá diante da abertura do espaço político, tornando-o público à população. Sendo assim:

> A política pública torna-se mais complexa com a multiplicação de atores e espaços de decisão e com a ampliação dos espaços de discussão e deliberação, o que preconiza um novo agir político. uma partilha renovada de decisões e poderes institucionais [...] e uma nova ação social debatida, negociada, mais próxima dos cidadãos. (GAUDIN, 1999, p. 10).

Estas mudanças significam, portanto, a renovação dos dispositivos institucionais, administrativos e de gestão urbana, sobretudo no nível do poder local, envolvendo três características principais: a territorialização, a centralidade do poder local e a deliberação pública. No quadro 02, algumas práticas de participação popular, delimitadas pelos seus limites e potencialidades, apontam três formas institucionais de organização da população nos processos participativos pelo poder público.

GRUPOS DE CO-GESTÃO	LIMITES	POTENCIALIDADES
ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS	Falta de qualificação técnica e política das lideranças; quando é visto como "marketing" e "fachada democrática" por algumas gestões.	Publicização da política; construção de um sentido de interesse público; interlocução e negociação entre atores; inversão de prioridades.
CONSELHOS GESTORES	Falta de preparo dos movimentos; dependência; cooptação e absorção das lideranças.	Publicização da política; construção de um sentido de interesse público; capacidade de incorporar os movimentos organizados.
PARCERIAS: ESTADO/ SOCIEDADE	Inserção de elementos que gere uma postura de subserviência.	Gera nos movimentos o aprendizado de uma lógica mais universal.

Quadro 02

Algumas formas e práticas de participação popular

Fonte: elaborado pela autora com base em Carvalho (1998).

A partir daí, forçadas pela prática das gestões que têm se sucedido desde então, foram evoluindo concepções que partiram da proposta dos Conselhos Populares como espaços populares e de intervenção popular através dos movimentos sociais, comungado pela idéia de um "poder popular", paralelo ao poder do Estado, até a formulação da proposta de canais institucionais de participação, como espaços de poder compartilhado, de interface entre Estado e sociedade. Assim, temos que:

> A participação na gestão da sociedade altera o "tom" do debate político, tornando-o mais público e transforma também os movimentos sociais, trazendo-os de seu papel tradicional de captadores de novas demandas e reivindicações em 'estado bruto' para uma participação mais complexa e qualificada no processamento dessas demandas em instâncias políticas decisórias. (CARVALHO, 1998, p. 10).

O poder delegado ao espaço de decisão popular deu as pessoas, que nunca tinham tomado parte em nada parecido, a chance de intervir na estruturação do espaço urbano a partir do seu lugar; tinham que decidir (e descobrir) se sua área de moradia deveria ser a primeira a receber saneamento básico, ou se, ao contrário, outra área deveria receber esse serviço antes. "A importância da nova política de caráter participativo na reorganização do espaço da cidade estaria alicerçada na existência de espaços de discussão, e também no estabelecimento de novas relações com vistas à construção da cidadania." (LEITE, 2007, p. 57).

Em relação ao Coque, tem-se na pauta da pesquisa o fato de que seus moradores sempre estiveram, desde o início da construção do seu lugar, no centro das discussões sobre o processo de autogestão, direcionando suas ações através de reivindicações, tanto no formato das democracias representativas, como participativa, em detrimento do tipo de governo que se sucedia.

2.4.1 Participação popular: a experiência do orçamento participativo

Parte-se do princípio da participação no sentido de estabelecer, à nossa análise, um critério que contribua à compreensão do estado de democracia direta em que estamos inseridos no momento, em relação à gestão urbana de algumas cidades brasileiras, e em especial o Recife, através do orçamento participativo.

Entende-se que um processo de participação, na prática, acontece em conjunto, através de reuniões pelas quais estão presentes representantes da sociedade e poder público. Quando

várias pessoas querem defender ou promover certos interesses de alguma importância no meio social. Tais reuniões acontecem em espaços públicos, justificando a essência do caráter participativo com claridade de informações acerca do que se está trançando em termos de gestão.

Na sua essência, a participação torna-se um meio viabilizador fundamental à cidadania, quando há a existência de uma democracia direta; o que consiste em um quadro em que todos os cidadãos podem participar diretamente no processo de tomada de decisões. As primeiras democracias da antiguidade foram diretas e o seu exemplo mais marcante é o de Atenas, pela qual o povo se reunia nas praças e ali mesmo tomava decisões políticas.

Dentro da estrutura que rege o processo de participação, é importante delimitar-se as bases que estimulam teoricamente os instrumentos de gestão de algumas cidades do Brasil, inclusive Recife. Sob a perspectiva da orientação política que está ligada ao tipo de gestão que concebe o processo de participação, é interessante o uso do discurso político na construção da democracia participativa sob dois tipos de concepções antagônicas. Sendo assim, Leite (2007, p. 47) afirma que é preciso ressaltar que existem visões diferentes sobre o que seria a participação, considerando maior ou menor inserção da população nas decisões.

A primeira, sob a concepção dos governos de esquerda, de tradição socialista em que as novas formas de participação social afirmam-se no controle da sociedade sobre o Estado. Os espaços populares são, assim, representados e alcançados com o poder popular equalizado, simetricamente com o poder do Estado. O espaço de poder torna-se compartilhado por estas duas forças.

A concepção de governos neoliberais traz a reforma do Estado Neoliberal, cuja concepção de "modernidade" que pretende reduzir o Estado, desobriga-o da tarefa de transferência de responsabilidades às instancias locais. Concepções e ações que não privilegiam o fortalecimento da cidadania. Uma nova racionalidade que não incorpora como critério a participação cidadã, deslegitimando as formas de organização e participação social (CARVALHO, 1998, p. 17).

Na representação gráfica (gráfico 04), pode-se denotar, a nível esquemático, uma relação com a idéia central do círculo representado pela prática participativa, a qual atrai uma série de outras práticas que se tornam teórica e praticamente inerentes à sua vinculação, sejam elas

meio ou fim para o alcance do espaço do cidadão através da cidadania plena, pois também fazem parte deste ideário.

Gráfico 03
Palavras-chave vinculadas à prática participativa
Fonte: elaborado pela autora, com base em Carvalho (1998)

O papel dos MS, no Brasil, na formulação dos espaços para a prática da participação popular, foi fundamental na implementação dos canais de participação existentes. Esses canais apresentam-se como construtores de uma nova esfera pública no país, no intuito maior de publicizar e democratizar as políticas sociais. São eles o OP e o PREZEIS.

A flexibilidade da sociedade como um todo, assim como de amplos setores partidários e do Estado, a este novo ideário democrático e participativo, torna mais permeáveis as relações entre Estado e sociedade. A atitude dos setores democráticos e populares, predominantemente reativa, antagônica e contestadora da legitimidade do Estado na gestão da sociedade dá lugar a uma postura mais propositiva, que passa a entendê-lo como espaço de disputa, que busca disputar recursos e espaços no seu interior, alargando o leque de interlocutores e ampliando sua legitimidade.

Sendo assim, cabe-nos destacar a base que fomenta o ideário da participação política remetida aos cidadãos como direito constitucional, implicando em que entre a representação política tradicional, "a participação popular direta e a noção de cidadania ativa, que se distingue

daquela de cidadania passiva – outorgada pelo Estado com a idéia moral do favor e da tutela – que está fortalecido pela Constituição de 1988, implicando o reconhecimento da complementaridade exercida" (BENEVIDES, 2000, p. 26).

Assim, tem-se no orçamento participativo um caráter de "inovação institucional, inspirada na idéia de democracia participativa e que busca várias formas de articulação entre as democracias participativa e representativa" (SANTOS, 1995, p. 42).

Portanto, cabe ao OP enquanto instrumento democrático baseado no princípio da participação:

(1) garantir o exercício ativo da cidadania, incentivando e promovendo a participação da sociedade nas decisões públicas;

(2) garantir o redirecionamento do governo municipal para a inversão de prioridades, através do atendimento das necessidades sociais básicas e de procedimentos democráticos;

(3) valorizar e envolver as entidades organizadas como as associações de moradores, grupos culturais, grupos de jovens, comissões e conselhos setoriais (saúde, educação, meio ambiente e outros);

(4) envolver o maior número de pessoas, de forma direta e indireta, na discussão sobre as prioridades, em termos, de investimentos;

(5) democratizar informações sobre a situação financeira e administrativa da Prefeitura;

(6) garantir o direito à informação ampla sobre a administração pública, concebido como um direito social básico.

O OP foi implantado pela primeira vez, como experiência de participação popular, em Porto Alegre, fonte de inspiração para outros municípios brasileiros e mesmo para cidades da Europa e América Latina[11]. A ONU (Organização das Nações Unidas) reconhece a experiência do OP como uma das 40 melhores práticas de gestão pública no mundo. Segundo Souza (2001, p. 06), os "orçamentos participativos" são o mais importante exemplo de gestão urbana progressista no Brasil contemporâneo.

[11] Atualmente prefeituras de diversas cidades no Brasil e no mundo executam o OP. São elas: Sait-Denis (França), Rosário (Argentina), Montevidéu (Uruguai), Barcelona (Espanha), Toronto (Canadá), Bruxelas (Bélgica), Belém (Pará), Santo André (SP), Aracaju (SE), Blumenau (SC), Belo Horizonte (MG), Recife (PE).

Do ponto de vista metodológico, o OP realiza-se em ciclos. O ciclo anual do OP tem início com o trabalho dos coordenadores das Regiões Político-Administrativas (RPA), que são cargos do governo municipal que têm como tarefa a mobilização da população para as plenárias regionais, uma em cada RPA[12] e as temáticas (que acontecem em pontos mais centralizados, onde os temas referem-se a questões mais abrangentes) (quadro 03). Ao participar da primeira rodada de plenárias, vota-se também na definição das prioridades para compor o plano plurianual.

PLENÁRIA TEMÁTICA 2ª rodada	PLENÁRIAS REGIONAIS 1ª rodada
Assistência Social	Saúde
Cultura	Habitação
Turismo	Trabalho e renda
Desenvolvimento Econômico	Pavimentação e drenagem
Negros e Negras	Lazer/esportes
Direitos Humanos	Educação
Educação	Saneamento básico
LGBT	Assistência social
Mulher	Contenção de encostas de morros
	Cultura

Quadro 03
Plenárias temáticas e regionais
Fonte: Prefeitura do Recife, 2009.

Nas plenárias também estão presentes os representantes das demais secretarias, e os gestores municipais. Assim, há a possibilidade de uma cobrança direta da população para com a gestão, através de seus principais representantes do poder executivo, com o prefeito e o secretariado (figura 01).

[12] A cidade foi dividida em 06 Regiões Político-Administrativas (RPA). Essa divisão se constitui no elemento espacial de referencia do programa e do sistema de descentralização político-administrativo da prefeitura.

Figura 02
Um diálogo entre sr. Isaías (esquerda), liderança de uma comunidade de moradores, e o atual prefeito da cidade do Recife (direita), durante a sessão de uma plenária temática: cobrança.
Foto: Débora Ferraz, 2009.

Na segunda rodada, acontecem as votações das ações a serem implementadas, levando-se em consideração não somente a hierarquia das prioridades, mas também sua viabilidade técnica, jurídica e financeira.

As plenárias temáticas possuem procedimentos idênticos às das regionais quanto ao seu funcionamento, mas servem para indicar ações prioritárias nas políticas públicas da cidade como um todo, independente da RPA. Tais são os exemplos das políticas relativas à assistência social, à cultura, ao turismo, ao desenvolvimento econômico etc.

Nas Plenárias Regionais e Temáticas, são eleitos delegados[13] na proporção de 01(um) para cada 10 (dez) pessoas credenciadas. O mandato dos delegados é de um ano de duração, podendo haver reeleição, sem restrição de qualidade. Devem cumprir com o Regimento Interno (RI), participar das reuniões no mínimo uma (01) vez por mês, organizada pelo Fórum Regional dos delegados e/ou fórum dos delegados temáticos.

[13] Sua função é apoiar os conselheiros na informação e divulgação para a população dos assuntos tratados no ciclo do OP, bem como acompanhar o plano de investimentos regionalizados e temáticos desde a sua elaboração até a conclusão das obras e ações.

Um importante momento neste processo é o da capacitação dos delegados e dos conselheiros. Além do fato dos próprios fóruns funcionarem com a atribuição de formação, há também um processo de formação continuada[14]. Os temas abordados na formação, portanto, têm grande importância na qualificação política dos delegados e conselheiros, sugerindo, teoricamente, a garantia de uma participação mais consciente.

Os fóruns e o conselho do OP acompanham, finalizam e definem o conteúdo do Plano de Investimentos Regionalizados (PIRT) e temáticos. Depois do cálculo feito pela secretaria de obras e com os valores fornecidos pela secretaria de obras e pelas secretarias da fazenda, o conselho do OP finaliza o conteúdo do plano de investimentos regionalizado e temático, de acordo com a votação da população. Os delegados acompanham e fiscalizam a aplicação dos recursos dos PIRT em cada RPA.

Queremos, assim, mostrar, de forma sucinta o funcionamento das plenárias locais do OP na cidade. Optou-se por essa nomenclatura e não por um organograma operacional de distribuição das tarefas e funções delegadas no processo, para melhor aproveitar o que nos foi oferecido no trabalho de campo, que fora realizado no mês de agosto do ano de 2009.

2.4.2 O OP: pequenos ganhos de autonomia?

Nesta seção faremos algumas considerações básicas acerca da participação popular na gestão urbana (considerando sempre nossa área de estudo como campo da base de pesquisa), a partir de um mecanismo legal de participação popular na cidade do Recife: OP.

Diante da essência dos significados de participação popular, pela sua expressividade e "sucesso" na cidade do Recife, e por se estabelecer como carro chefe na gestão atual, uma vez que o ex-secretário do OP assumiu a posição de atual prefeito da cidade colocar-se-á o OP na pauta da pesquisa. Poderíamos citar, também, o PREZEIS e os planos diretores participativos, porém, buscamos o OP pela sua capacidade de ser o mecanismo viabilizador de uma participação mais ampla e mais popular entre os lugares carentes da cidade.

Busca-se reiterar alguns elementos que servirão de base para se refletir sobre as questões que envolvem o projeto de autonomia na perspectiva apontada por Souza (2002), a partir das

[14] O programa de capacitação inclui os debates acerca da gestão do Estado, da democracia no Brasil, da participação popular, do controle social, dos direitos, dos impostos, das finanças municipais e do ciclo do OP.

idéias de Castoriadis. Lembramos que a discussão da autonomia é muito importante e bastante complexa, porém, ressaltamos que tal discussão não se coloca no centro deste trabalho.

Tais elementos referem-se à natureza dos processos que deu origem aos mecanismos legais de participação popular na gestão urbana de áreas pobres em Recife, além do que foi idealizado pelos moradores daquelas áreas. Nosso objetivo, aqui, é verificar se existem pequenos ganhos de autonomia a partir do referido mecanismo, rumo à construção do espaço do cidadão.

Nosso pressuposto inicial é o de que sem autonomia não se consegue uma participação efetiva da sociedade no sentido de se construir o que realmente ela quer, e como realmente ela quer; condição fundamental à (auto)construção de um lugar diferente do que está posto. Desse modo, mesmo que tenhamos tido recentemente experiências interessantes como o OP, relatados na seção anterior, se as relações entre Estado-sociedade civil não se baseiam em princípios fundamentais de respeito à autonomia do povo, dificilmente poder-se-á haver mudanças mais significativas. Da mesma maneira, o povo deve buscar dialogar com o Estado, também com autonomia.

A perspectiva autonomista, vista pelo filósofo Castoriadis (1982), como uma alternativa à alienação originada pela democracia representativa (apud SOUZA, 2002) é:

> [...] uma idéia que engloba dois sentidos inter-relacionados: autonomia coletiva ou consciente e explícito auto-governo de uma sociedade dada, o que depreende garantias político-institucionais, assim como uma possibilidade material efetiva (inclui acesso a informações suficiente e confiável) de igualdades de chances de participação em processos decisórios relevantes no que toca aos negócios de esfera pública; e autonomia individual que é a capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas de liberdade, e com conhecimento de causa. (Ibid, 2002, p. 64)

Esse é um conceito que dificilmente trabalharíamos dentro da escala de ação dos movimentos de bairro reivindicativos que temos hoje, pela amplitude de ações que o projeto de autonomia exige. Porém, Souza, na perspectiva de analisar os critérios de desenvolvimento sócio-espacial, buscou lapidar o conceito de autonomia, afirmando que para pensar em desenvolvimento sócio–espacial[15], *que significa o processo de aprimoramento das condições gerais do viver em sociedade em nome de uma maior felicidade individual e coletiva*, é preciso que se tenha uma autonomia individual e coletiva.

[15] Para que haja esse desenvolvimento socioespacial precisa-se, para nós, construir o Espaço do cidadão, ou seja, conseguir ganhos reais na sociedade: educação, cultura, saúde, trabalho, participação etc..

Esta prerrogativa, para muitos, pareceria utopia, dentro do que foi visto por Castoriadis (1982). No entanto, Souza (1996, p. 40) chama a atenção para o fato de que, a perspectiva autonomista não se trata, de uma utopia idealista; mas sim de um horizonte de pensamento e ação. Assim sendo,

> [...] a autonomia, portanto, não é uma utopia idealista, a exigir como premissa uma sociedade uniforme e sem conflitos, mas, simplesmente, um horizonte de pensamento e ação, a estimular um caminhar marcado por dissensões que, sobre a base do agir comunicativo e com o concurso de uma razão crítica, não precisarão ter um corolário a violência.

A autonomia não define o conceito de desenvolvimento socio espacial. Porém, propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as particularidades de sua cultura, o conteúdo concreto do desenvolvimento, através do seu significado, que é seu *princípio ético e político* (SOUZA, 2002, p. 65). Seria, então, o princípio norteador da construção do espaço do cidadão e por sua vez, do desenvolvimento sócio-espacial. A autonomia é considerada como o principio e parâmetro central para a avaliação de processos e estratégias de mudança socioespacial – o que inclui, também, a promoção do desenvolvimento urbano por meio do planejamento e da gestão (SOUZA, 2002, p. 69).

Então, diante dessa perspectiva, analisamos, de acordo com os elementos destacados anteriormente, se o OP, mecanismo legal de participação popular, na gestão urbana, pode ser considerado um pequeno ganho de autonomia. Nesse sentido, será que os movimentos sociais de bairros estão contribuindo para uma participação social na perspectiva de ganhos de autonomia?

Os movimentos sociais urbanos estiveram, a maior parte do tempo, envolvidos na luta por uma gestão urbana mais democrática, o que culminou com uma série de ações dentre as quais, destacamos a elaboração da Lei do PREZEIS, aprovada no ano em que foi encaminhada a emenda popular (1987) à Assembléia Nacional Constituinte propondo uma reforma urbana e representando assim, um salto importante no movimento de reforma urbana. Mas que resultou em apenas dois artigos na nova Constituição: o artigo 182, que assegura o objetivo da política de desenvolvimento urbano de dispor sobre as funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar de sua população, e o artigo 183 que prevê o usucapião especial[16].

[16] Porém, somente em 2001 foi sancionada a Lei 10.257/01, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana, ficando conhecida como "Estatuto da Cidade". No seu artigo quarto, inciso III, prevê a democratização dos orçamentos municipais.

Foi na conjuntura de mudanças político-institucionais, ocorridas no Brasil com a redemocratização do país, que surgiu, com a Constituição de 1988, o processo de orçamentação participativa, o Orçamento Participativo. Como salienta Avritzer & Navarro (2003, p. 17), este foi a mais inovadora prática de gestão democrática em nível local surgida no Brasil pós-autoritário, junto com os conselhos populares.

Trata-se de um experimento de participação política popular, "que abre espaço para a gradual construção da cidadania e para a redução das desigualdades sociais, especialmente porque seu fundamento básico é a inversão de prioridades, além de democratizar o processo decisório na esfera do orçamento municipal", acredita Avritzer (2003, p. 24).

Como vimos, os dois mecanismos de participação popular foram resultado de inquietações e, por sua vez, da conquista por direito à participação na gestão pública. Para consegui-los, os moradores de áreas pobres, reivindicaram melhorias das condições de moradia e acesso à terra. Vemos esses mecanismos – o OP e o PREZEIS – como algo considerável no que tange à conquista popular.

Fazendo um breve confronto entre os princípios que regem esses dois mecanismos, observamos que hoje, o OP tem um caráter participativo mais abrangente, em que as ações são deliberadas com a atuação do povo no geral. O Orçamento Participativo visa, a partir desse diálogo direto entre a Prefeitura e a população, *construir novos espaços de democracia*[17].

Em relação ao PREZEIS, destaca-se que seu caráter reivindicatório, apresenta uma característica essencialmente representativa. Essa representatividade, muitas vezes, é senhora das decisões e de ações que devem ser deliberadas à área; ou seja, fica a critério de uma ou duas pessoas (as lideranças) a decisão que deveria ser de todos os moradores.

Durante uma das reuniões do fórum do Prezeis, vimos que muitas das decisões eram tomadas naquele momento, no fórum mesmo, sem a presença dos demais moradores os quais, muitas

[17] objetivo oficial do OP (ETAPAS, 2003) As prioridades mais votadas na cidade do Recife, entre 2001 e 2002, são de caráter muito restrito, pontual. Em primeiro lugar, disparado, 59% pavimentação, drenagem e contenção de encostas. Habitação é o segundo lugar com 10%, saneamento básico é o terceiro, com 8%, saúde com 8%, educação com 6% e outros temas juntos dá 9%. (ETAPAS, 2003, p. 12). O que representam, em seu conjunto, conquistas no sentido da inclusão social na cidade, numa condição fundamental à cidadania e ao desenvolvimento socio espacial.

vezes, nem sabiam o que estava acontecendo. No caso do Prezeis, as reivindicações ficam, portanto, isoladas no espaço do fórum.

No OP, o que conta é o tipo de reivindicação que é feito e este se dá sob as amarras burocráticas do aparelho estatal, mostrado através das limitações que a população tem no momento da escolha das prioridades. Esse mecanismo estimula um imediatismo nas ações dos movimentos. Uma vez que se é preferível optar por ações de caráter imediato, como um calçamento de uma rua, pavimentação de outra, e assim continuamente, em nunca cessar. E do outro lado, fica-se a saúde, e a educação, por exemplo, por último; além dos avanços a partir da aquisição que levem esse movimento de bairro, já abalado, a um ativismo permanente (gráfico 03).

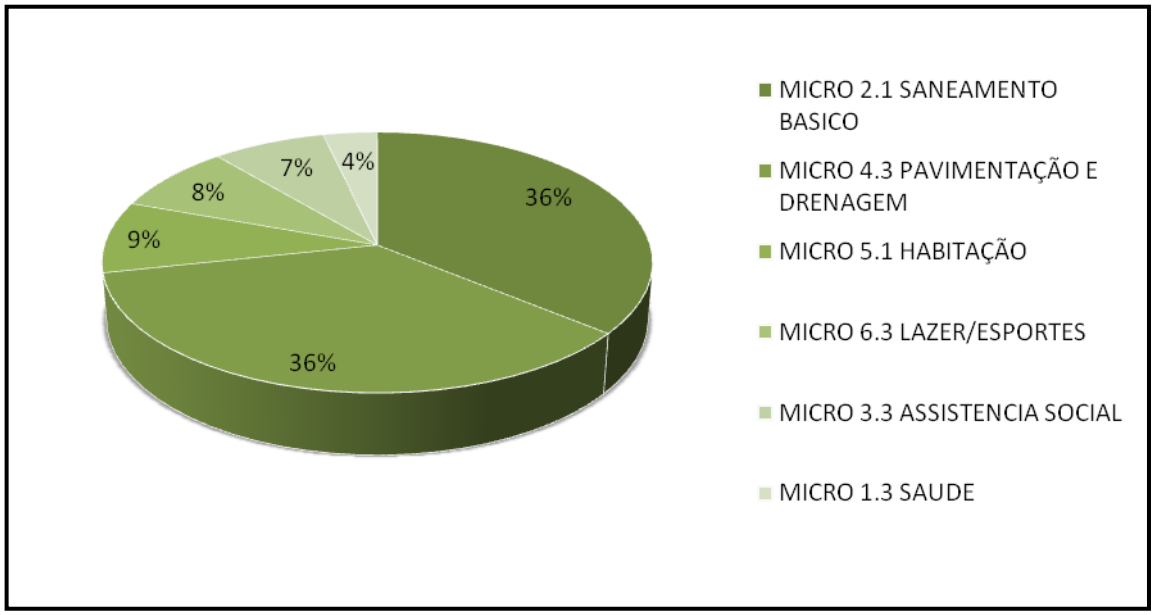


Gráfico 04
Distribuição das prioridades do OP para o ano de 2010, por microrregião
Fonte: PCR/Secretaria do OP, 2009.

Nota: Os investimentos priorizados no OP ao longo da gestão que o implementou revelam o acúmulo de demandas reprimidas na cidade, sobretudo aquelas relacionadas à infra-estrutura social da população. Com a democratização da elaboração do Orçamento, demandas então ausentes das políticas públicas passam a ter visibilidade. Portanto a cada área confere-se um suprimento de uma deficiência específica.

Sabe-se das limitações das condições de acesso a equipamentos urbanos em grande parte do Recife, o que se reflete nestes perfis de reivindicações. Desse modo, o OP precisou voltar-se,

sobretudo, ao atendimento das reivindicações, já que o OP tornou-se um mecanismo viabilizador dessas conquistas, que são oriundas da própria população.

Acredita Zaidam (1996, p. 42)[18] que,

> [...] uma questão é falar de participação quando se refere ao aumento das potencialidades autonomistas dela se auto representar, dela se auto gerir. Isso é um ponto, outra coisa é o simulacro da participação social que é feita através desses fóruns, que muitas vezes servem muito mais para legitimar ações do governo, ou para administrar as tensões localizadas, sobretudo quando se trata de conselhos, do que de instrumentos de democratização da gestão.

Em parte da administração dessas tensões, ao nosso ver, acontece pelo atendimento a demandas sociais, a partir de mecanismos mais abertos de gestão. É por isso que, também o OP, tem executado ações de caráter pontual e restrito. Mesmo assim, é impossível negar que estamos diante uma conquista significativa, que foi traçada sob um complexo processo histórico de luta.

Esses mecanismos constituem pequenos ganhos no sentido da aquisição de bens de bens de consumo coletivo (pavimentação de ruas, escolas postos de saúde, etc.). Porém, ainda se trata de um processo incompleto, sobretudo no que concerne a conquista de autonomia:

> Autonomia não ocorre isolada dos fatos sócio-históricos e culturais. É no tomar consciência da sua incompletude que os sujeitos têm condições de lutar para que, na coletividade, ela seja possível. Autonomia não é, portanto, conquista pronta, efetivada, mas ação permanente e, radicada na comunidade, visualiza sempre o novo, o algo mais, o crescimento enquanto sujeito e coletividade, rumo à cidadania. (CASSOL, 2005, p.29)[19].

A conquista de autonomia nos níveis da (individualidade e coletividade) constitui um processo sempre inacabado e, portanto, sujeito ao aperfeiçoamento contínuo; o que é essencial à concretização de uma participação social (popular) efetiva dos moradores na gestão urbana do seu lugar de existência.

Somente assim é que se poderá ultrapassar o nível da reivindicação (o do movimento de bairro) e chegar ao da (auto)construção efetiva de um lugar urbano diferente (o espaço do cidadão), atuando estruturalmente; o que se esbarra em sérios limites e entraves os quais

[18] Zaidan é cientista político. A presente explanação se deu durante uma mesa redonda, cuja temática tratada era: "Gestão Democrática e Participação popular – acesso à informações; canais institucionais de participação e o controle social das políticas públicas"; em que era um dos expositores.
[19] Professor Estadual no CE Dr. Dorvalino Luciano de Souza – Cerro Grande-RS; Professor na URI – Campus de Frederico Westphalen-RS e Mestrando em Educação UNISINOS/URI.

devem ser abolidos. Do contrário, continuar-se-á numa situação de impasse que impede a realização de saltos mais decisivos no processo de mudança socioespacial.

O caráter da participação que se tem hoje, aqui limita-se ao OP pelo motivo de ser um exemplo de uma forma de representatividade formal e legitimada pela qual população tem de interferir nas decisão políticas, associando-se.

O ativismo de bairro é uma prática socioterritorial que poderá ter, enquanto movimento social, um papel essencial na conquista de uma organização espacial mais justa, que garanta a vivência de elementos da democracia direta no planejamento e gestão da cidade; sobretudo se constituírem projetos autonomistas de vida que possam ir além de meras ações reivindicativas parciais e limitadas.

Temos na análise do papel desse ativismo de bairro, em relação a mecanismos legais de participação popular como o orçamento participativo, o objetivo de perceber se a participação da sociedade civil nas ações e políticas públicas, protagonizadas pelo aparelho do Estado, constituiu-se em conquistas que direcionaram as populações a darem saltos consideráveis entorno de algo a mais; ou não.

Seria o OP, interroga-se, apenas uma "invenção política", um instrumento cooptador e esfacelador dos movimentos sociais, numa expressão utilizada por Oliveira (2007); ou, como salienta Avritzer & Navarro (2003), uma "inovação democrática", no sentido revolucionário do quadro de mudanças de um cenário sociopolítico e cultural, no processo de abertura nas decisões, pela qual mais um membro se coloca à mesa: o povo.

A relação do ativismo de bairro com o tipo de participação, OP, acontece de forma íntima, uma vez que essa representatividade não garante uma mudança no caráter do ativismo enquanto movimento social, num sentido mais amplo. Essa relação segue uma retórica muito forte e contraditória dentro da cidade no contexto dos movimentos sociais.

Atualmente, as organizações de bairro no Recife, como nas demais cidades do Brasil, refletem a chamada crise dos movimentos sociais, iniciada na última década do século XX. E, apesar das conquistas socioterritoriais empreendidas, como uma certa conscientização e aquisição de direitos sociais, ainda encontram graves limitações concernentes à capacidade de mobilização e ao bloqueio da dimensão pedagógica dos movimentos, cujo resgate é essencial para que o ativismo recupere a verdadeira natureza desses MS.

Essa representatividade não garante, porém, uma mudança no caráter do ativismo enquanto movimento social, num sentido mais amplo. A relação segue uma retórica muito forte e contraditória dentro da cidade no contexto dos movimentos sociais. Neste contexto queremos é a verificação alguma forma alternativa de articulação e organização socioespacial no lugar de estudo, que permita uma transição para uma mudança no sentido mais amplo de conquistas.

Atualmente, o Coque encontra-se em uma situação de desmobilização, no sentido da própria organização no lugar frente às condições de organização popular colocadas pelo poder público aos movimentos de bairros. Tal organização se encontra atrelada de forma estável, no sentido da sua passividade, por ter algo pronto, sem precisar ir lutar na prefeitura. Essa situação dar-se, diferentemente, do início da construção do lugar em que os moradores tomavam uma postura de dialogar e discutir com o Estado suas condições. Segundo Srª Dilma, uma moradora do Coque, "lembro que no governo de Jarbas agente tinha um movimento muito forte aqui. Quando a prefeitura vinha fazer algum projeto para o Coque, tinha que falar com os moradores antes, isso porque agente exigia".

2.5 O PROCESSO DE GESTÃO URBANA DA CIDADE DO RECIFE A PARTIR DA PERSPECTIVA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

O espaço urbano recifense, sócio-espacialmente bastante desigual, é marcado por históricos embates de caráter reivindicatório pelo uso da terra no intuito da conquista da posse da moradia. Esses embates começaram com resistência ao processo de erradicação dos mocambos dos anos 30 e 40 do século passado, levando à formação de associações de moradores em vários lugares da cidade.

Ao mesmo tempo, não podemos esquecer do papel dessas associações na melhoria das condições de moradia na cidade, cuja solução, visando à melhoria da qualidade de vida dessas moradias, sempre tem sido buscada através da intervenção do Estado.

A relação entre a população pobre e o Estado sempre foi conflituosa porque não houve, durante muito tempo, preocupação com a criação de uma política pública de habitação popular. No Recife, em particular, tem-se referências ao problema da habitação de baixa renda, desde o início do século XX. Segundo Bitoun, (1996, p. 19).

> No recenseamento realizado no Recife em 1913, por determinação do prefeito, capitão Dr. Eudoro Corrêa identificou 16.347 construções descritas como "pequenas casas mal construídas sem obedecerem a princípio algum de higiene e estética" às quais denominou: Mocambos.

Nos anos de 1950 e 1960 surgem, segundo Cezar (1998, p. 23), algumas organizações populares por incentivos de partidos políticos. Primeiramente, surgiram os Comitês Populares e Democráticos de Bairro; em seguida, surgiram a Sociedade Mixta Largo do Viveiro de Afogados, a Sociedade Beneficente Mixta 30 de Setembro, na Mustardinha, e a Sociedade dos Proprietários do Largo dos Pescadores, na Estrada dos Remédios. Mas, foi a partir do ano de 1955 que surgiram as associações de bairro, de uma forma menos atomizada.

Com a eleição de Pelópidas Silveira a prefeito do Recife, pela Frente do Recife, coligação que tinha-se um caráter populista[20], tinha como pauta política o estímulo à participação popular através, especialmente, das associações de bairro criadas em Recife. Entretanto, essas associações foram criadas e pensadas não com o intuito de estratégia para a mudança social efetiva, mas para reivindicarem bens e serviços para os seus lugares colaborando com o poder público, além do interesse político em estar próximo do povo por razões eleitorais.

No período do regime autoritário (1964 a 1985), esses movimentos sociais ficaram restritos aos espaços da igreja progressista calcada na teologia da libertação, foi assim que se formaram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as quais se tornaram espaços mediante os quais eram encaminhadas soluções para os problemas dos bairros. Desse modo, se por um lado, a ditadura contribuiu para a desmobilização social; por outro, já no próprio período do regime militar, o povo reorganizava–se, em princípio sob as "asas" da igreja católica, e em seguida com uma relativa autonomia perante as forças tradicionais de fomento às organizações sociais.

Na década de 1980 do século passado[21], momento bastante expressivo das manifestações e mobilizações populares, nas cidades brasileiras, os poderes executivos começaram a falar em participação popular, gestão democráticas e transparência das ações. Isto, sobretudo, porque

[20] Para essa eleição formou-se uma coligação (Frente do Recife), envolvendo diversos partidos que se encontravam na ilegalidade naquela época, tais como, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Comunista Brasileiro (PCB) etc.

[21] O tema Movimentos Sociais no Brasil foi estudado exaustivamente, sobretudo, na década de 1980 (FERNANDES, 2004).

o regime militar não conseguia mais sustentar–se por suas próprias pernas em função de uma série de questões que não convém colocá-las agora.

Ao mesmo tempo, sobretudo, nos grandes centros urbanos, a população pobre começava a organizar-se e a articular-se nas lutas urbanas. Dentre os espaços de mobilizações importantes que emergiram nos lugares de vida dessa população, destacam-se os conselhos de moradores.

Os principais objetivos destas instituições eram: assegurar a seus associados a posse dos terrenos ocupados pelos moradores; criar escolas, postos médicos e interceder junto aos poderes públicos para que a área de moradia desfrutasse de condições higiênicas indispensáveis a seus habitantes, no âmbito de um ambiente de relativo conforto ambiental; defender a posse da terra e os espaços de participação política. Portanto, o movimento de bairro no Recife reorganizou-se a partir dessas lutas.

Fazendo um paralelo com as lutas atuais, nota-se o distanciamento tanto no discurso como na organização das pessoas que se faziam protagonistas das lutas no passado. As reivindicações e as ações de hoje, constituem-se de forma diferente, embora se pontuem na mesma esfera de necessidades do passado, porém, as condições de sobrevivência no espaço urbano foram agravadas. “Se em 1939 já tinha 45 mil mocambos no Recife, hoje, 70 anos depois, (grifo nosso) tem quatro vezes mais: são 180 mil mocambos, quase 1 milhão de pessoas! Só nos altos e córregos de Casa Amarela tem mais de 300 mil pessoas morando. Morando de que jeito?” (ETAPAS, 1989, p. 47).

2.5.1 O Rio, o Asfalto, o Morro e a Casa: Recife é a Cidade do Saneamento, da Pavimentação, da Contenção de Encostas e da Habitação

Inicia-se a presente secção com uma reflexão a partir do jogo de palavras que remetem bem aos principais problemas enfrentados pelos moradores de áreas pobres no Recife. São três as características básicas e coerentes descritas para caracterizar o perfil do Recife do ontem e do hoje. Tais perfis, por conseguinte, correspondem às demandas mais comuns da população carente da cidade: o saneamento básico, a pavimentação de ruas, a habitação e a contenção de encostas. Tais demandas são as mais votadas como já vimos, durante os ciclos do OP. (ver apêndice 01).

Esses eixos de ações correspondem às necessidades básicas, que deveriam fazer parte da vida cotidiana desses moradores implicando, assim, numa mudança do comportamento dos movimentos de bairro, uma vez que a superação dessas necessidades viabiliza as discussões de outros eixos nas ações das pessoas organizadas. Assim, temos que:

> Cada metrópole possui suas próprias prioridades. No Recife, a despeito da grande pobreza e da segregação, a fragmentação do tecido sócio-espacial é, como em Curitiba, e diferentemente do Rio e de São Paulo, ainda incipiente; o que salta aos olhos é, ainda, a questão de moradia e a falta de saneamento básico. (SOUZA, 2005, p. 305)

Dados estes que se encontram claramente descritos nos relatos históricos da cidade, desde a erradicação dos mocambos até os dias atuais, ou seja, esse perfil da "imperfeição" urbanística da cidade implica nas bases das lutas socioterritoriais explícitas na atualidade, um exemplo são as reivindicações atreladas às ações elaboradas pelo processo de participação popular pelo OP.

Para alguns pensadores, esse ativismo socioespacial não caracteriza um movimento social, na medida em que se volta apenas à resolução de questões específicas do lugar onde acontece, tal como vimos no início desta dissertação. Todavia, alguns deles articulam-se em federações as quais tinham, no início, como plataforma de lutas questões mais abrangentes a exemplo daquelas atinentes às reformas de base, aproximando-se do que se chama movimentos sociais.

Tal problema insere-se nas questões de planejamento e gestão da cidade, não de agora apenas, mas de anos. A falta de requisitos mínimos, básicos à sobrevivência da sociedade, é no mínimo assustador no que diz respeito à construção do espaço do cidadão, porém nada impede que tenhamos essa construção enquanto meta.

Esse é um problema que se coloca em um estágio estrutural do ponto de vista político e reflete na fragmentação do território a partir dos desníveis de organização do espaço urbano, tanto no âmbito material quanto no imaterial do direito de morar, locomover-se, beber água tratada e usufruir dos serviços básicos em geral.

Abaixo, tem-se um gráfico (gráfico 05) representativo das condições das principais reivindicações seguidas de 2001 a 2007. Vê-se uma seqüência de prioridades que vão da pavimentação e saneamento básico à contenção de encostas.

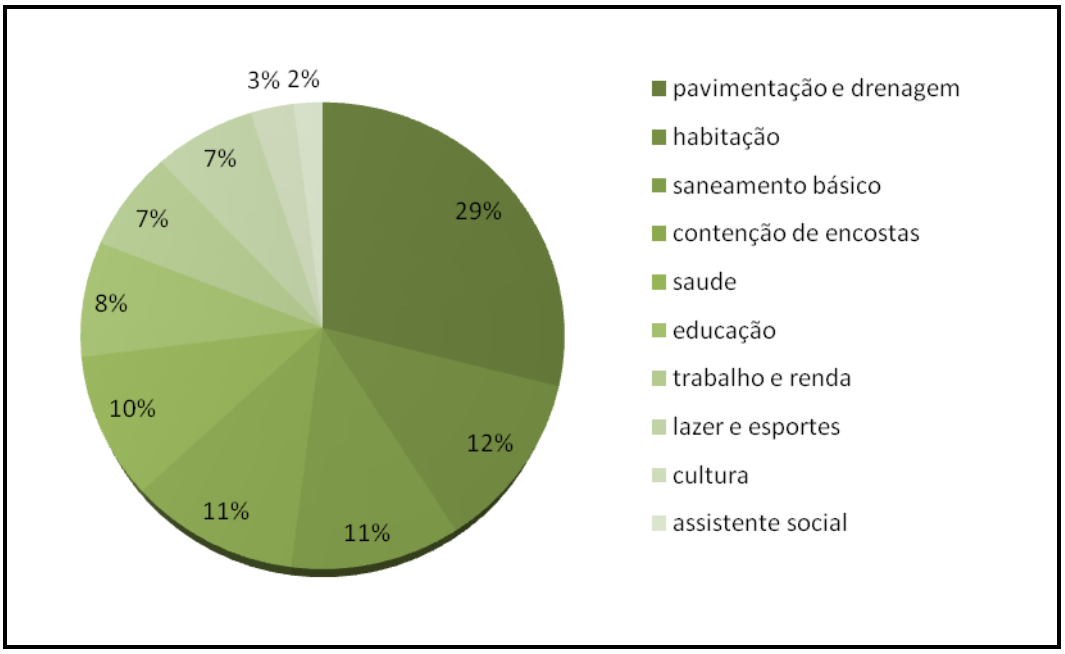


Gráfico 05
Prioridades nas plenárias, 2001 a 2007
Fonte: PCR, 2001-2007

NOTA: Essas prioridades caracterizam decisões freqüentemente votadas pela população de baixa renda do Recife, cujo lugares de vida possuem uma deficiência acentuada quanto as condições de moradia, necessitando urgentemente desses serviços[22]. Porém, caracterizamos esse tipo de reivindicação como de ordem pontual e imediata que, por sua vez, não priorizam a construção de algo mais a frente, que ultrapasse os limites do bairro ocasionando em uma permanência das ações.

[22] **Água:**
• 88% dos domicílios estão ligados à rede geral de abastecimento de água;
• 9,6% são atendidos por poços ou nascentes, dos quais 8,7% não possuem canalização – em 1991 esse número era de apenas 2%; esse crescimento se deve ao descrédito no serviço público;
• cerca de 35 mil pessoas consomem água de fontes sem qualquer controle de qualidade;
• racionamento crônico que já dura mais de 20 anos;
• precário controle de operação de poços particulares;
• idem sobre o fornecimento de água em carros pipas;
• proliferação da indústria de engarrafamento e distribuição de água mineral.
· **Esgoto:**
• 42,9% dos domicílios estão ligados à rede geral de esgoto ou rede pluvial;
• 46,6% utilizam fossas sépticas e rudimentares.
• 7,8% jogam os dejetos sem tratamento, em vala, rio, lago, mar ou outro escoadouro;
• 2,7% dos domicílios sequer dispõem de instalações sanitárias, o que equivale a uma população de 40.000 pessoas; cerca de 1 milhão de pessoas sem serviço de coleta de esgoto.
(FONTE: Relatório da Secretaria de Saneamento PCR, 2008.

A figura 02 representa o momento da escolha das ações que virão a ser priorizadas de acordo com a necessidade ou interesse de cada morador de uma determinada área, durante as plenárias do OP. Tal representação do processo sugere alguns elementos que se inserem dentro dos parâmetros de participação popular instituída pela constituição cidadã: a utilização do espaço (no caso desta figura, a plenária aconteceu em um colégio público do Coque); e o poder de escolha a partir da participação

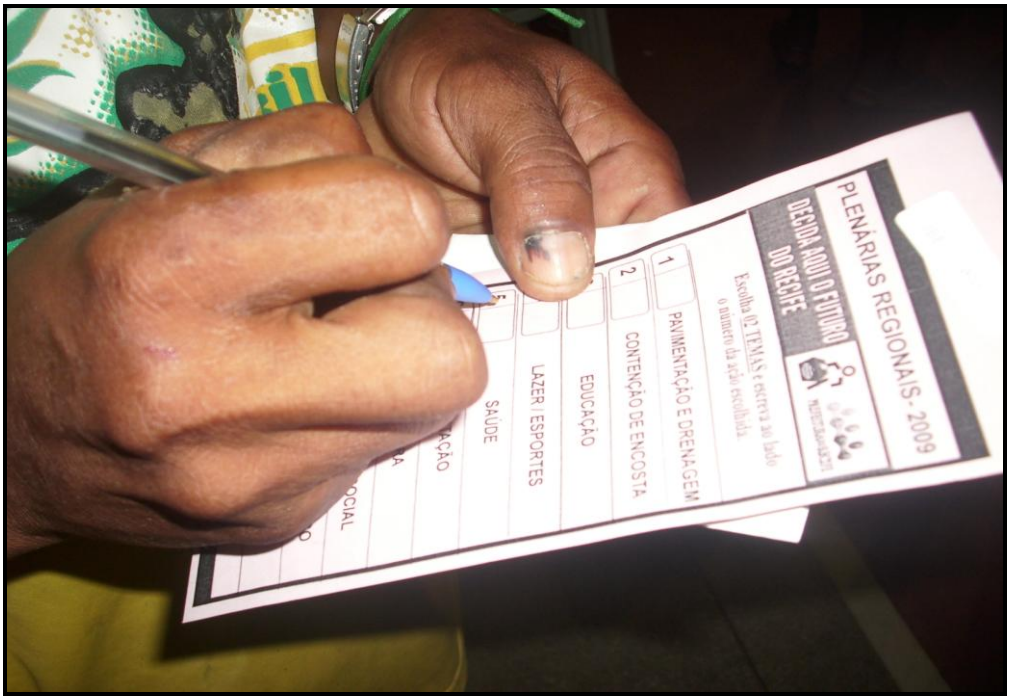


Figura 02
"o momento da escolha" - 1: a solução está nas mãos do povo!
Foto: Débora Ferraz, 2009

Figura 0 3
"O momento da escolha" - 2:a solução está nas mãos do povo!
Foto: Débora Ferraz, 2009.

A formulação desse esquema de organização e intenções do ideário de participação condiz com um estágio perfeito, teoricamente colocando, da dinâmica da organização social de forma ampliada, uma vez que se está aí sugerindo uma liberdade das escolhas, o que existe de fato, embora de forma limitada. Pode-se afirmar até que a frase "a solução se encontra nas mãos do povo" é inicialmente, um tanto um discurso entusiasta dos movimentos sociais. Porém, todo o momento, durante a plenária, é exigido uma mobilização dos moradores do Coque, por parte das lideranças, para que as obras "discutidas" anteriormente sejam eleitas.

De modo geral, saneamento, por exemplo, pode-se não se tornar uma reivindicação paliativa, já que caracteriza uma necessidade que não se resume a um segmento específico de sociedade. Seria uma demanda ampla nesta perspectiva. No entanto, como já foi discutido anteriormente, basta questionar se por trás desse processo existe uma mobilização de fato, que venha dos próprios moradores; se há existência de questionamentos internos e externos com o corpo gestor, próprio dos princípios de autonomia. Ou então esse processo não acaba passando de um fetiche, com a licença da palavra empregada por LEAL (2003).

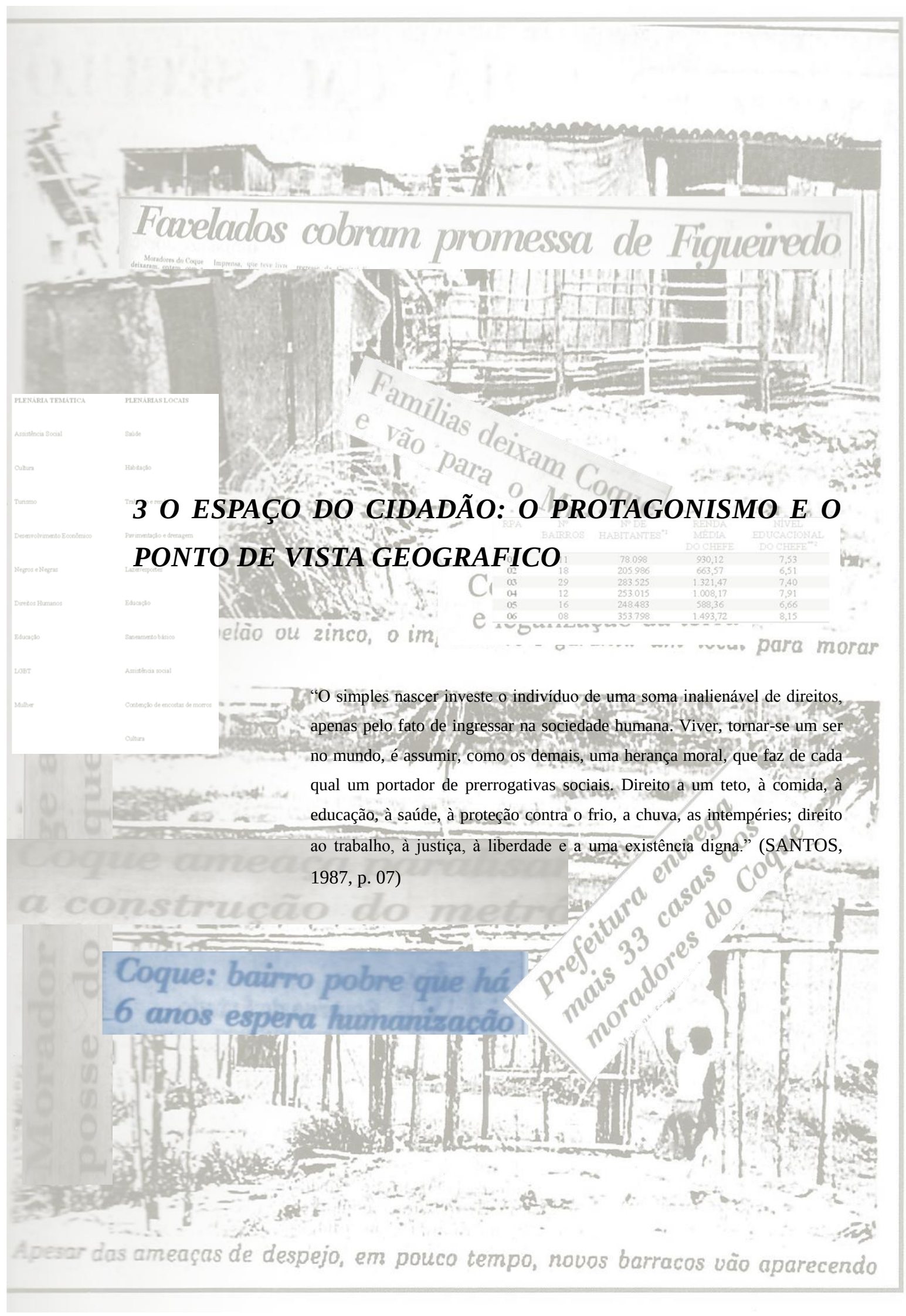
Vale ressaltar o caráter generalista que está se colocando acerca do comportamento dos movimentos de bairro do passado e atualmente em relação à organização popular, e a abrangência das reivindicações.

No Recife, identificam-se alguns tipos comportamentais de organização popular nos bairros. A existência de alguns bairros ou comunidades da cidade se deu, e se dá, a partir das lutas sociais já enraizadas no contexto do acesso à cidade. Tomar-se-á como exemplo a experiência dos moradores do Coque.

Exemplifica-se essas duas situações no intuito de mostrar que a discussão acerca da apropriação da cidade do Recife na atualidade não é recente, e se dá sob essas duas esferas, lembrando que a delimitação é a escala do bairro, porém as ações e a temporalidade dos estágios das lutas são distintos.

O Coque estabeleceu-se e "solidificou-se," principalmente entre as décadas de 70-80 do século XX, como uma das comunidades mais mobilizada e resistente à ditadura militar. Esse caráter fez com que o Coque permanecesse numa localidade central do Recife, que sempre foi cobiçada pela especulação imobiliária. Hoje, apesar da existência de grupos específicos dentro do Coque, vê-se que as reivindicações para melhoria do lugar está muito atrelada ao espaço do OP.

Apesar dos desgastes e renovação das organizações sociais, as lutas se caracterizam as mesmas. Os moradores do Coque ainda não têm a posse da terra, mas ocupam a área onde se criou a comunidade há mais de 70 anos. As lutas por melhoria de vida correspondem ao mesmo objetivo da comunidade.



PLENÁRIA TEMÁTICA	PLENÁRIAS LOCAIS
Assistência Social	Saúde
Cultura	Habitação
Turismo	
Desenvolvimento Econômico	Pavimentação e drenagem
Negros e Negras	Lazer/esportes
Direitos Humanos	Educação
Educação	Saneamento básico
LGBT	Assistência social
Mulher	Contenção de encostas de morros
	Cultura

RPA	Nº BAIRROS	Nº DE HABITANTES[*1]	RENDA MÉDIA DO CHEFE	NÍVEL EDUCACIONAL DO CHEFE[*2]
01	11	78.098	930,12	7,53
02	18	205.986	663,57	6,51
03	29	283.525	1.321,47	7,40
04	12	253.015	1.008,17	7,91
05	16	248.483	588,36	6,66
06	08	353.798	1.493,72	8,15

3 O ESPAÇO DO CIDADÃO: O PROTAGONISMO E O PONTO DE VISTA GEOGRAFICO

"O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, como os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna." (SANTOS, 1987, p. 07)

3 O ESPAÇO DO CIDADÃO: LUGAR DE VIVÊNCIA E IDENTIDADE TERRITORIAL

3.1 E ESSE ESPAÇO DO CIDADÃO?

Objetivamos, portanto, nesta seção, pontuar alguns parâmetros mínimos para complementarmos o estabelecimento de uma base ao desenvolvimento do referente trabalho, visando um melhor entendimento e esclarecimento na resolução de algumas questões pertinentes em nossa análise, acerca do processo de luta pela conquista do espaço do cidadão.

Segundo Santos (1987), o espaço do cidadão refere-se a um modelo de organização socioespacial em que as pessoas, além de terem acesso aos bens materiais (obras de infra-estrutura urbana) e serviços (educação, saúde, segurança, cultura, lazer etc.), acham-se realmente integradas à sociedade possuindo, assim, condições de participar, participando dos debates e das tomadas de decisões no que diz respeito ao processo de construção dos seus lugares de vida. Ainda que a concretização desse espaço esteja muito longe de acontecer em muitos lugares das nossas cidades, temos de tê-la como meta.

Esse modelo de organização socioespacial a que Santos se refere, seria uma espécie de modelo cívico autônomo não subordinado ao modelo econômico, legitimando uma democracia verdadeira. Tal modelo pauta-se em dois (02) componentes essenciais à sua realização: a representação territorial e a cultural.

> O componente cívico supõe a definição prévia de uma civilização, isto é, a civilização que se quer, o modo de vida que se deseja para todos, uma visão comum do mundo e da sociedade, do individuo enquanto ser social e das suas regras de convivência. (SANTOS, 1987, p.05)

Essa organização socioespacial mais justa, segundo Santos (1987), perpassa pela utilização do território como instrumento utilizado na distribuição dos direitos da população; e da cultura como meios viabilizadores da construção do modelo cívico, em que a população, ciente de suas causas, interpõe-se em torno da busca constante por uma organização socioespacial digna, ou seja, o espaço do cidadão.

> O componente territorial supõe, de um lado, uma instrumentação do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoa; e de outro lado, uma

> adequada gestão do território, pela qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos seja assegurada. (SANTOS, 1987, p. 05)

O espaço do cidadão é algo impalpável, permeia por ares utópicos dentro da realidade das cidades brasileiras, sobretudo em uma cidade como Recife, onde se pode observar, por exemplo, em um mesmo bairro ou até mesmo numa mesma rua, as diferenças gritantes entre as classes sociais.

Compara-se a noção, do **espaço do cidadão** à idéia de **desenvolvimento socioespacial**, trabalhado por Souza, na perspectiva castoriadiana da autonomia social. Ambas assumem a importância do ponto de vista geográfico da análise social referente às questões de economia, acesso, desigualdades socioespaciais, e, sobretudo, à constante busca pela superação, "o algo mais", das pessoas socioespacialmente organizadas, numa forma alternativa na produção do espaço urbano diferente, diante dos entraves colocados pelo modo capitalista de conduzir e relacionar as questões acima citadas.

É nessa perspectiva que se faz relevante a análise do papel dos movimentos sociais no processo de mudanças efetivas das condições existenciais das pessoas residentes em lugares pobres das nossas cidades, indagando em que medida eles são/estão capazes de utilizando-se do mecanismo da participação, influírem na gestão do seu lugar de vida.

Por isso, escolhemos a experiência do Coque como objeto da nossa análise, buscando ver em que medida o ativismo de bairro está, naquele lugar, contribuindo para o processo de mudança efetiva das condições de vida dos seus moradores. O que pode, em ultima instância, promover mudanças em termos de qualidade de vida e justiça socioespacial.

No que tange à melhoria de qualidade de vida, Souza (2002, p. 61) afirma que este princípio corresponde à crescente satisfação das necessidades tanto básicas, quanto não básicas; tanto materiais quanto imateriais de uma parcela cada vez maior da população. As demandas e os repertórios das ações coletivas de um movimento são importantes nesse contexto, uma vez que, há necessidade de que haja uma carência não atendida (de ordem econômica, política, social e cultural) ou projetos de uma utopia. As carências podem ser de bens materiais e simbólicos. As utopias são uma reinvenção da realidade, têm um ideal a atingir e vão além do possível a ser feito no momento.

A importância da justiça socioespacial, no nosso trabalho, é que a mesma corresponde a questões de acesso à cidade com condições iguais de qualidade de vida (renda, infra-estrutura etc.) (SOUZA, 2002, p. 61). Neste caso, levamos em consideração as especificidades e as necessidades de lugares pobres como o da comunidade do Coque, no contexto da desigualdade social do espaço recifense no âmbito da gestão da cidade, para que as pessoas deste lugar possam se apropriar da cidade.

Partindo da premissa acima, cabe-nos problematizar, nos itens a seguir, ainda neste capítulo, a respeito do papel dos atores sociais como protagonistas no processo de auto-construção do seu lugar de vida, bem como do acesso aos bens coletivos e de infra-estrutura urbana com qualidade de vida e justiça socioespacial. Para tal questão coloca-se as disposições do ponto de vista geográfico no cerne dessa pauta, a abordagem do *lugar*, como ponto de partida das relações fortalecedoras da identidade e das relações sociais; bem como a abordagem do território enquanto instrumento de gestão positiva às atribuições das prestações sociais indispensáveis a uma vida decente (SANTOS, 2004), perpassando pela apreensão da dimensão territorial do direito do cidadão.

3.1.1 A Dimensão Geográfica da Cidadania: Questões de Acesso e Protagonismo

Torna-se importante o ressurgimento dos movimentos sociais de bairro, por estimularem a ampliação da cidadania por meio de reivindicações de direitos sociais e da participação social em decisões políticas; o que é de suma importância para a construção do espaço do cidadão e, por sua vez, para a conquista do desenvolvimento socioespacial.

Nesse processo o espaço geográfico torna-se fundamental, na medida em que consiste em uma dimensão social e política, usada e praticada, também pelos movimentos sociais, no processo de organização da própria sociedade. Quando o lugar (bairro) é usado estrategicamente, no âmbito de relações de poder, ele constitui um território. O território, portanto, classifica-se como "[...] uma categoria geopolítica, produzido por: ações políticas, ações sociais, ações econômicas, e articulado por relações de poder, *locus* de 'conflitos' que necessitam de controle social – gestão." (SANTOS, 2004, p.63), passando a ser usado nas ações sociais. Assm:

> Etimologicamente a palavra território, "territórium" em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino "terra", e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado "jus terrendi" (no Digeste" do século VI, segundo Di Méo, 1998:47), como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa. Di Méo comenta que o "jus terrendi" se confudia com o direito de aterrorizar (terrifier, em frencês). (HAESBAERT, 2004, p. 93).

Cabe atentar-se para a delimitação do conceito de território na perspectiva que engloba as bases conceituais do referido trabalho. A delimitação da abordagem territorial surge aqui na perspectiva da "consciência" e do "valor" territorial no sentido simbólico. (HAESBAERT, 2004, p.87).

No entanto, o ponto de partida da abordagem do lugar, na secção anterior, foi inserido para mostrar e delimitar as bases para a possibilidade de relações simétricas entre os moradores das áreas pobres e o poder público. Tal possibilidade insere-se a partir da força da identidade local, através da força das relações orgânicas, tendo as bases territoriais como determinantes, instrumentos na estratégia política, codificada por e a partir das relações de poder, no processo de participação ou por uma organização socioespacial mais justa. Assim,

> O território não pode ser considerado um agente passivo, uma amostra de dados, um quadro dentro do processo de construção da cidadania. O território dever ser utilizado como instrumento (político e social) no processo de organização e gestão do espaço do espaço na realização da qualidade de vida do homem dentro de suas conquistas (materiais e imateriais) idealizados e projetados. (SANTOS, 1987, p.111)

Delimitou-se aqui essa reflexão a partir da questão do acesso e protagonismo na tentativa de vislumbrar-nos melhor sobre o acesso aos bens materiais, serviços coletivos e infra-estrutura urbana de fato e de qualidade.

3.1.1.1 Quem é de fato protagonista?

Protagonista é aquele que busca colocar-se como principal sujeito de uma ação, em movimento. Segundo Rodrigues (2002, p.13), "o protagonismo social é a ação de um grupo, classe ou segmento da sociedade que se coloca como principal sujeito na dinâmica social é a forma de colocar-se e afirmar-se como produtores da história e do devir social."

A forma de atuação dos protagonistas, no contexto atual das lutas populares no Recife, se dá através de mecanismos institucionais e oficiais que lidam diretamente com bens e recursos

públicos, apropriando-se da gestão e organização do espaço urbano. Cabe questionar quem de fato se constitui como protagonista neste processo?

De um lado existe o poder público, e os interesses acerca do controle da população através dos mecanismos de gestão e pela manutenção do poder. Porém, com o discurso maleável por estar, de certa forma, fazendo com que a população se organize em torno das lutas populares.

Não se pode negar, no entanto, que as lutas populares são importantes impulsionadoras das reformulações do espaço urbano enquanto lugar que deve propiciar aos seus moradores condições de aceso e de qualidade e vida. E que foi a partir dessas lutas que a cidade do Recife se fez referência no Brasil em termos de conquistas sociais.

Essa idéia torna-se bem clara diante da fala de um técnico do OP, em entrevista concedida para a pesquisa, em que afirma que "O OP é um instrumento de gestão que existe pela luta histórica do movimento popular, não a conquista de um governo. Então, não pode ser compreendida como um instrumento de governo de operar a política". (Sr. Rodrigo Callou, técnico do OP).

Se de um lado "existia" uma população carente, necessitada e exausta do modelo antigo da democracia representativa, em que todas as decisões cabiam à liderança, pela sua representatividade, agora ela se vê como ator principal na construção do seu lugar de vida, articulando-se e definindo estratégia; e mais uma vez, do outro lado o poder público acaba se beneficiando, colocando-se permanentemente no poder juntos às classes populares, que tornam a garantir-lhe votos futuros.

Tornar-se algo mais que simples sujeitos passivos do processo social, afirmando-se, em alguma medida, como agentes e protagonistas de seus destinos.

3.2 O LUGAR DE VIVÊNCIA COMO PONTO DE PARTIDA À ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL

Como já fora dito anteriormente, neste trabalho, a delimitação da escala do presente trabalho é a do bairro, no sentido da delimitação geográfica que mais se aproxima do conceito de lugar, que abordaremos neste instante. Tal reflexão acerca desse conceito privilegia a perspectiva do enlace do assunto em questão: a organização social dos moradores do lugar Coque, na construção do espaço do cidadão.

O lugar como ponto de partida à construção do espaço do cidadão perpassa, sobretudo, pela reflexão de Santos (2008, p.113), quando diz que ser "cidadão de um país", sobretudo quando o território é extenso, e a sociedade é desigual, só pode constituir numa perspectiva de cidadania integral, quando alcançada nas escalas subnacionais, a começar pela escala local.

Destaca-se a importância da abordagem do bairro como um referencial de suporte afetivo do cotidiano e organizativo para uma luta por melhor qualidade de vida. "Esse lugar enquanto referencial para as relações sociais, representações coletivas e, eventualmente, para a mobilização social, exerce uma função catalítica" (SOUZA, 2000, p. 159). Para Callai (2003, p.62),

> reconhecer e estudar o lugar que nos dá a identidade nos permite reconhecer o nosso pertencimento para se reconhecer como cidadão de um determinado lugar e que faz parte de um mundo maior. Também oportuniza aprender a fazer a leitura e a análise do espaço construindo para si uma metodologia capaz de estudar espaços mais amplos, mais distantes fisicamente.[...]. O cotidiano pode ser apreendido como lugar, uma vez que as vivências em geral, sejam acrescidas do sentimento de identificação com aquela paisagem com a qual se interage.

A relação do lugar com o bairro é no sentido da valorização do cotidiano. O bairro é o lugar banal, da proximidade, segundo Frémont (1980, p. 122), é o campo o caminho, a rua, a oficina, a casa, a praça, a encruzilhada como bem diz a palavra, através dos lugares "localizam-se" os homens e as coisas. É nos lugares que se acham as condições às lutas urbanas.

A idéia de lugar, aqui é, portanto, a de espaço vivido e dotado de significados. O lugar é um espaço geográfico que se caracteriza por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações (SANTOS, 2004). É, portanto, das relações entre objetos e ações que o lugar se constrói. Assim,

> O lugar é o espaço onde acontecem as relações de coexistência. É onde as pessoas movem-se individual e coletivamente, construindo uma realidade compartilhada. É no lugar que as pessoas criam laços com outras pessoas e encontram significados para a sua presença no mundo. O lugar não tem escala, como o local e o nacional, o lugar tem significados. (MOTTA, 2003, p. 95).

Carlos (1996, p. 27) acrescenta, ainda, contrapondo uma idéia mais "rígida" em torno da apreensão do lugar, que este só pode ser compreendido em suas referências, que não são

específicas de uma função ou de uma forma, produzidas por um conjunto de sentidos, expressos pelo seu uso. Assim,

> [...] o lugar se refere de forma indissociável ao vivido, ao plano do imediato. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua [...] a tríade cidadão – identidade – lugar e aponta a necessidade de considerar o corpo, pois é através dele que o homem habita e se apropria do espaço. (1996, p. 20 e 21)

Assim sendo, o lugar é, concomitantemente, materialidade e imaterialidade; objetividade e subjetividade; o que também não era descartado por Milton Santos quando lembrava das dimensões da tecnosfera e da psicosfera no processo de produção do espaço geográfico. E isto porque a sociedade sem o espaço é pura abstração, ou seja, as relações sociais não acontecem sem o uso da dimensão espacial da sociedade; e, ao mesmo tempo, na medida em que o espaço é usado, novos conceitos e percepções vão sendo (re)criados influindo, por seu termo, no próprio uso do espaço.

Na nossa perspectiva de observação e análise do lugar, que remeteremos o Coque é um espaço vivido, colocado como ponto de partida na delimitação simbólica do espaço de luta; espaço que é constituído pelas relações socioespaciais a partir de duas dimensões: a da identidade local (orientada a partir da razão local) e a identidade concebida (representada pela razão organizacional orientada pelo poder público, Estado). Neste caso tem-se a força da solidariedade organizacional sobrepondo-se à solidariedade orgânica, tornando o espaço cada vez mais racional. (YÚDICE, 2004, p. 23).

Assim, temos que:

- O Estado pode e deve entrar na equação do movimento do espaço contribuindo com a norma, a razão organizacional
- A comunidade local precisa entrar com a comunicação simbólica, a ação orgânica, a razão local.
- Não podemos impor uma forma espacial, ela precisa se formar na solidariedade orgânica, uma razão local.

O intuito, desse processo estabelece-se no lugar, o cerne dos laços afetivos e das relações a partir do que Santos, baseado em Durkheim, designou por solidariedade orgânica, que se traduz nos laços que "unem" uma pessoa a outra, por um bem comum, formando redes de solidariedade que fomentem um ativismo permanente, de lutas constantes. É a partir desse

enlace que se procurou a todo momento durante a pesquisa, identificar esse "bem comum" que fosse representativo no lugar Coque.

Assim caberá nesse processo, identificar algo próprio do lugar, a partir de relações orgânicas, da concepção do território enquanto instrumento viabilizador, a partir da construção da identidade local, no intuito de apontar tal potencialidade para que se possa pensar em estratégias que permitam e garantam aos seus moradores uma amplitude de sua organização, bem como nas suas reivindicações, ponto inicial para saltos consideráveis em termos de cidadania.

3.3 A IDENTIDADE TERRITORIAL COMO UM INSTRUMENTO VIABILIZADOR DA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DO CIDADÃO

A formação do caráter identitário dos grupos sociais, moradores pobres, sobretudo, sob a perspectiva do território enquanto instrumento viabilizador para se pensar o espaço do cidadão, é o ponto chave para se estabelecer um parâmetro, no caso do lugar Coque, do seu potencial de organização social.

A palavra identidade (Gráfico 06), assim como seu significado, foi a dimensão inerente à construção do caráter dos movimentos sociais representado no capitulo anterior, servindo-nos como base na perspectiva geográfica que se está propondo, como o potencial estratégico, que mais se enquadrou para a formulação da análise da organização dos moradores do Coque, como uma experiência; bem como na sua relação com o pode público na garantia dos direitos básicos de sobrevivência e melhoria das condições de vida.

O grárafico abaixo representa alguns pontos, palavras chaves, que estão intimamente relacionados, convergindo, ao mesmo tempo, para o termo identidade. Destacamos tais pontos a fim de tratá-los como potencialidades que podem servir de estratégias na relação entre população e Estado.

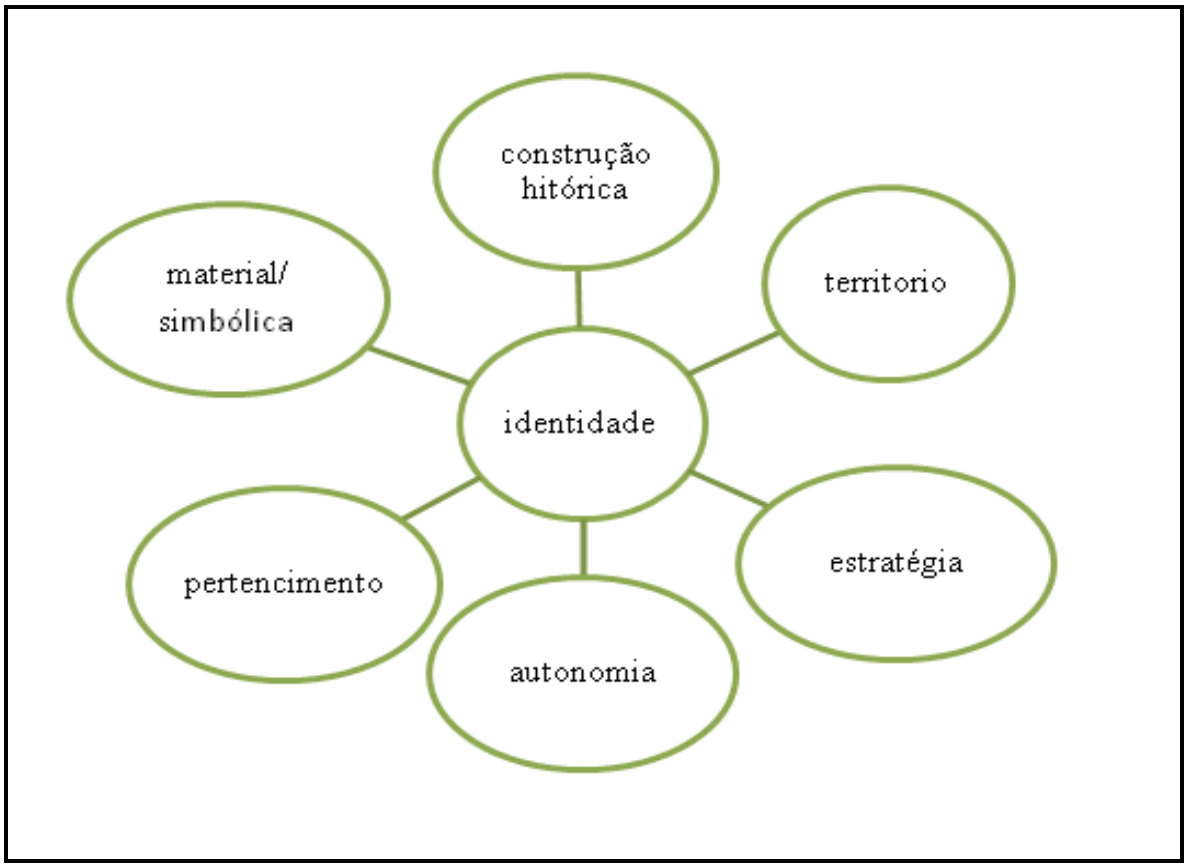


Gráfico - 06
Esquema palavras-chave que convergem ao termo identidade
Fonte: elaborado pela autora, com bases em Gonh (2006); Haesbaert (2004)

Nesta concepção, o processo de construção histórica de um determinado lugar se dá de forma constante, e esse processo é que vai distinguir e identificar o sujeito, indivíduo, como ator social e protagonista da construção e desenvolvimento do seu lugar de moradia. Ingrediente fundamental para se pensar no "a partir do lugar".

A noção ou cosnciência de pertencimento é que vai potencializar os laços de solidariedade. "É a unidade que constitui nosso reconhecimento como indivíduo ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território." (HAESBAERT, 2004, p. 104). Ou seja, é o fundamento da comunidade em laços pessoais de reconhecimento mútuo e no sentimento de adesão a princípios e visões de mundo comuns, que fazem com que as pessoas se sintam participantes de um espaço e tempo, ou seja, origem e território comum são ingredientes fundamentais na identificação da solidariedade orgânica.

A identidade também é construída a partir de representações objetivas e subjetivas, de caráter materiais e simbólicas, respectivamente. Essa abordagem se põe nas bases das práticas e do

discurso que legitimam as ações dos movimentos sociais frente às realizações das reivindicações, do diálogo com o poder público etc.

O território faz-se importante, assim, pelo caráter de mediador espacial, e por servir de base para a construção e definição da identidade. Tal mediação no espaço se dá através das relações de poder. As relações de poder no território se dão em múltiplas escalas definidas pelos reflexos nas desigualdades socioespaciais. Segundo Haesbaert (2004, p.104), toda relação de poder mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa, e ao separar de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos.

Diante das representações das relações sociais no espaço que se está discutindo, distinguindo e relacionando, destacou-se dois pontos importantes. A identidade é construída sob duas concepções fundamentais na problemática socioterritorial. A primeira se faz presente na representação do espaço; e a segunda nos espaços de representação (Gráfico-07).

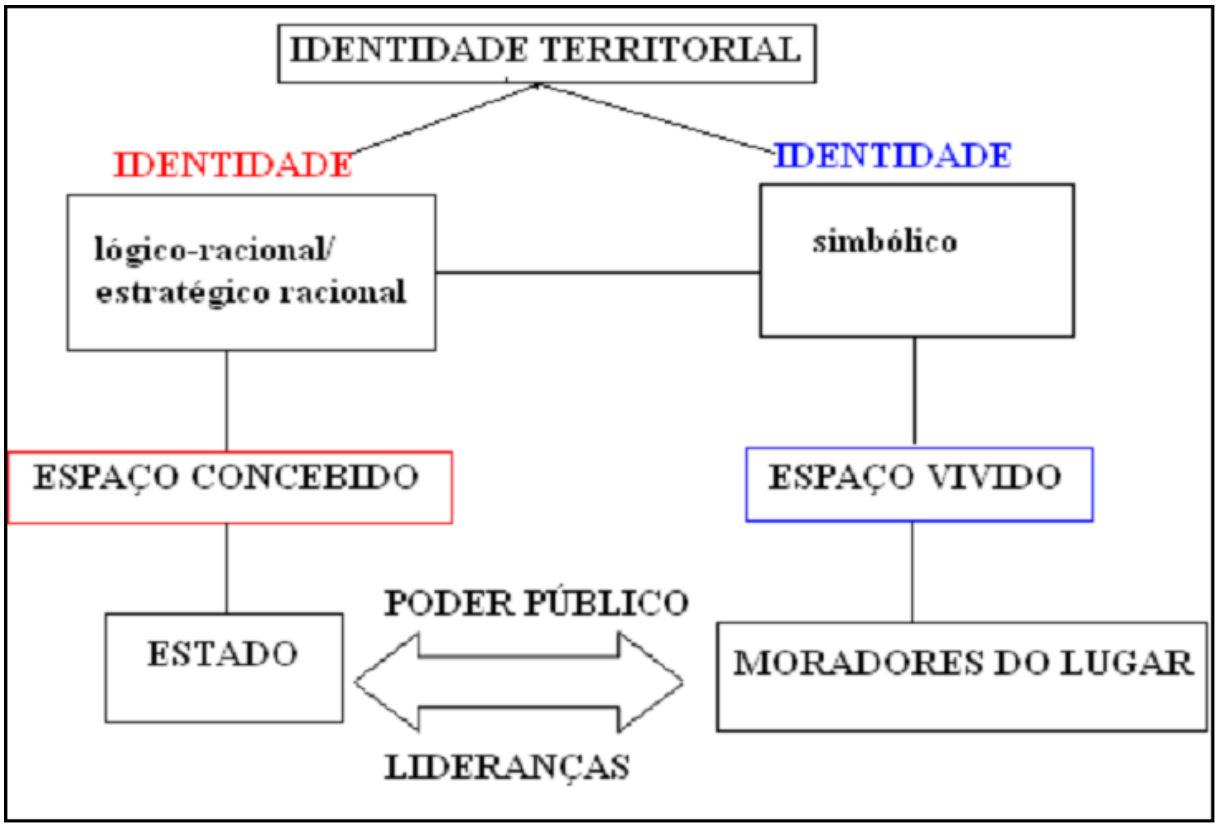


Gráfico 07
Representação relacional da identidade territorial a partir de duas concepções
Fonte: Elaborado pela autora, com base em Haesbaert (2004)

Para delimitarmos melhor essa análise dizemos que a representação do espaço, também interpretada como espaço concebido, refere-se às simbologias presentes no caráter e no valor

institucional vinculado ao Estado, cuja visão espacial é, do ponto de vista estratégico funcional, dotados de ideologias, e isso se reflete nas relações com a população.

A concepção da identidade simbólica, ou seja, de espaços de representação nasce no/e a partir do lugar de moradia. Compreende-se do espaço vivido "resíduos irredutíveis", salienta Haesbaert (2003, p.106), ao domínio lógico-racional e estratégico do Estado. É atribuído a esta concepção o valor de uso do lugar, a partir das relações simétricas entre a população local.

As bases dessas duas concepções se encerram numa relação de troca entre as lideranças, no caso da nossa interpretação, e o Estado. O espaço a ser concebido a partir das especificidades do lugar, seria uma forma de entrada do Estado no centro deste lugar por meio da gestão participativa, dialogando com a população a partir das suas lideranças. Assim, pode-se dizer que:

> As identidades territoriais podem ser construídas de formas diferentes, umas mais ligadas ao domínio estratégico-funcional do espaço pelo poder econômico e político, sendo construídas com base em um espaço concebido, e outras mais ligadas a uma apropriação simbólica, tendo mais como referencial e subjetividade e a experiência do espaço vivido. (HAESBAERT, 2004, p. 105)

Essas lideranças, por sua vez, estão incluídas diretamente no processo que estabelece tal relação recebendo as ideologias, teorias e planos do Estado. Embora a idéia de participação inclua todos os moradores, os seus lideres assumem o papel de interlocutores diretos. O que se está implícito é que as identidades reproduzem-se quando agregamos valores ideológicos culturais e políticos. Ao nosso ver, seria um fator negativo para a formação de uma identidade individual e local responsável pela formação de uma coletividade.

Os líderes teriam de estar cientes das suas restrições identitárias, para não subjugá-las às sobreposições estratégicas e funcionais do Estado; e sim apropriar-se delas a partir de suas simbologias oriundas do lugar de vivência. Sendo assim, concorda-se com Santos (2003, p. 99) quando da prerrogativa de que a construção das identidades faz-se no interior dos contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e escolhas.

Enxerga-se aí uma fresta que nos levaria a alçar um horizonte ético e político, como um princípio de autonomia, a partir de uma relação mais simétrica entre poder público e população no processo de participação que se direcione à construção do espaço do cidadão.

É importante ressaltar que se está colocando essas ressalvas a respeito da construção da identidade a partir do território, porque se faz necessário remetermos à realidade da experiência do Coque no sentido de resgatar essas nuances identitárias no lugar, no intuito de buscar respostas às questões colocadas na formulação deste trabalho, bem como buscar soluções alternativas à população do Coque, do que foi negado ou afirmado diante da hipótese colocada, temos que:

> Toda identidade territorial é uma identidade definida através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto na realidade concreta, o espaço geográfico construindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. (HAESBAERT, 2004, p. 104)

A identidade territorial é construída no lugar Coque, no momento em que este espaço, como ponto de partida, a partir dos laços comuns que envolvem os seus moradores, torna-se um instrumento de mediação espacial das relações de poder, tendo como base o processo de participação popular que tem acontecido no lugar.

3.4 O COQUE NO CONTEXTO DAS DESIGUALDADES SOCIO-TERRITORIAIS DO RECIFE

Nesta secção adentrar-se-á no Coque posicionando-o no contexto das desigualdades socioespaciais do Recife. Era de preferência autora, pelo seu caráter entusiasta e otimista, não precisar se remeter a tal contexto tão abordado quando se fala do Recife, ou seja, ao assunto das desigualdades sociais refletidas no espaço da cidade.

Porém, falar da Comunidade do Coque sem se remeter a essa fragmentação espacial, não seria interessante do ponto de vista da denúncia[23], em mais um trabalho acadêmico, das distorções relativas à construção da inclusão social e à busca pela cidadania através do acesso à cidade.

[23] Não que nosso trabalho seja puramente de denuncia, pois não desejamos voltar ao início do processo de construção da "geografia crítica". Mas a denuncia no que se refere aos encaminhamentos da construção do

O primeiro ponto a destacar no que concerne à condição do lugar no contexto das desigualdades no Recife é o da própria localização do Coque, evidenciando, também, sua situação de renda, acesso aos bens coletivos e instrumentos aos desenvolvimento humano.

3.4.1 Entre os Limites do Rio Capibaribe e a Linha do Trem: O Coque

O referido lugar, também conhecida como ZEIS Coque[24], está situado nas áreas dos bairros Ilha Joana Bezerra e São José, na RPA 01, entre as microregiões 1.2 e 1.3 (figura - 04), a 2,5 km do centro do Recife. O Coque acha-se numa situação geográfica que, por si só, demonstra as desigualdades socioespaciais da cidade: de um lado, como pano de fundo, o nobre bairro de Boa Viagem (a 3,5km), que concentra hoje grande parte da renda da cidade, juntamente com o restante do entrono do Coque: a Ilha do Leite, bairro que concentra um dos mais importantes pólos médicos privados do Brasil; e é "espremido" ao norte por uma mancha azul que indica área com maior IDH da cidade, área composta pelos bairros da Torre, Graças, Casa Forte, Madalena, Aflitos. (Figura 04)[25].

espaço de cidadania, a partir de um lugar importante da cidade, faz-se necessária para explicarmos o porquê da situação atual dos fatos relativos à problemática da mudança socioespacial efetiva em lugares pobres.

[24] As ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), referem-se a um instrumento urbanístico criado com o intuito de incluir, no zoneamento da cidade, areas vuneraveis aos padrões urbanisticos adaquados. A institucionalização comunidade do Coque se deu através do Decreto 11.610 em 1980, reconhecendo o Coque como uma das 26 áreas Especiais do Recife. Posteriormente a Lei de Uso e Ocupação do Solo nº. 14.511 de 1983 a reconheceu como ZEIS. (BDZeis – Banco de dados das zeis, 2007)

[25] Essas áreas apresentam as maiores concentrações de renda e do IDH do Recife. Ao norte do Coque , na área demarcada, a população concentra uma renda média que varia entre R$ 3.000.00 e 5.000.00 . Ao sul representado pelo bairro de Boa viagem, a renda média é de R$ 2.500.00.(Fonte : dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, 2005)

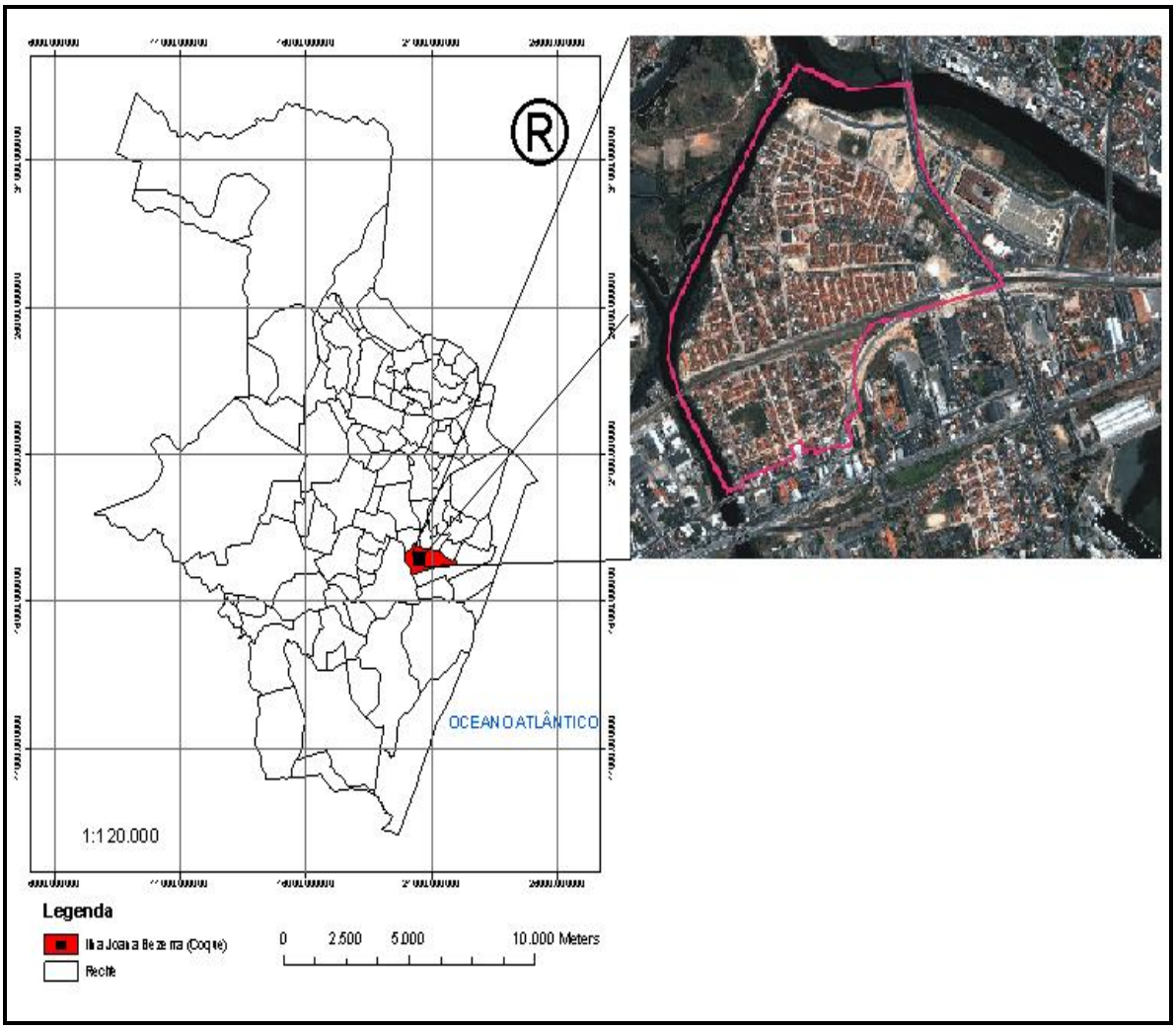


Figura 04
Localização espacial do coque
Fonte: Base extraída do ZAP, com formatação da autora; imagem aérea extraída do BDZeis, (2007)

Figura 5
Localização socioespacial do coque: fragmentação territorial
FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, 2005
IMAGENS COQUE: Débora Ferraz
DEMAIS IMAGENS: www.jc.com.br

O Recife mantém uma divisão político-administrativa constituída de seis RPA´s, Regiões Político-Administrativas – que congregam os 94 bairros existentes na cidade agrupados de acordo com a sua localização. Muito embora essa divisão esteja voltada para as necessidades do planejamento e da administração da cidade, ela reflete a realidade dos diferentes territórios da cidade permitindo que se identifiquem onde os contrates encontram-se mais acirrados (Tabela 01).

TABELA 01 - Recife em números por RPA

RPA	Nº BAIRROS	Nº DE HABITANTES*[26]	RENDA MÉDIA DO CHEFE	NÍVEL EDUCACIONAL DO CHEFE**[27]
01	11	78.098	930,12	7,53
02	18	205.986	663,57	6,51
03	29	283.525	1.321,47	7,40
04	12	253.015	1.008,17	7,91
05	16	248.483	588,36	6,66
06	08	353.798	1.493,72	8,15

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, 2005

NOTA:

RPA 01 (Paissandu renda média R$ 1.900,00 – Coque R$ 199,36);
RPA 04 (Madalena renda média R$ 1.800,00 – Caranguejo Tabaiares 180,00);
RPA 06 (Boa Viagem renda média R$ 2.857,28 – Ilha de Deus renda media R$ 105,00);

Os níveis de renda nas distribuições das RPAs 01, 03, 04 e 06, mostram as desigualdades em cada área. Muitas dessas áreas concentram um grande de numero de Zeis, e isto evidencia no território do Recife os níveis de fragmentação. Embora o Coque esteja localizado em uma área onde os níveis de renda média do chefe de família no mês é de R$ 930,12, se apresentando como um dos mais elevados, como está descrito na tabela 02, e numa área que concentra apenas cerca de 06% da população total do Recife, pode-se afirmar sobre a fragmentação socioespacial, onde lado a lado sobrevivem realidades diferentes.

A exposição nesses dados não se trata de qualificar ou em medir quem tem uma renda maior ou quem tem a renda menor. Esses dados são reflexos de uma realidade do Recife que interage numa relação de proporcionalidade com a questão do poder no processo de intervenção na cidade juntamente ao poder público, notadamente quando evidenciamos a questão do acesso dos recifenses aos bens coletivos de infraestrutura urbana e de serviços.

Porém, trata-se de moradores de áreas pobres da cidade que mais têm atuado, através de reivindicações, por melhorias de vida nas lutas urbanas. A sua vizinhança com áreas nobres da cidade não somente evidencia as desigualdades sociespaciais como também acirra, na mesma medida, as inquietações e por sua vez, os conflitos sociais.

[26] Total Recife : 1.422.905 hab.
[27] Total Recife: 7,44

De acordo com os dados que revelam áreas de maiores níveis de renda, fornecidos pelo Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, o lugar estudado apresenta uma renda média de R$ 199, 36; é a quarta (4ª) Zeis com a menor media de renda por chefe de família do Recife, perdendo apenas para Ilha de Deus, R$ 105,00 (RPA 06); Caranguejo Tabaiares R$ 180,00 (RPA 04) , e Beirinha R$ 193,39 (RPA 05). Uma das maiores intensidades (33%) de pobreza é conferida ao Coque; e apresenta uma das menores médias de tempo de estudos pelo chefe da família, o responsável pelo domicílio apresenta cerca de 3,88 anos de estudos dentro do universo 7 anos de estudos da RPA 1, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, 2005.

Esses números são apenas ilustrativos, em campo "atualizamos" os dados, em um universo de 20 pessoas entrevistadas a média da renda da família era de 1 a 2 salários mínimos. 80% dos entrevistados eram autônomos e tirava o sustento da família ao entorno do Coque (dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, 2005).

A ocupação da área hoje denominada Zeis Coque remonta às primeiras décadas do século XX, com a ocupação de alagados e mangues pela população pobre – os mocambeiros (ex-escravos e pescadores). (BDZeis, 2007). Mas a intensificação da ocupação está intimamente ligada ao processo de arradicação dos mocambos ocorridos, principalmente, a partir dos anos 30 e 40 do século XX.

Mas há quem diga que essa é a "região" em que se insere a comunidade estudada a qual foi palco, no passado, de eventos significativos na vida política do país. Foi na área do aterro de Afogados, que se estende até à Rua Imperial (que margeia o Coque), passando pelo Largo da Paz, que as tropas republicanas e as forças da corte travaram combates durante a Confederação do Equador (1824); e também durante a Intentona Comunista (1935).

A partir de conversas com os moradores in *loco*, constatou-se que a região começou a ser povoada no final do século XIX, tendo o processo se acelerado em dois períodos distintos: no início dos anos 1940/1950 e na década de 1970/1980, acompanhados pelas grandes construções que hoje caracterizam o entorno do lugar, como a construção do sistema viário, que fez com que a população residente às margens do Rio Capibaribe e, posteriormente, no período de 1980, fosse recuada, implantando-se também o Conjunto Habitacional do PROMORAR (1980). (ver cronologia mais detalhada no apêndice 03).

A maioria da população do Coque é constituída por antigos moradores de municípios do agreste e da zona da mata, que chegaram à região metropolitana há cerca de 50 anos. No seu contexto histórico mais atual, o Coque tem sido palco de inúmeras ações organizadas pela própria população, por direito à moradia e a condições dignas de vida.

Surgido a partir das ocupações irregulares da cidade, o Coque, possui seus mais de 40 mil habitantes inseridos em contexto de graves problemas relativos a saneamento, moradia, meio ambiente, educação e saúde (Figura 06), revelando um dos piores IDHs[28] da capital. Os dados dos gráficos 08 e 09, mostram que a RPA 01, onde se localiza o Coque, apresenta a maior deficiência em termos de saneamento básico, não obstante ser a região onde se acha localizada a área central histórica da cidade e áreas nobres. Sendo que, de toda a RPA 01, o Coque apresenta uma média 31% da população sem condições de saneamento básico, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife.

Figura 06
Areinha: lugar de cidadãos do coque
Fonte: Débora Ferraz, 2009

[28] Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e esperança média de vida. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população.

Como já foi mostrado no capítulo anterior, o saneamento básico é um dos maiores problemas da cidade do Recife, sendo esta demanda a mais reivindicada na historia do OP (ver gráficos 08 e 09) .

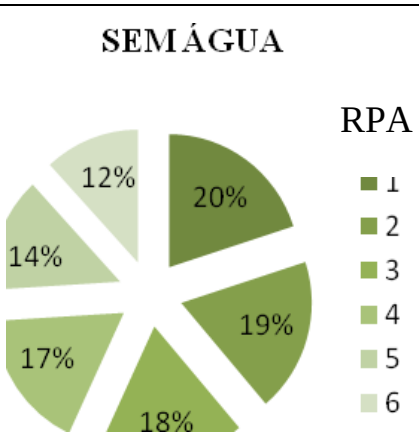


Gráfico 08

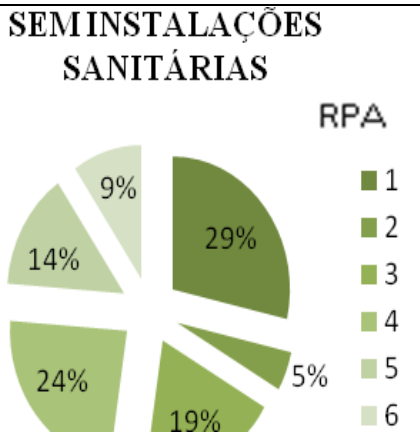


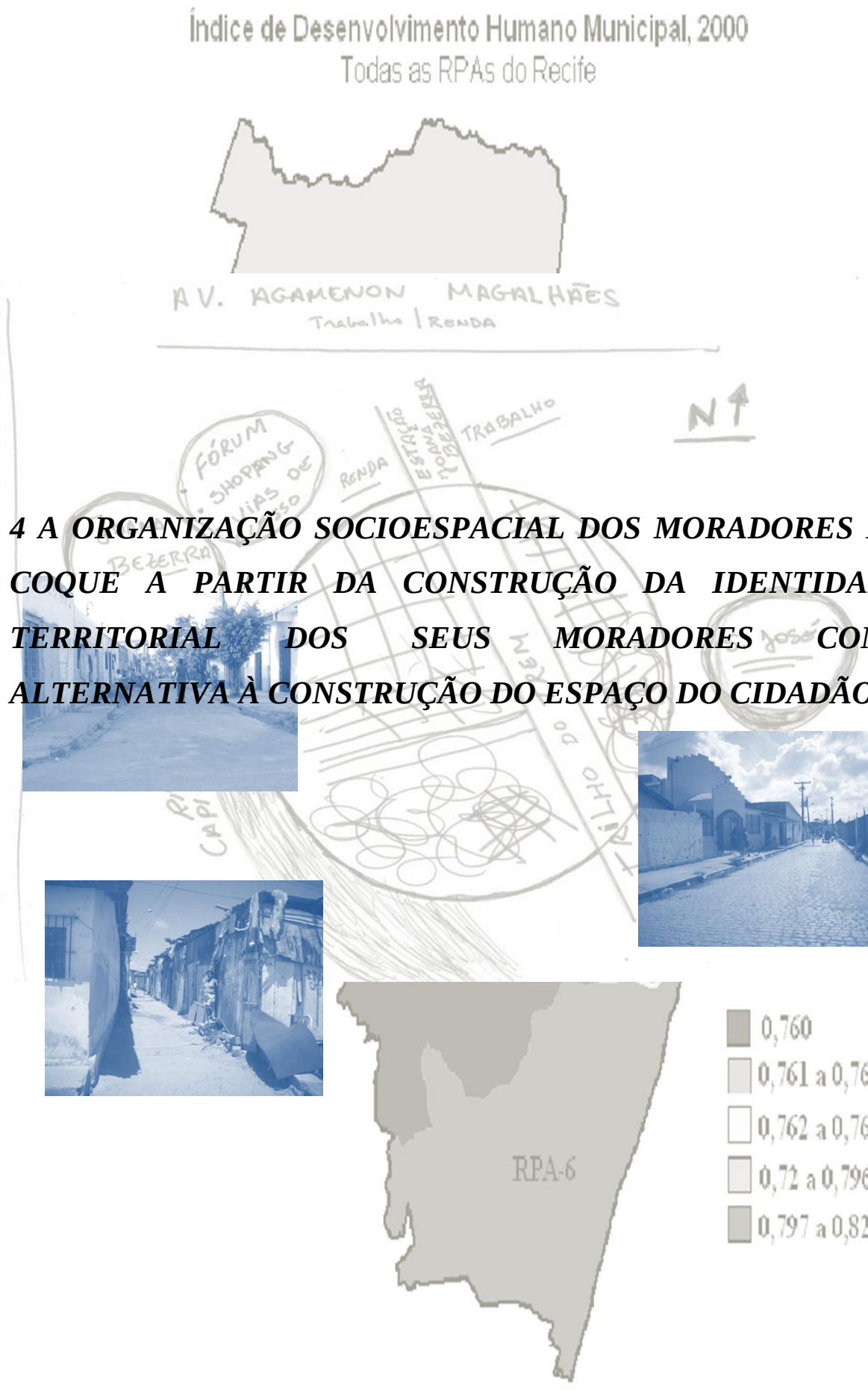
Gráfico 09

Gráfico 08 e 09

Problemas de saneamento: RPAs SEM ÁGUA; Problemas de saneamento RPAs SEM INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Fonte: atlas do desenvolvimento humano do Recife 2005

Portanto, os fatos associados de já haver no lugar em tela, uma certa tradição em termos de lutas urbanas, bem como a consciência dos moradores de que fazem parte de uma área cuja paisagem apresenta-se com fortes desigualdades socioespaciais, constituem elementos fundamentais que impulsionam sentimentos de inquietação e, por sua vez, de formação de uma organização socioespacial diferente.



4 A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS MORADORES DO COQUE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DOS SEUS MORADORES COMO ALTERNATIVA À CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DO CIDADÃO

4 A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS MORADORES DO COQUE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DOS SEUS MORADORES COMO ALTERNATIVA À CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DO CIDADÃO

Vimos que são várias as palavras-chave que convergem à essência dos movimentos sociais. Ao longo desta dimensão , buscou- se trabalhar as potencialidades das organizações populares a partir de identidades territoriais como ferramentas para orientação dos movimentos sociais. Atentar-se-á para três pontos de reflexão que nos levem a firmar um caráter diferente dos moradores do Coque no processo de participação popular, com conhecimento de causa e de informação. Os pontos são: (1) a partir de um recorte no tempo e no espaço das representações sociais dos moradores do Coque; (2) a partir da relação entre delimitação objetiva e simbólica nas relações sociais no lugar e (3) a influência dessa delimitação no processo de participação popular.

4.1 UM RECORTE NO TÊMPORO-ESPACIAL DAS LUTAS DO COQUE PELO DIREITO À CIDADE

Sob o presente foco, pode-se identificar, a partir de análises de documentos de jornais, o papel dos moradores do Coque na construção de sua história de luta. Tal construção faz-se necessária neste trabalho, porque se trata do resgate da memória do lugar, não apenas a partir dos noticiários jornalísticos, mas também a partir das lembranças dos moradores; o que é importante à compreensão da natureza do lugar construído.

Dessa forma considera-se que a transformação positiva do lugar começa pela lembrança. Além da lembrança outro ponto que consideramos estratégico à formulação da identidade é o que se refere ao sentimento de pertencimento. Assim, pode-se afirmar que é o sentimento de pertença, os laços de solidariedade, que vai constituir o reconhecimento do indivíduo ou grupo a um território, lugar, a sua comunidade. (HAESBAERT, 2004, p. 104).

Esse, "apanhando" da história, como diz dona Neuza, cidadã moradora do Coque, se faz necessário pela importância do resgate da memória dos moradores no intuito de conceber a partir dessa perspectiva um enlace fundamental à construção da identidade do lugar.

O mesmo "apanhado" teve a colaboração dos moradores sob dois aspectos: primeiro na disponibilização dos encartes com os recortes de jornal, trazendo noticiários acerca do Coque sob vários aspectos; e segundo, contribuindo com a formulação da história de luta do lugar através das suas lembranças. Os moradores entrevistados tinham uma faixa etária variante entre 19 e 73 anos de idade. O recorte temporal remeteu às décadas de 1970 à 2006. (ver o apêndice 04, o recorte temporal com os principais noticiários sobre o Coque).

Essa delimitação temporal, por sua vez, não foi aleatória. Remeteu-se à década de 1970-1980, pelos pré-requitos relacionados à cidade do Recife no contexto das lutas urbanas. A década de 1970 é marcada pelo fim do período militar e início da abertura política. Um período em que o país se voltava para o capital internacional. O lema da época era: "Fazer primeiro crescer o bolo, para depois reparti-lo". Ou seja, na teoria, os investimentos públicos a favor do capital deveriam ter um retorno social, retornados à sociedade, solucionando o problema da pobreza; todavia, as populações pobres só conseguiam ter acesso a migalhas desse crescimento.

> Durante as décadas de 70-80, o Coque era uma das comunidades que mais possuía a atuação de movimentos populares resistentes à ditadura militar. (Sr. Rosivaldo, 73 anos, cidadão morador do Coque desde os 2 anos de idade).

No Recife e em outras cidades no Brasil, a ditadura reprimia os movimentos populares e jamais eram aceitos como interlocutores ou parceiros. Os canais de participação nas decisões políticas foram fechados. Lembrando que anteriormente à ditadura, o prefeito do Recife era Pelópidas Silveira, e sua gestão era de caráter populista, dando visibilidade aos movimentos sociais anteriormente já anunciado neste trabalho.

As lutas dos moradores do Coque voltavam-se, neste contexto, para a conquista da posse da terra, de qualidade de vida (ver recorte de jornal com noticias acerca das reivindicações do Coque, apêndice 05), para a denúncia da pobreza a que estavam subjugados, ou seja, lutavam também por justiça social. Essas lutas se davam em uma escala que ultrapassava os limites do bairro. Enquanto isso o Poder Público voltava-se para obras de inserção do país no mercado internacional.

Nessa configuração socioespacial sob uma política conhecida com o jargão "Grandes tocadores de obras", "a cidade ganha seus viadutos da Avenida Norte, Afogados, Cabanga, João de Barros, Cindo pontas e Joana Bezerra [...] a cidade vai se modernizando e expulsando

a população das áreas nobres para a periferia" (ETAPAS, 1989, p.37). Nesse período os moradores do Coque foram os que mais sofreram, também por estarem localizados em uma área bastante cobiçada pelo mercado imobiliário; alguns moradores tiveram seus mocambos demolidos, e outros recuaram para as margens do Rio Capibaribe.

Um outro momento importante foi o da década de 1980, em que grande parte das lutas populares ganhara visibilidade. Trata-se do período que se estende da concretização da abertura política à promulgação a constituição cidadã, que dava a todos os cidadãos, pelo menos em teoria, o direito de participação nas decisões políticas, em qualquer escala do Estado.

O prefeito do Recife, nesta época, foi Gustavo Krause. Sua proposta de gestão era adentrar as áreas pobres, nas palafitas da cidade. "O governo se fará da cidade para a prefeitura e não da prefeitura para a cidade." (fala do então prefeito Krause) (ETAPAS, 1989, p. 48). "Era então o poder público se fazendo presente nos bairros pois se tratava de iniciativa que visava a cooptar os movimentos organizados"(ETAPAS, 1989, p. 54). A visibilidade dos movimentos populares teve reflexo no aumento do número das associações de moradores, pois passou-se a ter a possibilidade de mais diálogo com o poder público.

> Viemos de Caruaru...era tudo desorganizado por aqui, lembro como se fosse hoje. Minha mãe junto com os moradores daqui se reuniram e foram na prefeitura pedir iluminação.... esse lugar não tinha energia elétrica. Com o prefeito, Krause[29], foi bom, ele vinha na nossa casa,. Entrava e conversávamos com ele. Mas é aquele negócio, né? Ele vinha porque interessava a ele. (Fala de Betânia, cidadã moradora do Coque).

No Coque a entrada da prefeitura caracterizou-se de várias formas. As intervenções da prefeitura no lugar foram desde o momento do crescimento do lugar, na época de suas primeiras ocupações, até hoje, fazendo com que o Coque fosse perdendo sua fisionomia. Porém, apesar das varias gestões e propostas de intervenções para o lugar, os objetivos das lutas dos seus moradores sempre foram os mesmos, a garantia da posse da terra.

Ao longo da década de 1980, o palco privilegiado das lutas sociais foi estritamente o urbano. Nele, eram formadas as organizações de bairro a partir de lutas por saúde, educação, acesso aos equipamentos urbanos e serviços, assumindo as feições de novos movimentos sociais.

[29] Esse prefeito, conforme posicionamento político-ideológico, " de direita". Porém, em sendo uma pessoa mais aberta, e num momento político de maior abertura política , não poderia ter feito outra coisa que se aproximar mais do povo; e em fazendo isso, poderia atenuar mais a situação de fortes tensões sociais da época. Na verdade, naquele momento, o que o povo queria era atenção para os seus problemas mais graves.

Na gestão seguinte, com Joaquim Francisco, a política da prefeitura para com os bairros populares foi modificada. Voltava-se às questões urbanísticas da cidade como um todo, não privilegiando mais os bairros populares. O diálogo com os movimentos de bairro acontecia de forma esporádica. Neste governo, não se detecta nenhuma estratégia política específica de conquistar ou regulamentar, para o jogo político, o movimento de bairro.

Um momento importante desta gestão foi marcado por uma série de privatizações que aconteciam em toda a cidade, inclusive no Coque. Para os moradores do lugar, esse momento foi de extrema tensão, pois a ação privativa do governo, que se estabelecia ali, iria dividir o bairro de Joana Bezerra, mais precisamente o Coque em dois bairros. A construção da Estação de Metrô Joana Bezerra, tornou-se um grande símbolo desse período que se configurou no lugar. Esta intervenção representa uma concepção ideológica da representação do espaço concebido pelo poder público.

> Foi difícil, agente viu e passou por tudo aqui nesse lugar. Quando agente soube que iam construir o metrô, foi um Deus nos acuda. Todo mundo com as mãos na cabeça, sem saber o que fazer, porque só tinha certeza de uma coisa: agente ia sair perdendo. Mas quando a prefeitura, mais o METROREC[30] chegaram aqui para derrubar tudo, agente não ficou parado não, agente lutou até o fim, mas não deu certo. Ta aí, ta vendo? Bem no meio do Coque, as linhas do metrô. E hoje, muita gente tira o sustento daí. De alguma forma agente tinha que conviver com isso.(Sr. Rosivaldo, 73 anos, desde os 2 anos como morador do Coque)

O período de 1980 foi bastante intenso no sentido das articulações populares. Outro momento considerável foi durante a gestão municipal de Jarbas Vasconcelos. O prefeito contou com a ajuda de dois ícones importantes na memória dos movimentos de bairro: Pelópidas Silveira e Miguel Arraes, prefeitos do Recife entre os anos de 1955 e 1968. Com o jargão "É povo de Novo", fazia-se uma leitura crítica de oposição à gestão anterior, que se afastou dos bairros. As experiências de gestão participativa foram recuperadas na era Jarbas, com a Lei do Prezeis e o Orçamento do Município.

> Na época de Jarbas até que foi bom para a gente, ganhamos um posto de saúde, antes era difícil conseguir. (Sr. Edinaldo, morador e coordenador do OP no Coque)

A partir do programa "prefeitura nos Bairros, tinha-se a proposta de voltar a inserir-se nos bairros populares com o objetivo de tornar a prefeitura transparente, descentralizada e

[30] Metrô do Recife. É composto atualmente de vinte e oito estações, com linhas que somam 39,5 quilômetros de extensão, transportando cerca de 210 mil usuários por dia. (dados oferecidos pelo METROREC, 2008)

democrática a partir da participação do povo na administração decidindo o que é melhor para o seu bairro.

Na medida em que o povo do Coque ia organizando-se e mobilizando-se num contexto em que os poderes públicos tornaram-se mais sensíveis aos seus problemas, ainda que isto tenha acontecido mais no âmbito do discurso político, os interesses locais passaram a se impor sobre os lheios:

> Todos os dias eu fico me perguntando, e agora, o que vão tirar da gente? O que vão tirar daqui para construir algo que a gente nem tem o direito de usar, usufruir?Isso foi o que aconteceu com a construção do Fórum. Entraram na nossa comunidade, depois de muitas brigas, e hoje nem tirar um registro de casório de graça agente podia. Entramos com uma reivindicação. Queríamos, pelo menos, que eles prestassem um serviço para nós. A comunidade teria que se beneficiar disso de alguma forma. (Betânia, cidadã moradora do Coque).

O Coque vivia grandes tensões por causa das privatizações do espaço que tanto ameaçam a população até hoje. A comunidade do Coque vivia a efervescência do momento, através do poder de mobilização atrelado àquela comunidade pelas constantes ameaças da "invasão branca", como assim eles costumavam chamar as intervenções de reforma e de empreendedorismo do governo na área, sempre objetivando expulsá-los.

Na atualidade, a comunidade ainda vive o mesmo drama da posse da terra. Drama esse que não se restringe apenas às ansiedades dos moradores do Coque, mas de todas as comunidades carentes do Recife, que tem o sonho de um dia falar da garantia dessa posse. Os moradores do Coque têm a noção do seu papel no processo de construção de cidadania, porém sempre que são incitados a falarem de lutas, organização popular etc. os moradores sempre voltam a seu passado, mas a comunidade ainda vive na cidade de um único Recife e dois mundos. E o futuro?

Cabe lembrar que um dos pontos estratégicos à construção de uma identidade territorial é o da construção histórica dos moradores, ou de movimentos, bem como o sentimento de pertença, geradas a partir desses práticas e experiências que servirá como instrumento de estratégia nas relações com o Estado no processo de participação, alçando saltos à construção do espaço do cidadão.

De qualquer maneira, a história e a fala dos moradores do Coque mostram-nos que não foi fácil, mas eles conseguiram ficar no lugar escolhido, por eles mesmo para viverem na cidade.

A partir do que, construíram laços de pertença (solidariedade orgânica) que reforçaram e, ao mesmo tempo, foram usados para experienciarem juntos diversas práticas socioespaciais na área e na cidade.

O que constituem elementos fundamentais a uma participação que pode acontecer de modo, pelo menos, mais próximo do que já colocamos como autonomia, sendo esta uma condição fundamental ao espaço do cidadão e, por sua vez, ao desenvolvimento socioespacial.

4.2 DELIMITAÇÃO OBJETIVA X DELIMITAÇÃO SIMBÓLICA: EM QUE ISTO INTERFERE NA PARTICIPAÇÃO DO COQUE?

No lugar Coque é possível observar vários traçados, um tanto confusos para quem não conhece o lugar. No tocante a essa afirmativa, os traçados correspondem às delimitações político- administrativas e as simbólicas. Dessa forma, diante deste contexto, simplificou-se da seguinte forma a organização espacial da comunidade do Coque: existem exatamente duas escalas de atuações no território; uma representada e criada pela comunidade (simbólica), outra pelo poder público (objetiva – RPA).

4.2.1 Caracterização dos Objetos Socioespaciais Revelando as Varias Faces do Coque

No croqui[31] das representações simbólicas no Coque (figura 07), pode-se observar abaixo, a nível de ilustrações, a inserção de vários objetos representativos. Tais objetos trazem elementos que caracterizam o potencial da área para o benefício dos moradores, como as proximidades da avenida Agamenon Magalhães, onde grande parte dos chefes de família tiram o seu sustento; como trazem também elementos que denunciam a "invasão branca" do Estado , no intuito, da "expulsão negra", dos moradores. Paralelo ao croqui, uma imagem aérea com as devidas delimitações. (figura 08).

[31] Tal esboço referiu-se a uma necessidade imediata da autora, com o intuito de entender as varias formas e linhas que circundam os limites do Coque, sejam eles do ponto de vista material ou simbólico.

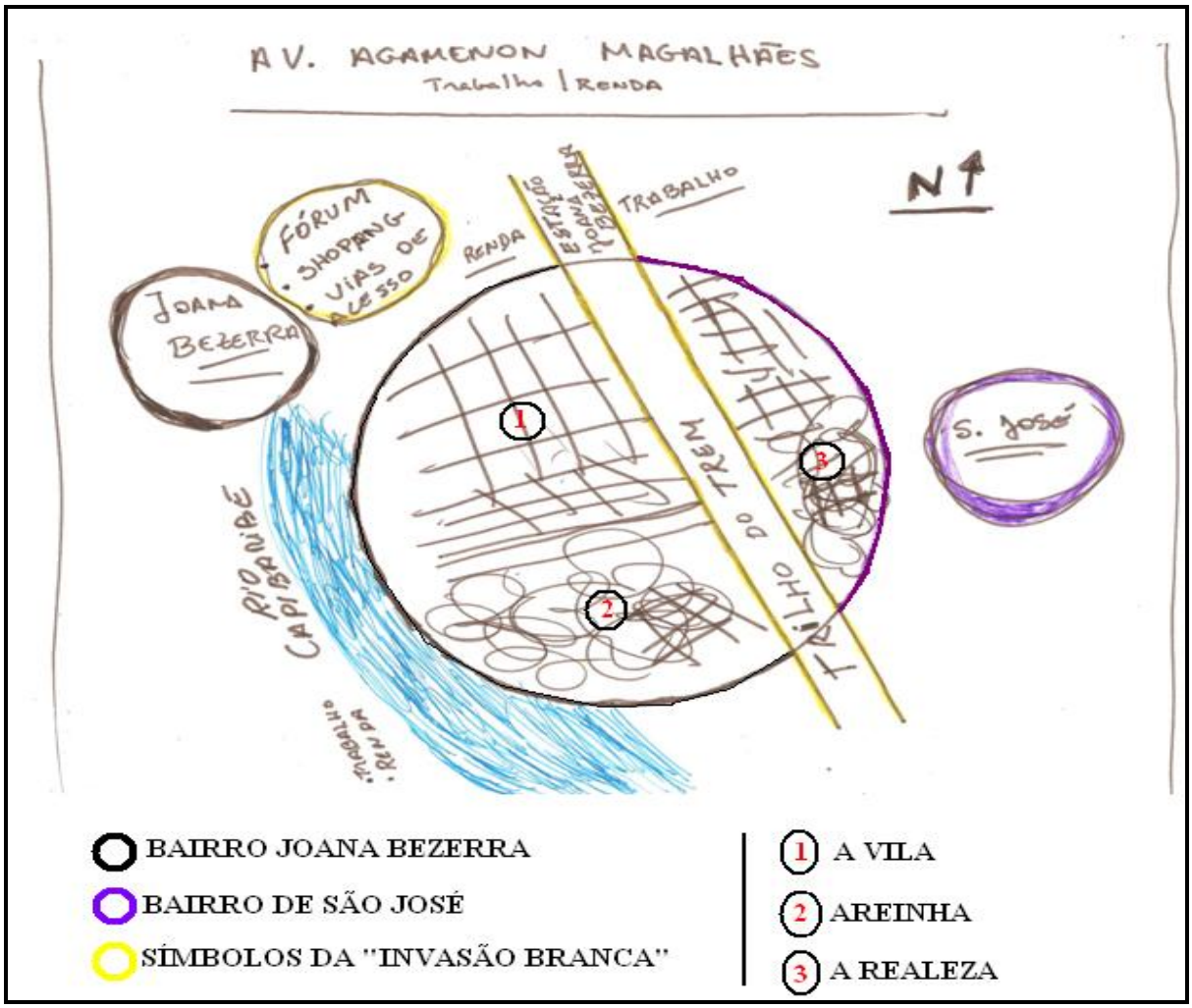


Figura 07
Croqui das representações simbólicas dos objetos espaciais caracterizando as várias faces do coque
Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo 2010

Figura 08

Imagem aérea com as delimitaçõe do coque

FONTE: BDZeis, 2007

Ainda refletindo sobre a dimensão socioterritorial do Coque, chama-se a atenção para a delimitação do bairro. O circulo representa toda a comunidade do Coque, a qual se encontra dividida por dois bairros: de Joana Bezerra e São José. Essa delimitação do ponto de vista político-estratégico para a comunidade revela-se, na opinião da autora, como um elemento negativo no comportamento e na organização dos moradores no processo de participação, inviabilizando a consolidação de relações mais próximas no sentido da solidariedade orgânica. Pois se está diante de uma junção de identidades territoriais de bairros distintos, cada qual com sua especificidade.

Dentro do Coque existe uma delimitação simbólica do lugar, que advém de uma delimitação específica para cada área. A primeira (Figura 09) corresponde a um território chamado Vila, localidade que teve origem na década de 1980, com a construção do Metrô. Algumas pessoas que moravam nesta área foram indenizadas e outras entraram para o projeto da Vila. A Vila, como é chamada, caracteriza-se pela uniformidade das habitações as quais, são padronizadas e, corresponderam ao lado do Coque mais organizado, do ponto de vista do acesso e da infra-estrutura. Os níveis de renda nesta área também são mais elevados, a população tem uma renda média de 1 salário mínimo. Nas outras áreas, essa renda não chega a um salário, segundo os dados coletados em entrevistas *in loco*.

Figura 09
Vila, um território do Coque
Foto: Débora Ferraz, 2009

A segunda área, ainda localizada no bairro de Joana Bezerra, corresponde a Areinha (figura 10). Areinha é conhecida, na dimensão externa do bairro, na do observador que vem de fora, como "as palafitas do Coque". Areinha fica localizada às margens do rio Capibaribe e é uma das localidades mais antigas do lugar.

Figura 10
Areinha um território do Coque, conhecido pelas suas palafitas
Foto: Débora Ferraz, 2009

A sua população foi adentrando para os limites do rio em detrimento da "invasão ou expulsão branca", como os moradores mesmo chamam. Muitos moradores desse território, no passado, tiveram seus mocambos demolidos, por conta de uma intervenção no rio. Esse nome foi dado devido às ocupações que foram se dando sobre a areia retirada do rio, pela prefeitura.

Quando perguntado sobre Areinha, para outros moradores do Coque, as respostas são parecidas umas com as outras: "Areinha é um lugar esquecido por Deus" (Dona Dalva, moradora da Vila; "Acho que a prefeitura nem sabe que Areinha existe" (Sr. Josias, morador da Realeza). As condições de moradia em Areinha são péssimas, e a população que vive na área quase na sua totalidade, se sustentam economicamente em função de atividades no entorno da estação Joana Bezerra, na avenida Agamenon Magalhães e no próprio rio Capibaribe, nos viveiros de camarão.

O terceiro território existente no Coque é Realeza (figura 11) a qual é a mais recente, remontando a década de 1980. Sua ocupação foi digna de notícia de jornal na época (ver apêndice 04). Apesar de ser a mais recente, disponibiliza a seus moradores melhores condições de vida que a de Areinha. Realeza também está situada às margens do rio Capibaribe possibilitando que a maioria de seus moradores tirem seu sustento do leito do rio: peixes, crustáceos, moluscos etc.

Figura 11
Realeza, um território do Coque, inserido no bairro de São José
Foto: Débora Ferraz, 2009

A identificação dos objetos e caracterização da área fizeram-se necessários, no intuito de entender as especificidades de um lugar cujas localidades têm o mesmo processo de ocupação, a mesma história de luta, embora apresente um espaço diversificado tanto pela relação entre os moradores da própria comunidade quanto pelos lugares construídos.

Notou-se um distanciamento entre os moradores dessas localidades, dificultando o fortalecimento da histórica coesão na sua organização socioespacial, durante as plenárias do OP. Que se deve, notadamente, ao tecido socioespacial fragmentado do lugar. Este é de fato

um problema grave que pode influi nas experiências dos movimentos de bairro, fragmentando-os ainda mais.

A este respeito, Castilho (2002) já nos havia chamado a atenção quando disse que territórios fragmentados influem na própria percepção e compreensão do espaço como uma dimensão fragmentada da sociedade e, por sua vez, nas próprias práticas de uso desse espaço. Desse modo, pensamos que a fragmentação socioespacial é um fato que pode destruir a coesão social, influindo negativamente na gestão do lugar, dando espaço a interesses organizacionais, isto é, dos poderes hegemônicos.

4.2.2 A Delimitação Simbólica do Coque

Como já foi visto, o Coque mostra-se bastante diferenciado e multifacetado no que diz respeito a seu recorte na estruturação territorial também colocada ao mesmo tempo, encontrou-se uma série de informações acerca das potencialidades existentes no entorno do lugar.

A primeira é que o Coque é uma comunidade localizada em dois bairros centrais, e distintos: Joana Bezerra e São José. Enquanto o primeiro é dinâmico em relação à questão do acesso aos principais pontos da cidade, trata-sede um pólo médico e é candidato a pólo jurídico da cidade; o segundo configura-se como um bairro tradicional, cultural, e dinâmico do ponto de vista do comércio.

Está aí o ponto de partida para a primeira reflexão da secção que se segue, isto é, no que concerne à questão da concepção da formação da identidade da população local como suporte de intervenção junto ao poder público, numa relação simétrica, na participação popular com conhecimento de causa.

O valor identitário local caracteriza-se como fator motivador das lutas sociais com base em um discurso que possui um caráter de luta permanente, estabelecendo-se nas ações dos movimentos sociais. Aos movimentos de bairro, o caráter identitário se dá sob forma de resistência, construída a partir do lugar de vivência e das relações de solidariedade.

Questiona-se o valor identitário do Coque dividido entre o bairro de São José, e Joana Bezerra, bem como a influência que teria esta delimitação que vai além das linhas impostas,

na organização dos moradores do Coque na perspectiva do espaço de cidadania. Sabe-se que este espaço da cidadania é inerente ao ser humano, porém é preciso que haja um conjunto de pessoas organizadas que tenham um ponto de referencia, o lugar de moradia e um objetivo comum de luta que beneficie a todos.

Durante entrevistas realizadas com moradores, constatamos que existe um desconhecimento, por algumas pessoas do local sobre os limites das quatro localidades. Existe uma relação maior entre Vila e Areinha, embora esta seja em pequena escala. Dos 15 moradores da localidade Realeza, quando perguntados se moravam no Coque, 06 responderam que não, e 03 não sabiam a delimitação correta.

Mas eles têm consciência de que fazem parte do Coque. Não estaria aqui uma possibilidade de se buscar uma articulação das práticas sociais locais pela idéia de pertença ao Coque? Não investigamos esta questão. Porém, ela pode ser considerada para a realização de outra pesquisa.

Todos os 12 moradores entrevistados da localidade de Areinha sabiam sobre a delimitação de sua área. Mas se reconheciam como Coque. Dos 12 moradores da Vila, questionados sobre a mesma pergunta, 100% reconheciam-se também como Coque, mas algumas pessoas negavam fora do lugar.

Sob a perspectiva da conformação de distintos territórios sociais, cada um destes quatro territórios estabelece redes de relações sociais que se comunicam, mas se distinguem por suas práticas, bem como pela maneira como percebem o espaço.

Os atores sociais relacionados a estes territórios entram, então, em disputa por significação e direito de uso do espaço, e esta disputa determina uma redefinição de territórios, pela disputa na hora das escolhas da realização das ações, fomentando uma disputa entre as localidades. Existe nesse contexto, assim, a negociação. “Tu mobiliza a tua área a votar na minha que na próxima eu mobilizo aqui para votar na tua”. (fala de uma liderança do Coque). Há um visível confronto de territórios, segundo as necessidades específicas, uma vez que, concretamente tem-se que privilegiar uma obra por microrregião. Esse caráter de “negociação participativa” é estimulado na gestão atual.

4.2.3 A Delimitação Objetiva do Coque

A RPA é a delimitação político-administrativa do Recife, criada nos anos de 1980, e que é usada pelo orçamento participativo. Essa delimitação objetiva se dá pela conformação e adequação dos lugares ao sistema de gestão, e não da gestão para os lugares específicos, como é o caso do Coque.

Além da fragmentação das linhas limítrofes, que dividiu o lugar em dois bairros, ainda há o problema da existência dos limites da participação, na gestão participativa, pela fragmentação, também, da própria ocupação da área. A questão aqui é sobre a eficácia dessa delimitação para casos especiais que são os dos lugares pobres é o Coque. Um exemplo é a comunidade de Areinha.

A dimensão simbólica do lugar está intimamente ligada às especificidade de um lugar, refletidas a partir das relações da população local, do seu contexto histórico e de suas dificuldades. A utilização dessa dimensão simbólica, frente à delimitação objetiva perpassa na questão de que na escala do lugar pode tornar-se um potencial no processo de participação popular que se tem hoje, tornando-a mais interessante às necessidades da população. Assim, consideramos que:

> A possibilidade de cidadania plena das pessoas depende das soluções a serem buscadas localmente, desde que, dentro da nação, seja instituída uma federação de lugares, numa nova instrumentação político – territorial, com a indispensável redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações. (SANTOS, 1992, p. 37)

"A territorialidade, considerado como a apreensão do espaço por um determinado grupo social (RAFFESTIN,1986), multiplica-se, dando origem a novos territórios que se conformam na medida em que novos grupos sociais entram em cena". Surgem assim novos sujeitos e sociabilidades, (re)significando referências sociais e espaciais e criando novas possibilidades de negociações de interesses e poderes.

Com isso, consideramos a relação, a partir do Coque, entre os principais atores identificados referentes ao processo de participação na questão local: o morador da comunidade, a liderança (delegado) e o Estado.

A identidade dos moradores do Coque é interpretada pelas especificidades do seu espaço de vivência, opondo-se ao espaço concebido pelo Estado, e esta interpretação torna-se coerente

quando se refere aos propósitos das lutas sociais e à intervenção direta do Estado. O primeiro propósito das lutas sociais no espaço urbano é a garantia do direito à terra e de acesso aos bens materiais e imateriais no próprio lugar de vivência, a sua base de vida e ações.

O segundo propósito, o do Estado, a partir de um ideário político racional-funcional, pretende-se sobrepor dois territórios pela linha do metrô, a inserção do Fórum, demolindo os mocambos, sem levar em conta os laços que uniam os moradores ao lugar.

Dentro da história de luta do Coque, o Estado esteve a todo momento presente, mas configurando a área partir do seu modo de conceber o espaço e, ao mesmo tempo, (des)configurando-o indo de encontro à concepção dos moradores, sem levar em consideração (o que existia anteriormente) no espaço, isto é, simbólico das pessoas que o construíram ao longo de sua história de vida.

O OP parece reforçar esse tipo de ação. Isto como mecanismo legal motivador da "participação", utilizado pelo Estado, poder público, como estratégia para a sobreposição racional – funcional nas delimitações dos lugares, sob o discurso da participação das pessoas pela melhoria da qualidade de vida.

> O OP é um instrumento para a própria população a auto organizar, a perceber que a participação transforma parte da sua vida, com a infra-estrutura da sua comunidade, com conquistas que antes dependiam dos outros e que agora depende da organização da população. Então o O.P é um instrumento que bem trabalhado; ele permite uma evolução na educação política da população. E esse também é nosso objetivo. (Fala do Sr. João da Costa, atual prefeito do Recife, 2009).

A partir dessa lógica, da ação pública atual, chama-nos a atenção para a interpretação desse processo pelos moradores do Coque. Quando perguntados como funciona o OP, para um total de 31 entrevistados, apenas 12 responderam que sim, porém não sabiam identificar se as limitações inerentes ao processo.

4.3 AS CONQUISTAS CONCRETAS DO ATIVISMO DE BAIRRO NO COQUE EM VISTA DA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DO CIDADÃO

Nesta seção, daremos ênfase a partir dos resultados diretos coletados durante a pesquisa de campo – pelas entrevistas aos moradores do Coque e pelo trabalho de observação *in loco* – à análise sobre as conquistas sociais para o lugar, conseguidas por mecanismos de participação, que representam saltos concretos e significativos à construção do espaço do cidadão.

Como vimos no segundo capítulo em relação ao ativismo de bairro, salienta-se que essa forma de organização social desde sempre foi uma das responsáveis pela organização e produção do espaço urbano, inclusive no do Recife. As formas de organização socioterritorial encontradas na pesquisa variam de acordo com o tipo de gestão da cidade, uma mais populista, outra mais participativa etc. Destas formas de gestão, a que nos interessa, neste momento, refere-se àquela do tipo de organização que se dá a partir da participação popular.

O Coque neste contexto torna-se referência, principalmente, por se tratar de uma comunidade que sempre esteve incluída nos processos de gestão que direcionava aos moradores o papel de autoconstrução do seu próprio lugar de vida, de acordo com suas necessidades. Mas, ao mesmo tempo, não desconsideramos a tradição daqueles moradores no que diz respeito à organização e mobilização social ao longo da história da construção daquele lugar, consolidando, também, aquele lugar como referência. Muito embora tenham ocorrido alguns empecilhos que têm dificultado a continuidade de posturas mais críticas do movimento.

4.3.1 Atualidades do Ativismo de Bairro no Coque

O Coque é uma comunidade que, como já foi mostrado, de um lado, configurou-se no centro das discussões acerca quanto à melhoria da qualidade de vida e acesso à cidade ao longo dos anos da história urbana e que, sempre, se tem destacado de forma contínua. Este lugar passou pelas diversas fases das lutas urbanas no Recife, porém é importante ressaltar que a maioria dessas lutas aconteceu na direção da conquista pelo acesso à cidade, na perspectiva de mudanças em termos de qualidade de vida, através do acesso, por exemplo, ao solo urbano, a obras de infra-estrutura urbana e a serviços de interesse social.

Embora a conquista desses bens materiais e serviços, até hoje, não tenham significado, efetivamente, uma garantia à construção do espaço do cidadão de forma concreta, ela se torna, porém, muito relevante diante do que já foi dito nesta dissertação. Nesta perspectiva, consideramos a aquisição desses bens e a forma com que eles foram conquistados, como pequenos ganhos em termos de se ter uma base, ou até mesmo, uma condição à construção do espaço do cidadão pelo menos enquanto meta. Essa premissa trona-se mais clara a partir da fala de um morador do Coque quando se questionou sobre o que se poderia reivindicar no lugar. Assim:

> Acho que a gente tem que continuar a reivindicar as mesmas coisas, no sentido da permanência da qualidade de vida, e a partir daí reivindicar mais coisas que levem o Coque ser um exemplo de luta, porque hoje o Coque é lembrado pela sua violência. Nasci e me criei no Coque e vi muita coisa mudar para melhor. Mas as coisas acabam sendo abandonadas, como é o caso dos postos de saúde. Aqui existem uns dois ou três postos, mas o povo daqui sente muito a falta de um posto com qualidade, mas não pede a qualidade daquele posto, outras coisas, entende? (Sr. João Alves, 47 anos, morador do Coque)

Desse modo, já se nota uma certa autoconsciência no que diz respeito ao que de fato é uma necessidade dos moradores do lugar, ou seja: de que vale ter muitos postos de saúde se nenhum deles prestam serviços com qualidade; o que nos aproxima de um debate que já foi colocado por H. Lefèbvre, no seu *direito à cidade* e M. Santos, no seu *espaço do cidadão*. Essa autoconsciência, conquistada ao longo da sua história de mobilização, já é um salto importante à mudança.

As formas de participação que garantiram algumas das mais importantes conquistas socioterritoriais aos moradores do Coque variam desde as organizações populares, por meio das suas associações, quando se tinha um tipo de representatividade mais "frágil" sujeita à cooptação das lideranças, pelas ações do Estado; até àquelas que, através do Prezeis e do OP, pela sua própria estrutura do modelo de gestão, permitem uma relação mais próxima entre o poder público local e a população, como um todo, de forma direta e de maneira mais clara.

Coincidentemente com a consolidação do OP durante as duas últimas gestões públicas municipais em Recife, houve um esfriamento das associações de moradores e até mesmo, em alguns casos, a extinção de algumas delas, tal como ocorreu no Coque. Não se está aqui atribuindo tal problema quanto às desarticulações das associações do Coque diretamente ao OP, pois sabemos que existem vários outros fatores que repercutem nas organizações sociais

em causa. O que nos foi dito por um dos moradores, quando questionado sobre a existência de uma associação de moradores. Assim, segundo as suas próprias palavras:

> Não existe associação de moradores desde o orçamento participativo que veio e ficou. Aí as associações foram se acabando, mas aqui no Coque existiam várias. Eu acho que tá melhor agora, porque antes a gente não sabia direito o que tava acontecendo com o Coque e com o dinheiro que era destinado para se fazer as coisas por aqui. Hoje, a gente vai lá e escolhe. Tudo é com agente mesmo. (Sr. Lindinaldo é morador na localidade de Realeza e é coordenador do OP no Coque).

O que nos preocupa, então, é o fato de que as pessoas estão vendo no OP algo já pronto e capaz de resolver todos os seus problemas locais e, o que é pior, sem efetivamente considerar as necessidades das pessoas, antes da votação das prioridades. Em um total de 31 moradores entrevistados[32], (expostos no quadro 03) [33], 15 afirmaram que essas associações não existem, e que elas desapareceram nos últimos anos. Pode-se, assim, afirmar, pelas palavras dos moradores e pela própria pesquisa de campo realizada *in loco*, que não existem mais associações de moradores, atualmente, no lugar em tela.

[32] Nesta pesquisa, consideramos, para a entrevista, os seguintes tipos de moradores:

(1) lideranças (representante do Coque no fórum do PREZEIS; coordenador do OP no Coque; Delegado do OP) – 03 entrevistados;

(2) moradores articulados com outras formas alternativas de reivindicação por melhorias de vida no Coque. Reivindicações que margeiam a escala da aquisição dos direitos dos moradores a partir dos Direitos Humanos, buscando visibilidade para o Coque a partir das potencialidades do lugar – 03 entrevistados;

(3) moradores distribuídos pelas três localidades identificadas no Coque. Sem vínculo institucional algum com o poder público local do ponto de vista formal – 25.

[33] Iremos nos utilizar deste quadro ainda no subitem a seguir.

Tabela 02 – Relação de questões acerca da participação popular no Coque

Questões sobre participação	Sim	Não	Não soube responder
Existe associação de moradores?	09	15	07
Existe algum canal de participação junto a órgãos públicos?*	26	01	04
Você participa ou fica sabendo das decisões tomadas pelos lideres comunitários durante as plenárias do O.P ou quaisquer outras decisões que envolvam o lugar?	14	11	06
Existe alguma articulação com outras comunidades durante o processo de participação?	04	15	12
Sabe como funciona o processo de participação através do OP?	07	22	02

Levantamento direto, 2009.

Os moradores que afirmaram que existe associação de moradores na área da nossa pesquisa basearam-se no conhecimento da existência de algumas entidades distribuídas e bem presentes no lugar (quadro 04), bem como no fato de se tratarem de espaços de articulação permanente. Neste caso, pode-se citar a experiência do "Grupão", entidade que realizava trabalhos sociais no intuito de organizar os moradores para reivindicar as melhorias necessárias, estimulando a comunidade a articular-se em protestos de enfrentamentos com o poder público. Entretanto, essas associações não são de fato de moradores, embora, no passado, algumas tenham atuado como tal, e outras estão ligadas a entidades externas ao lugar a exemplo de ONGs.

Entidades	Endereço
Associação defensora dos proprietários da ilha do Maruin	Realeza
Grupo de jovens	Vila
Grupo comunitário – GRUPÃO	Vila
Grupo de mães	Realeza
Grupo de crianças	Vila
Grupo dos Idosos	Realeza
FEAC – Federação de Entidades Associação Comunitária	Vila/Areinha
NEIMFA (ONG)	Vila
Grupo de Mobilização	Realeza
Grupo AAA, Alcoólicos Anônimos	Vila
Team Futebol	Realeza
UFPE- Coque VIVE	Vila
Biblioteca do Coque	Vila
Igreja Pão e Vida	Vila
MABI	Vila

Quadro 04
Entidades que se formaram no Coque
Fonte: BDZeis, 2007; levantamento direto 2009

Nota: destacamos as entidades que realmente conseguimos localizar no lugar, mediante a nossa pesquisa de campo; o Grupão, a FEAC e o Grupo de mobilização não foram encontrados por nós, embora já tenham atuado na área, conforme identificamos através das entrevistas com os moradores.

A FEAC (Federação de Entidades Associação Comunitária) tratava-se de uma associação muito forte no Coque, que foi perdendo sua força e logo se esvaziou. Era uma espécie de associação articuladora que buscava aproximar-se das outras associações de comunidades vizinhas, com o objetivo de unir forças para conseguir melhorias para as áreas envolvidas. Esse tipo de associação não existe mais no lugar com a mesma força de antes, fazendo alguns

moradores engajados do Coque a afirmarem que ela não existe mais. Porém, por outro lado, devemos destacar que a sua atuação foi tão relevante na área que ainda se faz presente no pensamento e na memória dos moradores mais antigos um sentimento de nostalgia, tal como percebemos no depoimento abaixo:

> Das associações mais recentes, que acabaram eu não sinto falta não. Sinto das antigas [FEAC!], quando a gente ia mesmo e botava pra quebrar, reivindicando as melhoras pro Coque. Com a associação de verdade a gente era muito organizado e conscientizado pra chegar pra reivindicar no nível do prefeito, sem ceder aos nossos objetivos. A gente reivindicava os documentos das casas, o calçamento das ruas. Lembro que consigo um monte de coisas. Hoje não participo do OP, porque não entendo muita coisa, e minha rua nunca teve uma obra do OP. (Sr. Rosivaldo, 72 anos, morador de Areinha no Coque).

Diante das novas formas de organização dos moradores em torno da apropriação dos direitos de viver dignamente no lugar onde escolheu para isto, as associações de moradores do Coque eram bastante expressivas e se organizavam em grandes grupos que buscavam unir-se a outras localidades, a exemplo do já extinto "Movimento em Defesa dos Favelados" e da "Assembléia dos Bairros", ambas existentes na década de 1980. Estas organizações, apesar de terem lutado mais por reivindicações, mais pontuais (por saneamento básico, pavimentação, etc.), diferenciaram-se do ponto de vista das escalas de ações no que se refere ao tipo de organização e de mobilização, isto é, não se limitavam ao lugar Coque apenas, e sua relação com o poder público dava-se com certa autonomia.

Ainda quanto à relação de entidades existentes no lugar estudado, destacamos o papel do MABI (Movimento Arrebentando Barreiras Invisíveis). Trata-se de uma organização criada no Coque, de caráter articulador, criada a partir de jovens moradores do lugar. Seu objetivo perpassa por bandeiras como a da inclusão social dos moradores do Coque. Suas bases perpassam pelas premissas estabelecidas pelos Direitos Humanos. O caráter articulador do MABI faz-se presente a partir dos trabalhos concretizados no Coque junto à UFPE (a partir de um projeto de extensão), com um projeto de caráter maior chamado Observatório de Favelas [34] e FLACSO (Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais).

[34] Localizado no Rio de Janeiro, busca articular e dialogar com as comunidades carentes do Brasil, no intuito de lhes dar visibilidade em relação ao resto da cidade, com o discurso da cidadania; e atuando sob três áreas distintas: Comunicação e Cultura, Desenvolvimento Territorial e Direitos Humanos.

Estas articulações renderam à comunidade a instauração da primeira biblioteca comunitária da cidade, localizada no Coque [35]; publicações de artigos a nível nacional e internacional, escritos pelos jovens do lugar; e exposições fotográficas revelando um Coque que muitos não conhecem fazem parte do acervo da instituição.

Embora essas entidades estejam em um patamar diferente do tipo de ativismo de bairro tradicional que existia no lugar, e das novas formas de articulação e organização do ativismo de bairro da atualidade, vale ressaltar que os seus propósitos são os mesmos, só que dados em escalas diferentes de tempo, de conscientização, de lugar e de ações (no que tange a abrangência): que é a busca do espaço de cidadania.

4.3.2 Aspectos Atuais do Processo de Participação no Coque

Nesta seção, trataremos de dados retirados de entrevistas e das impressões de campo, fazendo uma relação com alguns elementos colocados em capítulos anteriores, para explicar a partir do Coque, como se configura a participação popular. Elencamos algumas diretrizes que nos servirão de guia e nos farão analisar e mostrar que tipo de participação é de fato praticada pela comunidade. Tais diretrizes deram-se a partir de observações do processo de OP na área, bem como de questionamentos colocados acerca do processo participativo realizados com os próprios moradores e gestores públicos envolvidos.

A partir dessa lógica, chamamos a atenção para a interpretação desse processo, pelos moradores do Coque. Quando perguntados em um questionário temático acerca da participação, sobre como funciona o OP – voltemos ao quadro 03 – para um total de 31 entrevistados, apenas 07 responderam que sim. Porém não sabiam identificar as limitações inerentes ao processo, embora reconheçam e consigam perceber e visualizar as melhorias conseguidas a nível de acessibilidade através da aquisição de bens materiais de infra-estrutura urbana. Dos 31 moradores entrevistados, 26 reconhecem o OP como o canal de participação mais próximo que possibilita sua aproximação com o poder público, o que já os envolve mais no processo.

[35] Esta se articula através de um projeto de bibliotecas comunitárias, a outras comunidades como a biblioteca popular de Caranguejo Tabaiares e a do Pina. Seu intuito maior é a construção de uma consciência cidadã direcionando suas orientações às crianças e jovens do lugar.

A partir do tratamento desses dados, cabe externar algumas premissas importantes para o entendimento dos números apresentados como resultados da entrevista.

Na atualidade, as organizações nos bairros acontecem de forma temporária e imediata. Referimo-nos àquelas organizações que, como as do Coque, se vêem em um contexto de desmobilização da maioria de seus moradores. Já não existe no Coque, como vimos no item anterior, uma sede comunitária que organize e articule a população local, no sentido mesmo de se ter o espaço em que o morador possa contestar e reivindicar suas necessidades gerais, de forma permanente, mais intima.

O espaço de organização dos moradores, na atualidade, restringe-se, portanto, às temporalidades dos ciclos do OP, pelo qual se pode verificar uma quantidade muito grande de pessoas participantes, em detrimento do número de pessoas que participariam das assembléias das associações de bairro. O que aponta um grave problema na medida em que as reuniões com os delegados, que poderiam ter lugar em algum espaço comum do lugar, para se discutirem as diretrizes das ações à gestão urbana, fora da maratona do ciclo do OP, ficam esvaziadas.

De acordo com o Sr. Rodrigo Callou, técnico do OP, na Prefeitura do Recife (PR), não se exige dos delegados nada que venha a comprovar as regularidades quanto às discussões e à participação dos moradores nos seus lugares de vida; e isto porque um dos objetivos da PR, segundo ele, é o de deixar os movimentos sociais livres para decidirem. Desse modo, com as suas próprias palavras:

> Existe um limite entre a prefeitura e os movimentos, e esses limites têm de ser respeitados. Não podemos entrar nas discussões dos moradores, só quando formos chamados, e isso é um diferencial do OP.

As mobilizações são feitas pela PR, por meio de vários instrumentos de comunicação, dentre os quais destacamos os seguintes: TV, Internet, técnicos do OP que passam os informativos sobre as plenárias, no máximo uma semana antes da sua realização, e pelos próprios delegados do OP, que se colocam como lideranças, como vimos, anteriormente, configurando-se como sujeitos articuladores, mas com o risco de serem passíveis à reprodução de ideologias "conformadoras" do Estado existente. Na prática, as formas de mobilização já caracterizam uma espécie de sobreposição, de todo um aparelho Estatal que vai das mais variadas técnicas às ideologias, aos moradores, de forma padronizada.

O significado da participação nas plenárias do OP caracteriza-se por um processo banal, embora os moradores tenham a consciência da possibilidade dos retornos positivos à comunidade a partir das intervenções. O processo parece, então, muito mais um jogo de leva e traz. Isso fica claro na fala de um outro morador do Coque, cujo espírito de participação, diferentemente do seu ideário próprio, foi incorporado pelas novas formas de ativismos sociais de bairro:

> Eu participo do OP, mas não gosto de ficar até o fim não. Fui ajudar os meninos para delegado e pedi para minha vizinha preencher a ficha das coisas para ajudar a rua dela que tá precisando. Da outra vez ela votou na minha rua. Aí é assim, uma ajuda a outra. (Dona Jacilda, 37 anos, moradora do Coque)

Em sendo assim, a citação acima representa um fator interessante no processo de participação, percebido no Coque, remetendo-nos a possibilidade de construção de solidariedade, porém no sentido do compadrio, e não no da solidariedade orgânica entre as pessoas no sentido do coletivo, de se reivindicar por algo comum que beneficie a comunidade em sua totalidade. Não existe, assim, um foco nas necessidades objetivas do lugar, mas nos laços de parentesco e/ou vizinhanças. Areinha, no conjunto de imagens da figura 12, é um exemplo desse problema, tratando-se da área mais necessitada do Coque, em todos os sentidos (infra-estrutura urbana, acesso a serviços coletivos, habitação, etc.).

Figura 12
Areinha, território mais necessitado do Coque
FONTE: Débora Ferraz, 2009

A falta de participação dos moradores desse território pode ser considerada como um fator relevante para o fato de que, segundo eles mesmos, nenhuma obra do OP, desde a primeira gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) em Recife, foi realizada na área. A má fé da liderança dessa localidade também se configura em um fator dessa desmobilização e fragmentação do lugar, uma vez que este ator, utilizando-se do processo de participação, acaba fomentando uma espécie de relação, que tomamos a liberdade de chamar de "negociação participativa". Segundo Sr. Hilton, um dos moradores mais antigos de Areinha:

> Aqui é terra de ninguém, nunca vi a prefeitura colocar os pés aqui pra resolver alguma coisa, só nas eleições. Quanto ao OP, eu não participo! A gente nunca ganha nada, e a pessoa fica até desiludida. Aqui tem uma liderança que vive mais pro lado de lá, do que pro lado de cá, e só aparece aqui pra pedir para a gente ajudar a votar em outras áreas, prometendo que depois eles ajudam a votar na da gente. Eu mesmo já fui liderança, mas num era tão dedicado.

Segundo o técnico da PR, responsável pelas microrregiões que abrangem o Coque, esta é uma das comunidades que mais participa das plenárias do OP. Informação esta que foi comprovada pela autora, *in loco*, durante os três meses do ciclo do OP. Portanto,

> O Coque é uma das comunidades que mais participa. Desde que eu trabalho nessa área há cinco anos mais ou menos, chego a presenciar uma média entre 500 e 1.000 pessoas participando. Isso parece pouco diante da quantidade de moradores do Coque (40 mil pessoas), mas para nós é uma vitória. A gente dorme satisfeito em ver que nosso trabalho será concretizado em uma obra que vai beneficiar pessoas que precisam (Sr. Paulo é técnico do OP e responsável pela RPA 01)

O fato de se ter uma grande quantidade de pessoas participando do processo de autogestão do lugar, não quer dizer, necessariamente, que esteja existindo no lugar, uma mobilização e reivindicação consciente do ponto de vista da permanência das mobilizações. Essas pessoas podem ser mobilizadas a participar de algo que lhe interessa, mas sem questionar a permanência de suas ações. Um fator interessante do ponto de vista da participação no Coque, é a rapidez em que as pessoas se dispersam, voltando para casa, sem sequer verificar se suas necessidades foram eleitas, ou as mais votadas.

> Acho que o OP é uma forma da gente aproveitar que o prefeito tá nos vendo. Acho que a gente tem que mostrar nossa força, além das nossas necessidades que já são bem conhecidas pelo Recife todo. Eu participo, mas sinto falta de mais agitação, é tudo muito parado. Só com os delegados falando a gente se sente mais motivado, mas ainda acho que o povo deveria se intrometer mais e não ficar só olhando, preenchendo o papel pra escolher as ações e depois vai embora. (Sr. Rosivaldo, 72 anos, morador do Coque).

A afirmação de que a participação nas decisões políticas na gestão urbana, para se suprir as necessidades das pessoas, estaria atrelada à organização, ao diálogo com o poder público com autonomia, a partir de uma leitura crítica das necessidades básicas do lugar, ainda é válida. Porém, não se pode reconhecer somente avanços pela análise da forma de participação que foi verificada no Coque, através do comportamento dos seus moradores, diante do processo participativo. Precisa-se, neste caso, que os moradores do lugar repensem sobre a utilização desse espaço numa perspectiva de autogestão, como uma conquista e não como uma coisa banal. Assim, estar-se-á aproximando-se da meta da concretização do espaço do cidadão.

4.3.3 Conquistas Concretas do Ativismo de Bairro no Coque

Cabe, nesta seção, fazer uma exposição das conquistas concretas que foram garantidas pelo ativismo de bairro no Coque, no contexto do processo de participação popular no município do Recife. Sabemos das limitações desse processo, porém não se pode negar que o que se tem hoje de concreto, espacializado no lugar, são resultados de uma luta constante a que as populações do Recife, sobretudo aquelas moradoras de áreas pobres, estão fadadas, desde os primórdios do processo de urbanização da cidade.

A partir de algumas questões essenciais colocadas aos moradores do Coque sobre o que se reivindica nos processos de participação no lugar, antes de analisar o conteúdo das respostas dos moradores, fez-se um apanhado, considerando o período que se estende entre os anos de 2001 e 2007, das principais obras e ações direcionadas à área com base na participação no OP, através da qual se votaram em alguma das prioridades indicadas pelo poder público. (ver quadro 05)

AÇÕES	DESCRIÇÃO
Pavimentação e drenagem	19 obras concluídas e 2 em execução
Sistema viário	Construção do complexo viário Joana Bezerra
Esporte e lazer	Implantação da Academia da cidade.

Quadro 05
Principais obras/ações direcionadas ao Coque nos últimos anos
FONTE: Dados da Prefeitura do Recife /Secretaria de Orçamento Participativo

Nota: Em um total de 31 obras/ações do OP na microrregião, 21 foram direcionadas ao Coque

Podemos deduzir deste quadro, que antes da atuação do OP, havia uma situação de fortes carências em termos de infra-estrutura urbana. Daí a escolha, sobretudo, de obras no sentido de melhorar as condições de "pavimentação e drenagem", uma condição essencial ao melhoramento do ambiente de moradia, proporcionando o sentimento de satisfação, sedo este um ponto de partida para galgarem outros saltos. E isto está representado, por exemplo, pela "implantação da academia da cidade", tal como demonstra o quadro acima.

No que diz respeito às obras de "construção do complexo viário Joana Bezerra", apesar de ter beneficiado, sobretudo, os empresários ligados aos vários pólos de crescimento em torno

daquele lugar – pólo médico do Recife, pólo jurídico do Recife etc. – na medida em que se promove a articulação da área com o conjunto dos mercados metropolitanos, também os moradores do Coque usam as vias de acesso do complexo em busca da sua mobilidade espacial a fim de obter a sua renda familiar; o que acontece, na maioria das vezes, no âmbito do *circuito inferior da economia urbana* por meio de atividades realizadas nas áreas mais dinâmicas da economia urbana: flanelinhas, pequenos biscates etc.

Para os moradores do lugar em tela, essas conquistas, por mais simples e pontuais que possam parecer, têm sido essenciais à sua vida na cidade, demonstrando, concomitantemente, que existem possibilidades de obtê-las, mediante organização e mobilização. E isto, ainda que esse processo de organização e mobilização não esteja acontecendo de modo efetivamente autônomo, do que se deduz que o que é mais importante é: não ficar calado e procurar fazer algo para conseguir o seu lugar na cidade, tal como disse H. Lefebvre no seu magistral trabalho "A produção do espaço". A fala de uma moradora do Coque expressa essa satisfação quando se refere, por exemplo, à conquista da pavimentação das suas ruas (figura 13):

> A pavimentação dessa rua melhorou muito a nossa vida, antes era muito difícil sair e chegar aqui em casa quando chovia, melhorou muito, é outra coisa. Às vezes pra umas pessoas isso é uma coisa tão pequena, mas pra nós que vivemos essa luta faz tempo, isso é muita coisa. (Dona Risolene, 57 anos, moradora do Coque, Vila, na rua H).

Figura 13
Rua H, localizada na Vila, "rua de Dona Risolene
Fonte: Débora Ferraz, 2009

De acordo com o quadro 05, vimos algumas obras, que foram concluídas e que se mostraram de tamanha importância na estruturação do Coque, bem como para a melhoria das condições de vida de seus moradores, o que mais nos interessa. No que concerne, ainda, à relevância daquelas obras, dentre as quais destacamos a de pavimentação e drenagem, convém lembrar alguns dos principais aspectos inerentes ao seu *sítio geográfico* na medida em que o Coque localiza-se, também, em áreas às margens do rio que, sem as condições necessárias de drenagem, promove uma situação de insalubridade, dificultando, assim, a vida cotidiana das pessoas, sobretudo, os aspectos que podem facilitar a circulação das pessoas, o que, como vimos acima, é fundamental à procura de alternativas de trabalho e renda. Por isto, os moradores desses lugares já sentem a necessidade de não pararem, dando prosseguimento contínuo às suas lutas na cidade.

> Acho que ainda vai demorar muito pra ajeitar as coisas por aqui no Coque. A gente tem que pressionar muito mais a prefeitura. Meu desejo é, antes de morrer, ver isso tudo bonito, acho que depois de tudo que essa comunidade já passou, a gente merece. Mas a gente tem que ficar sempre em cima mesmo, senão não vê as coisas mudarem, ver minha rua assim arrumada,

> pavimentada, já é uma conquista. Minha mãe morreu e não viu essa rua desse jeito. (Betânia é moradora do Coque, na localidade da Vila).

O significativo número de ruas pavimentadas e drenadas no Coque condiz com as necessidades reais da realidade do lugar. A distribuição dessas obras aconteceu, sobretudo, nos territórios de Vila e Realeza, não por se tratarem dos dois lugares mais problemáticos do Coque do ponto de vista da ausência desses equipamentos urbanos, mas, principalmente, por terem participado mais das decisões nas ações para a área (figuras 14 e 15); situação que se difere do que acontece em Areinha, um outro território carente de investimentos públicos, mas que, apesar de ter sido constituído há muito tempo, não possui um processo de mobilização social forte.

Os bens de consumo coletivo – postos de saúde municipais, escolas municipais, creche etc. – acham-se bem localizados e distribuídos no espaço do Coque, encontrando-se, assim, em posições estratégicas no que diz respeito ao acesso aos serviços prestados. Porém, os referidos bens não se encontram em boas condições de funcionamento, não oferecendo, portando, serviços com qualidade para o povo.

Figura 14
pavimentação e drenagem de ruas da localidade da Realeza
Fonte: Prefeitura do Recife

Figura 15
Pavimentação e drenagem de rua na localidade da Vila
Fonte: Prefeitura do Recife

O quadro 06 demonstra a mais nova "conquista" [36] dos moradores do Coque, votada como prioridade durante a última plenária regional do OP, realizada em 2009. Trata-se da construção de uma policlínica no território de Vila. Durante a aplicação dos questionários, na pesquisa de campo, quando se perguntou o que se pode reivindicar para lugar, 06 dos 31 moradores responderam melhorar a saúde; o restante das pessoas ainda queria a realização de obras de habitação e pavimentação e drenagem. Isto demonstra, por seu turno, que nem sempre as escolhas feitas durante o processo do OP constituem de fato o desejo da maioria da população. E por que aconteceu? Talvez em função do tradicional elemento cultural inerente à formação urbana no nosso país, mediante o qual se vê interesses individuais sobrepondo-se sobre interesses coletivos, a exemplo do que, geralmente, ocorre quando pessoas são mobilizadas para votarem apenas no que é de interesse dos delegados.

[36] Colocamos a palavra conquista entre aspas porque este objeto espacial ainda não saiu do papel, apenas foi votado.

Tabela 03: Ação eleita no Coque para o ano de 2010

MICRORREGIÃO	PARTICIPANTES	VOTANTES	TEMA	TOTAL DE VOTOS/ TEMA
1.1	1.380	1.274	HABITAÇÃO	293
1.2	588	503	EDUCAÇÃO	406
1.3	1.206	1.122	SAÚDE	778

Fonte: Prefeitura do Recife/ Secretaria de Orçamento Participativo 2009

Defendemos, contudo, a idéia de que se deveria dar prioridade aos interesses do conjunto dos moradores do lugar, calcando-se nas condições objetivas vividas cotidianamente na área. Por isso, pensamos que as escolhas devem ser feitas a partir das relações sociais promovidas pela proximidade, e não através de manobras movidas pelos interesse pessoais de alguns delegados do OP.

Essas ações estão previstas para o ano de 2010. Daí por diante, cabe aos moradores pressionar o poder público a executá-las. Além dos parcos recursos orçamentários destinados, diante do que se propõe a fazer, correspondendo a uma porcentagem muito pequena do orçamento municipal, muitas vezes essas obras não são concluídas. Desse modo, até mesmo a obra votada poderá não se concretizar.

Por um lado colocamos que as reivindicações de caráter pontuais são formas imediatistas que não vão fomentar um ativismo de bairro permanente, visto que dizem respeito a questões que, muitas vezes, não conseguem ultrapassar os limites do bairro, no sentido mais amplo. Por outro lado, tempos de, ao mesmo tempo, considerar o fato de que é preciso suprir primeiro essas necessidades básicas para que se possa pensar, lutar e dar saltos mais significativos que beneficie, além do próprio bairro, outros lugares, no intuito da formação de redes sociais de solidariedade orgânica, ponto de partida à retomada do processo de construção do espaço do cidadão.

Portanto, é preciso pensar a partir do lugar, de suas especificidades como nos lembrou Santos (1992), através, por que não, da conquistas de pequenos ganhos; o que já foi exposto no início deste capítulo, no intuito da construção do espaço do cidadão. Desse modo, não se pode

fechar os olhos ao legado das conquistas dos moradores dos lugares pobres do Recife: pela terra, pela moradia, pelo acesso, pela conquista, enfim, de condições decentes de vida.

4.4 A PARTIR DO COQUE: OS LIMITES IMPOSTOS À CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DO CIDADÃO NA AUTOGESTÃO URBANA LOCAL

O espaço do cidadão é, como já foi dito, algo mais amplo, cuja característica principal calca-se no fato em que o espaço promove direitos iguais, qualidade de vida e justiça social; para o que uma organização espacial equitativa dos objetos espaciais faz-se fundamental. É, enfim, um lugar auto-construído pelos próprios moradores.

Mas que, ao ser construído, esbarra em uma série de limites inerentes à natureza do próprio modelo de urbanização brasileiro, fundamentado no processo de desenvolvimento extremamente histórico-geográfico desigual. Dentre esses limites, salientamos em primeiro lugar, as ações dos próprios moradores, ou até a falta delas, em alguns casos. Outro fator importante a ser destacado é o da fragmentação territorial do lugar.

A comodidade dos moradores que não participam do processo de reivindicação nas reuniões mensais, que correm, normalmente, fora dos meses do ciclo do OP, para ter a certeza que algo está sendo feito para eles, é um problema; uma vez que esses moradores, ao se acomodarem, deixam nas mãos das lideranças a escolha das ações que serão implementadas na área. Esse tipo de "delegação" é bastante pernicioso para a consolidação de um processo de desenvolvimento socioespaical com autonomia. Isso resulta no fato de que, como vimos na seção anterior, as áreas privilegiadas, às vezes, terminam sendo aquelas de interesse da liderança. Trata-se, por exemplo, do próprio Coque, já que não existe um diálogo, com autonomia mútua, entre os moradores e as suas lideranças ao longo do processo; o que se torna ainda mais grave em territórios cuja mobilização acha-se praticamente desativada a exemplo do caso de Areinha, tal como vimos.

Sobre a continuidade do processo de participação, vale a pena ressaltar que as amarras desse mecanismo de gestão, acima colocadas, não dificultam de todo a permanência das ações dos moradores. Pelo contrário, até existem brechas para essa continuidade com o OP, mas, às vezes, essa possibilidade de continuidade termina impondo limites ao sugerir datas

específicas para arrecadar número significativo de votos, normatizando todo o processo e, por conseguinte, impedindo, em certa medida, o debate em todas as suas escalas.

Outro limite a destacar reside na desarticulação das ações sociais, isto do ponto de vista da própria lógica do movimento de bairro. Um claro exemplo disto é que, no Coque, não existem relações sociais que sejam eficientes à formação de solidariedades orgânicas mais fortes. Existem formas de representatividade de lideranças sob moldes tradicionais das organizações populares, ratificando maneiras de participação "representativa", ou seja, indiretamente. Assim, é conferido a essas lideranças o poder deliberativo das ações, já que antes da "grande festa" do ciclo do OP, são apresentadas as propostas para a área, não existindo, pelo menos nitidamente, a garantia de que foi a população quem, de fato, escolheu tais ações.

No Coque, então, as reivindicações são caracterizadas pelas necessidades padronizadas pelo OP com base nas realidades globais das áreas pobres do Recife. Apesar disto, consideramos que essas conquistas em termos de bens materiais contribuem para a realização de pequenos ganhos reais, mediante os quais o espaço da cidadania poderá ser efetivamente concretizado no futuro. E isto na medida em que esses ganhos constituem mecanismos pelos quais se conquistam qualidade de vida e justiça socioespacial, frente a um problema que se arrasta por séculos na realidade do Recife.

Urge de imediato, superar esses limites – comodidade dos moradores, desarticulação social, disputa pelos parcos recursos do OP embora a prefeitura afirme que não existem disputas, dentre outros – a fim de que se possa, efetivamente, retornar o processo de construção do espaço do cidadão rumo ao desenvolvimento socioespacial.

É preciso também investir em esforços na dimensão pedagógica.do processo, pois é necessário ter consciência do papel de cada indivíduo na coletividade, sabendo questionar o processo, e encontrando os caminhos que vão conduzir ao desenvolvimento do lugar. Pois, segundo Souza (1996, p. 41), "se a maioria da população não puder participar diretamente da gestão dos recursos sócio-espaciais, não ocorrerá um pleno desenvolvimento."

É preciso reconhecer, então, que só pode haver cidade com justiça socioespacial e cidadão, a partir de uma nova apropriação do espaço urbano que incorpore os espaços populares no centro de uma agenda política voltada para a superação das desigualdades sociais.

Nesta perspectiva, mediante esta dissertação, pretendemos contribuir para que os moradores façam uma leitura crítica sobre as condições reais do lugar em que vivem, definindo suas potencialidades e suas necessidades. E isto, reconhecendo-se como agente modificador dessa realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do resultado da nossa análise, chegamos a algumas considerações as quais serão expostas logo a seguir. A priori destacaremos alguns pontos, divididos em dois tópicos de análise fundamentais, à guisa de conclusão. Lembrando que, devido à complexidade da problemática abordada neste trabalho, falar em conclusão seria demasiada pretensão por parte da autora. Dessa forma, dividimos nossas considerações finais em dois pontos: um de ordem geral, trazendo algumas considerações sobe os elementos apontados como fundamentais a pensar mais sobre os resultados da nossa abordagem; e outro de ordem mais pontual, focando os elementos que constituem nossa abordagem de forma mais direta.

Considerações de ordem Geral

- Um dos pressupostos da ideologia do modelo de gestão urbana, hoje, calcado no OP é estimular a organização e a mobilização popular através da legitimação de suas entidades, como interlocutoras da comunidade na articulação entre o governo e a sociedade.
- A bibliografia sobre os MSUs têm apontado o Estado como interlocutor privilegiado das reivindicações desses movimentos, pois para um numero significativo de atores, esta instituição política é importante elemento catalisador na formação dos MSUs. Desse modo, a incapacidade do Estado em responder às suas solicitações em termos de melhoria de vida das populações pobres foi também um estimulador desse processo.
- Questiona-se os poderes sociais e políticos dos MSUs para a transformação social efetiva, para transformar a relação de forças que se desenvolve com o Estado.
- O caráter reivindicatório marcante de suas ações impõe limites à sua atividade, na medida em que completa o ciclo exigido pela reivindicação. Ciclo que se concretiza por necessidades objetivas, e uma resposta imediata do Estado.

- Embora o modelo de gestão participativo atual da administração pública da cidade não fomente um ativismo de bairro permanente, por ser um mecanismo institucional diretamente atrelado ao Estado, é preciso que os moradores dos lugares pobres, sobretudo, de forma organizada, façam uso deste mecanismo no sentido estratégico para a garantia de seus direitos, através da argumentação do ideário de participação.

Porém, encarando este processo como algo interminável, e estando sempre em busca de mais.

- A relação entre os MSUs e o Estado se dá de forma cíclica, retroalimentativa, uma vez que o Estado não consegue suprir todas as necessidades dos MS. No contexto das reivindicações institucionalizadas, o Estado coloca-se como um "amigo" dos Movimentos, fazendo com que estes, já desgastados por vários fatores de ordem externa e interna, adotem essa estratégia do Estado.
- Desse modo, as experiências de participação em lugares de pobres têm acontecido de forma banal, em relação ao comportamento da população diante da perspectiva da organização popular.

Considerações de ordem pontual

- O espaço urbano recifense é socioespacialmente, bastante desigual, em função da forte concentração de renda, educação, saúde, infra-estrutura urbana, que constituem condições básicas para a melhoria da qualidade de vida da população. Esta situação, como está, indica distâncias significativas quanto à conquista, da condição à construção do espaço do cidadão.
- Essa situação engendrou movimentos sociais que foram, simultaneamente, de suma importância para a criação de canais de participação popular, nas ações de gestão urbana no Recife;
- O ativismo a partir do bairro, de fato, constitui relevante mecanismo, mediante o qual as populações pobres do Recife têm buscado conquistar melhor qualidade de vida e justiça socioespacial, na cidade, a partir do seu lugar;
- É a partir do seu lugar de vivência, portanto, que os movimentos de bairro, devem buscar sua unidade identitária frente às estratégias delimitadas pelas ações do Estado geralmente materializá-las para o enfraquecimento das ações desses movimentos tornando-os, como instrumentos de gestão, e não como moradores de uma determinada área específica.
- O direito à participação, pode-se dizer, representou uma conquista das populações pobres, na perspectiva da garantia dos direitos de moradia e de sua inserção na cidade,

na busca da concretização do o espaço do cidadão, ainda que como uma meta, ainda está acontecendo de forma gradual;

- O *Coque* , situado em uma das áreas mais desejadas pelo mercado imobiliário e pelo poder público, representa uma história de luta muito intensa rumo à construção do espaço do cidadão.
- Este lugar representa, dentro da cidade do Recife, um exemplo de luta das pessoas organizadas por melhoria de vida e de enfrentamentos relativos a atores externos do lugar. Ainda assim, O lugar Coque, é uma das áreas mais precárias do Recife. Os dados referentes à educação e renda são os baixos do conjunto das Zeis, das RPAs, e entre as áreas mais pobres também;
- O que também pode ser explicado por problemas relativos à própria escala do lugar. Existe uma fragmentação sócioespacial interna no lugar, caracterizada pelas diferentes faces estabelecidas a partir das intervenções do Estado no lugar ao longo do tempo.
- Não existe uma mobilização real, no sentido da participação orientada pelos próprios moradores, identificando uma mobilização a partir de uma solidariedade orgânica, ou seja, reivindicação por algo que favoreça a todos os territórios do lugar.
- Existe, portanto, por trás do processo de participação, uma manobra de politicagem entre as lideranças, provocando uma participação induzida de favores.

Podemos, então, dizer que são bastante complexas as questões acerca dos fatores que possibilitam ou não a construção do espaço do cidadão no Lugar Coque. O que também acontece em virtude da própria natureza da gestão urbana de uma cidade como o Recife, que apresenta, como qualquer outra cidade capitalista de país "subdesenvolvidos," fortes desigualdade socioespaciais.

As conquistas alcançadas pelo Coque, ao longo do tempo, independente do estar atrelado ao modelo de gestão atual, constituem, no geral, pequenos ganhos, inclusive de autonomia dos seus moradores, tendo em vista todo o processo histórico que acarretou essa conquista.

Somente com autonomia é que se conseguirá fazer algo efetivamente diferente. Com efeito, sabe-se que a autonomia é o princípio norteador para a construção do espaço do cidadão. Todavia, quando se consegue qualidade de vida e justiça social, já se tem um princípio. Algumas conquistas do Coque já lhe garantiram esse potencial, porém esse processo tem que ser considerado como algo contínuo.

Hoje, o que vemos no Coque é uma certa desmobilização socioespacial por parte dos seus moradores, no que tange, sobretudo, à participação popular nas diretrizes da gestão urbana. Ao mesmo tempo, trata-se de um lugar onde vários atores ainda atuam na perspectiva de se criar consciência de cidadania. Porém, para isto, é preciso que se invista na formação de consciência que estimule uma visão crítica acerca das condições de moradias e principalmente da perspectiva de se conseguir qualidade de vida e justiça social na cidade em termos. Condições essenciais para a criação do espaço do cidadão e, por sua vez, do desenvolvimento socioespacial.

Não obstante termos a consciência de que o espaço do cidadão nunca se concretizará, pelo menos temos que buscá-lo como meta. Nesse sentido, toda conquista que indique mais qualidade de vida, justiça social e autonomia para os recifenses, vivendo em precárias condições de vida, já nos remeterá à referida meta.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah; RAPOSO, Roberto (Trad.).(2009) .**A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária,

Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife (2005): **Prefeitura da Cidade do Recif**e (PCR)

AVRITZER, Leonardo & NAVARRO, Zander. (Orgs.). (2003) .**A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. **São** Paulo: Cortez,.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. (2000).**Nós, o povo: reformas políticas para radicalizar a democracia**. Revista Política e Sociedade, n.3, out,. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762004000200009 Data de acesso: 23/03/2009

BITOUN, Jan e ZAIDAM, Michel. (1996) **Fórum Nordeste de Participação Popular em Administrações Municipais**.

BITOUN, Jan. e MIRANDA, L. (2001) **As Zeis do Recife: Diversidade e Potencialidades**. Recife: Observatotio PE, Fase.

BOSCHI, Renato Raul; JACOBI, Pedro (1983). **Movimentos Coletivos no Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar. 179 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (1996). **A Mundialidade do Espaço**. In: MARTINS, J. S. (Org.). Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética. São Paulo: Hucitec, p. 121-134.

_____ (1996). **O Lugar no Mundo**. São Paulo: Hucitec.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de (2002). **Território e Organização Social**. In: Revista de Geografia, Recife, V, 10, nº. 1.

CASTORIADIS, Cornelius (1982). **A Instituição Imaginaria da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 418p.

CASTRO, Iná Elias de; et al (org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro

CARVALHO, Maria do Carmo A. (1998). **Participação social no Brasil hoje**. São Paulo: Polis,.

CORREA, Roberto Lobato (1995). **O Espaço Urbano**. 3º ed. -. São Paulo: Ática. 94p.

CASSOL, Claudionei Vicente (2006). **Identidade e Autonomia: Utopia necessárias para a escola publica**. Dissertação de Mestrado. UNISINOS

COSTA, Sergio. (1997) **Movimentos sociais**, **democratização e a construção de esferas publicas locais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: vol. 12, n. 35, feb. . http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid data de acesso:09/05/2009

DAGNINO, Evelina. (2004) **Sociedade civil, participação e cidadania**. **De que estamos falando?** *In*: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadania y sociedad civil em tiempos de globalizacion*.Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela. p. 95-110,. http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf

DOSSE, François (2001). **A História à Prova do Tempo: da História em Migalhas ao Resgate do Sentido**. Tradução: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora Unesp.
FASE, CENDHEC & URB (1997). **Prezeis: Manual para lideranças**. Recife: FASE.

FERREIRA, Álvaro. (2004) **A produção do espaço: entre dominação e apropriação**. **Um olhar sobre os movimentos sociais**. Artigo publicado -. Disponível em: <htpp://www.ampocs.org.br/portal/publicacoes > acesso em: 22.abr.2009.

FERREIRA, Álvaro. (2007) **A produção do espaço: entre dominação e apropriação**. **Um olhar sobre os movimentos sociais**. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de, vol. XI, núm. 245 (15). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24515.htm>. data de acesso: 06/02/2009

FONTES, Breno Augusto Souto Maior (Org.). (1999) **Movimentos sociais produção e reprodução dos sentidos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE,.

GAUDIN, Jean-Pierre. (1999) **A governança moderna, ontem e hoje**: **alguns esclarecimentos a partir das políticas públicas francesas**. Trad. Mª de Lourdes Dolabela Pereira. *In*: *Teoria & Sociedade*. UFMG, n. 4, out.

GOHN, Maria da Glória (2007) **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola,.

_____ (2008). **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola,.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. (2003) **O conceito de movimentos sociais revisitado.** Revista Redes, RS, Unisc, v.8, n3, p.105-130, set/dez

HAESBAERT, Rogério. , (2007) **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de janeiro, ed. Bertrand Brasil.

HARVEY, David (1980). **A Justiça Social e a Cidade**. Tradução Armando C. da Silva. São Paulo: Hucitec.

_____ (1993). **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultura**. Tradução Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. (2001) **Estado e políticas (publicas) sociais**. *Cadernos cedes*, ano XXI, n. 55, nov..

LEFEBVRE, Henri (1974). **A Produção do Espaço**. Paris: Armand Colin.

_____(2004). **O direito à cida**de. São Paulo: Centauro.

LACLAU, Ernesto. (2009) **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2, vol. 1, out.,1986. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm> Acesso em 02.mar..

LEAL, Suely Ribeiro. (2003). **Fetiche da participação popular**: **novas práticas de planejamento**, **gestão e governança democrática no Recife, Brasil**. Recife: Ed. do autor,.

LEITE, Socorro de Paula Barbosa Rodrigues. (2007) **Participação popular** e **acesso à moradia: as escolhas possíveis para a população removida por intervenções de melhoria urbana do Prezeis**. Recife: Ed. Universitária da UFPE,.

MASSIAH, Gustave (2005). **Os Movimentos Sociais Urbanos**. Editora Edusp. São Paulo.

MELUCCI, Alberto. (2001) **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis/Rio de Janeiro: Ed. Vozes,.

OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Mª Célia & REZEK, Cibele Saliba.(2003) **Orçamento Participativo: uma invenção da política.** *In*: VANNUCHI, Paulo; BENEVIDES, Maria Victoria; KERCHE, Fábio (Orgs.). *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Instituto Cidadania,.

PRATES, Antônio Augusto P. (1987) **Dilema institucional dos institutos de pesquisa no país**. *In*: *Ciências Sociais Hoje*: Anuário de antropologia, política e sociologia. Belo Horizonte: Vértice e ANPOCS,. pp.150-168.

RESTREPO, Luis Alberto. (1990) **A Relação entre a sociedade civil e o estado: elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na America Latina**. Tempo Social, São Paulo, 2(2): 61- 100..

RODRIGUES, Glauco Bruce; GONÇALVES, Carlos Walter Porto & SIQUEIRA Sandra Maria Marinho. **O papel dos movimentos sociais na construção de outra sociabilidade.**

SIQUEIRA, Sandra Maria. **O papel dos movimentos sociais na construção de outra sociabilidade**.In:
http://www.anped.org.br/25/excedentes25/sandramariamarinhosiqueirat03.rtf acessado em 05/12/2009

SOARES, José Arlindo Soares & SOLER, Salvador. (1992) **Poder local e participação popular**. Rio de Janeiro: ed. Rio Fundo,.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. (2001) **Los nuevos movimientos sociales**. Revista debate septiembre.
.
SANTOS, Milton (1992). **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel.
_____ (2004). **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp. 4ª ed.

SOLER, Salvador (1992). **Prezeis: Um Processo de Participação na Formação da Cidade**. Recife: CEAS Urbano.

SOUZA, Marcelo Lopes de (2000). **O desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (2002). **O Território: sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de; et al (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro

_____ (2002). **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SOLER, Salvador (1992).(1996). **A Experiência da Prefeitura do Recife**. In: LESBAUPIN, Ivo (Org), Prefeitura do Povo e para o Povo. São Paulo: Edições Loyola.

APÊNDICE 01

Cerca de 125.846 mil pessoas participaram tanto nas plenárias publicas do ciclo do OP durante os três (03) meses (agosto – novembro), que se seguiram de 2009, tantos nos locais como pela internet. Abaixo uma relação com os números de participantes e a s ações mais votadas distribuídas por microrregião. Como é de praxe, nos movimentos do ciclo do OP, os temas mais votados correspondem a obras de infra-estrutura urbana, de caráter emergencial[37].

Cada microrregião "concorre" entre si as prioridades das ações. Para cada RPA existe um conjunto de ações a serem votadas, de acordo com as necessidades exigidas dentro das temáticas sugeridas e dentro do padrão orçamentário destinado ao OP.

RPA-1 LOCALIDADE JOANA BEZERRA

MICRO	PARTICIPANTES	VOTANTES	TEMA	TOTAL DE VOTOS/ TEMA
1.1	1380	1274	HABITAÇÃO	293
1.2	588	503	EDUCAÇÃO	406
1.3	1206	1122	SAÚDE	778

OBRA CONTEMPLADA - MICRO 1.3: IMPLANTAÇÃO DA POLICLÍNICA

RPA – 02 : LOCALIDADE

MICRO	PARTICIPANTES	VOTANTES	TEMA	TOTAL DE VOTOS/ TEMA
2.1	2404	2134	SANEAMENTO BÁSICO	7778
2.2	2576	2413	CONTENÇÃO DE ENCOSTAS DE MORROS	709
2.3	2363	2206	SAÚDE	709

OBRA CONTEMPLADA MICRO 2.1 – LIBERAÇÃO DAS OBRAS DO PAC NA BACIA DO BEBERIBE

RPA – 03 LOCALIDADES: NOVA DESCOBERTA

[37] Fonte de dados disponibilizados pela prefeitura do Recife Foram sistematizados e processados pela autora.

MICRO	PARTICIPANTES	VOTANTES	TEMA	TOTAL DE VOTOS/ TEMA
3.1	1677	1604	HABITAÇÃO	1105
3.2	1	1880	TRABALHO E RENDA	1591
3.3	4568	4183	ASSISTENCIA SOCIAL	1642

OBRA CONTEMPLADA MICRO 3.3 – CONSTRUÇÃO DE CENTRO SOCIAL PARA IDOSOS

RPA – 04 – LOCALIDADES: VARZEA

MICRO	PARTICIPANTES	VOTANTES	TEMA	TOTAL DE VOTOS/ TEMA
4.1	5263	4761	SAÚDE	5553
4.2	1475	1360	LAZER/ ESPORTES	839
4.3	4331	3941	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM	7731

OBRA CONTEMPLADA MICRO 4.3- PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA JOÃO SALES MENEZES

RPA – 05 – LOCALIDADE - SAN MARTIM

MICRO	PARTICIPANTES	VOTANTES	TEMA	TOTAL DE VOTOS/ TEMA
5.1	1947	1893	HABITAÇÃO	1924
5.2	1446	1365	SAÚDE	949
5.3	2220	2074	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM	1045

OBRA CONTEMPLADA MICRO 5.1 - COMPRA DE TERRENO PARA HABITAÇÃO

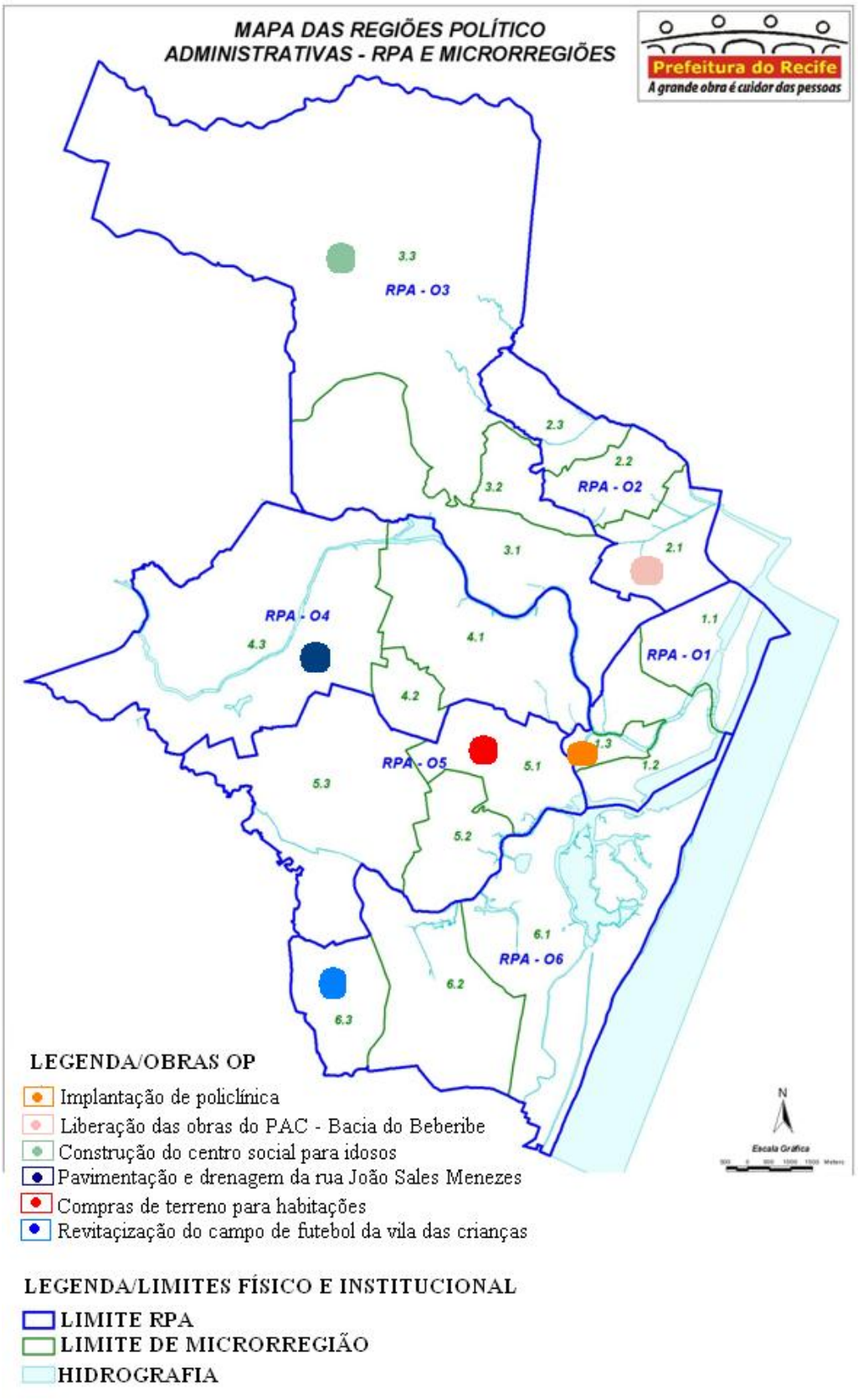
RAP- 06 – LOCALIDADE:IBURA

MICRO	PARTICIPANTES	VOTANTES	TEMA	TOTAL DE VOTOS/ TEMA
6.1	3445	3035	SAÚDE	1569
6.2	2149	1980	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM	1576
6.3	3150	2956	LAZER/ESPORTES	1805

OBRA CONTEMPLADA MICRO 6.3: REVITALIZAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DA VILA DAS CRIANÇAS

APÊNDICE 02

Distribuição espacial das obras eleita através da participação popular, a serem executadas pelo Orçamento participativo em 2010



APENDICE 03

CRONOLOGIA DA OCUPAÇÃO DO COQUE

Cronologia	Descrição do adensamento da área
1974	A ocupação da área é concentrada entre as margens da via férrea e a rua imperial. Algumas ocupações avançam em direção ao Rio Capibaribe e do manguezal até então preservado. O sistema viário do entorno se caracteriza pela conexão entre as partes norte e sul da cidade, uma herança dos primeiros do século XX.
1984	Adensamento da área sobre os manguezais e em direção à calha do Rio Capibaribe. A implantação do Conjunto Habitacional do PROMORAR (1980), reconfigura o traçado espontâneo da área, consolida e urbaniza a ocupação. O entorno se urbaniza, principalmente na Ilha do Leite, onde se percebe a verticalização de alguns edifícios e a construção do Estacionamento Joana Bezerra (1980), que visava diminuir o trânsito de veículos particulares no centro da cidade.
1997	O adensamento da região é marcante, assim como o aterro sobre as áreas de mangue e na extensão do leito do Capibaribe. A ocupação residencial consolida a localidade do Espólio de Estevinho. A ZEIS Coque conta, na época, com cerca de 4.560 moradias no seu perímetro. O entorno da comunidade afirma-se como pólo regional de serviços, principalmente médicos, o que vem atraindo novos equipamentos para o local, principalmente hospitais, consultórios médicos, etc. Tais fatos contribuem para o aumento da pressão imobiliária sobre a localidade, sem que haja alguma articulação entre esses empreendimentos e a comunidade.

APÊNDICE 04 - QUADRO: RECOTE TEMPORAL DE NOTICIÁRIOS SOBRE O COQUE

PERÍODO	NOTÍCIAS
27/03/1976	LUTA PELA TERRA: PMR PÕE ABAIXO MOCAMBOS DO COQUE PARA ALARGAR O RIO E PREVINIR CONTRA AS CHEIAS (LOCAL-ESTADUAL P. 03)
15/07/1976	FAMÍLIAS DEIXAM O COQUE E VÃO PARA O MUTIRÃO (SAÚDE/PRIMEIRO CADERNO)
19/09/1976	COQUE LUTA CONTRA A MISERIA (CAPA P. 01)
05/04/1978	MORADORES DO COQUE PEDEM MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA
06/01/1980	"REALEZA": NOVA FAVELA ÀS MARGENS DO RIO CAPIBARIBE (LOCAL/CADERNOL A, P. O9)
05/02/1980	URB DESAPROPRIA IMOVEIS AO LADO DA LINHA FÉRREA (LOCAL/CADERNOL A, P.06)
20/08/1981	FAVELADOS COBRAM PROMESSAS DE FIGUEIREDO (GERAL/CADERNOL A, P. 12)
25/10/1981	POVO DO COQUE AGORA BEBERÁ AGUA POTÁVEL (GERAL/CADERNOL)
05/03/1982	MORADORES DO COQUE LEMBRAM PORMESSAS (CADERNOL A, P. 07)
31/10/1982	PREFEITURA MUDA FISIONOMIA DO COQUE (CIDADE/CADERNOL A, P.09)
25/05/1983	COQUE: A LONGA ESPERA DA TERRA (METRÔ/CADERNO A, P. 05)
26/10/1983	PREFEITURA É INSTALADA NO COQUE (POLÍTICA/CADERNO A, P. 02)
30/10/1983	PREFEITTURA ENTREGA MAIS DE 33 CASAS NO AOS MORADORES DO COQUE (TRABALHO/HABITAÇÃO /CADERNO a, P.14)
27/12/1983	COQUE AMEAÇÃ PARALISAR A CONSTRUÇÃO DO METRÔ (CIDADE/ CADERNO a, P. 05)
09/02/1984	MÁQUINAS DERRUBAM MOCAMBOS NO COQUE (CIDADE/ CADERNO A, P. 09)
08/07/1984	FAVELAS RECLAMAM DE ISOLAMENTOS (URBANISMO/CADERNO A, P.12)
03/08/1984	MORADOR EXIGE A POSSE DO COQUE (CIDADE/CADERNO A, P.05)
04/11/1984	PRIVATIZAÇÃO DA JOANA BEZERRA DIVIDE BAIRRO (CIDADE, P.12)
25/01/1985	PROJETO SOBRE A VENDA DA ILHA É RETIRADO (CAPA, P. 01)
03/02/1985	MORADORES APROVAM SHOPPING NA ILHA (CIDADE, P. 08)
24/03/1985	ENTIDADES: JUSTIÇA IMPEDIRÁ SHOPPING (CIDADE, P. 08)
27/03/1985	POVO DECIDIRÁ EM PLEBISCITO DESTINO DA ILHA JOANA BEZERRA (CIDADE, P. 09)
14/04/1985	COQUE: UMA FAVELA QUE VIVE ULTIMOS DIAS DE MISERIA (CIDADE/CADERNO A, P. 08)
24/10/1985	COQUE: BAIRRO POBRE QUE ESPERA HUMANIZAÇÃO (CIDADE/CADERNO A, P. 09)
24/11/1985	COQUE POSSE DA TERRA, A QUESTÃO (CIDADE/CADERNO A, P. 08)
22/12/1985	PREFEITO ENTREGA MAIS UM POSTO DE SAÚDE

	ÀS FAMÍLIAS NO COQUE (CIDADE/CADERNO A, P. 12)
25/10/1989	PCR NO COQUE RATIVA O CLUBE DE MÃES (CIDADE/CADERNO A, P. 05)
19/10/1994	COQUE ESPERA DINHEIRO E A LEGALIZAÇÃO DA TERRA (CADERNOL B, P.02)
01/06/2004	COMEÇA INSTALAÇÃO DE NOVAS PASSARELAS (VIDA URBANA, P. 08)
20/04/2005	COLETIVO INVERTE LÓGICA DA EXCLUSÃO SÓCIO-CULTURAL (VIVER, P. 13)
11/12/2005	UM RECIFE DOIS MUNDOS (ESPECIAL IDH, P.13)

FONTE: coque notícias/ coque vive, 2007

APÊNDICE - 05

ROTEIRO PARA VISITA DE CAMPO (ENTREVISTA)

Objetivo: coletar, através de entrevistas, informações acerca do processo de participação de moradores de área pobre do Recife (a partir do lugar Coque) no processo de gestão orientado pelo Orçamento Participativo; bem como analisar em que medida ocorre a existência de ações táticas e estratégicas de mobilização da população, que gere um discurso, com conhecimento de causa, acerca da construção de um espaço urbano mais justo, tendo em vista a conquista do espaço do cidadão enquanto meta.

As entrevistas são direcionadas para os três perfis de atores envolvidos na pesquisa.

A) Corpo Gestor (prefeitura)
B) População local (moradores, líderes comunitários, delegados do OP)
C) Entidades (universidades, Ongs)

ORIENTAÇÃO PARA AS QUESTÕES:

- F1(folha 1) - folha de questões de caráter mais objetivo direcionada ao corpo gestor
- F2 (folha 2) - folha de questões de caráter subjetivo/objetivo, direcionada à população do Coque

RESUMO DO ROTEIRO DA F2

1 Identificação/perfil socioeconômico da população do lugar
2 Acesso serviços coletivos de ordem básica
3 Participação
4 Dialogo e enfrentamento dos discursos.

Folha 1 (F1)

APÊNDICE 06

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo

PERGUNTAS AO PREFEITO DO RECIFE JOÃO DA COSTA[38] E AO SECRETARIO DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO AMIR SCHIVARTZ[39]

Recife, 05/08/2009

Titulo da pesquisa:

O papel atual do ativismo de bairro a da participação popular na conquista do espaço do cidadão: uma experiência a partir do Coque – Recife/PE

Débora Virgínia Ferraz de Oliveira

Aluna da Pós-Graduação em Geografia - UFPE

Cláudio Jorge Moura de Castilho

Professor do Departamento de Ciências Geográfica (DCG/ UFPE)

1-o senhor acredita que o povo do recife tem a percepção da dimensão territorial do seu direito?

qual o papel do op nesse processo?

2 - o que há de "novo" no op que se diferencia das gestões anteriores?

3 - no que é que esse "novo" implica na vida das pessoas do lugar?

4 - como o senhor vê a participação do povo nesse processo de planejamento e gestão?

5 - o que se pode esperar do op?

[38] Atual Prefeito da Cidade do Recife e ex-secretario do Orçamento Participativo. O objetivo das questões é a aproximação do dialogo entre o corpo gestor e a população do Recife, acerca do processo de participação da população na gestão da cidade através do OP.

[39] Atual Secretário do OP

Folha 2 (F2)

APÊNDICE 07

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo

Questionário para os Moradores do Lugar Coque

Titulo da pesquisa:

O papel atual do ativismo de bairro e da participação popular na conquista do espaço do cidadão: uma experiência a partir do Coque – Recife/PE

Débora Virgínia Ferraz de Oliveira

Aluna da Pós-Graduação em Geografia - UFPE

Cláudio Jorge Moura de Castilho

Professor do Departamento de Ciências Geográfica (DCG/ UFPE)

QUESTIONÁRIO PARA OS MORADORES DO LUGAR COQUE

A) IDENTIFICAÇÃO/PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO DO LUGAR

Data: _____

Nº. do Questionário: _____

Área: _____

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: _____

Idade: _____

Profissão: _____

Local de trabalho: _____

Observações: _____

Folha 2 (F2)

1. Qual a renda da família?

( ) 1 salário mínimo

( ) de 2 a 4 salários mínimos

( ) acima de 4 salários mínimos

2. O grau de escolaridade do chefe da família?

( ) primeiro grau completo

( ) primeiro grau incompleto

( ) segundo grau completo

( ) segundo grau incompleto

( ) superior completo

B) PARTICIPAÇÃO

3. Existe associação de moradores?

( ) Sim 3.1 *Como você avalia o desempenho da associação?*

_____

_____

( ) Não 3.2 Qual a sua opinião para a não existência *da associação?*

_____

_____

4. Há algum canal de participação junto a órgãos públicos?

( ) Sim 4.1 Especifique?

_____

( ) Não

_____

5 Você participa ou fica sabendo das decisões tomadas pelos lideres comunitários durante as plenárias do O.P ou quaisquer outras decisões que envolvam o lugar?

( ) Sim ( ) Não

6 Você participa de algum grupo direcionado ao desenvolvimento do lugar?

(.....) sim 6.1 qual *o caráter e objetivos dessa organização?*

_____

_____

7 O que se reivindica nos processos de participação dentro do Coque?

_____

7.2 Poderia- se reivindicar mais?

(.....) Sim *que tipo de reivindicação?*

_____

_____

C) QUESTÕES REFERENTES A ACESSOS DE USOS COLETIVOS

8 Quais os serviços básicos existem na área? E avalie seu desempenho?

Serviços Básicos	**Existe**	**Não existe**	**Nível de desempenho**		
			Bom	Regular	Ruim
Saúde					
Saneamento básico					
Educação					
Transporte					
Segurança pública					
Outros. Especifique					

9 Qual o nível de acessibilidade dos seguintes serviços públicos?

Serviços Básicos	**Nível de desempenho**		
	Bom	Regular	Ruim
Transporte			
Infra-estrutura			
Equipamentos urbanos			

Folha 2 (F2)

9.1 Quais os serviços básicos faltam no lugar?

10 – Existe algum tipo de dialogo com as comunidades vizinhas?

( ) Sim *7.1 que tipo de dialogo?*

D) CONFRONTO DE DIÁLOGOS

11 O que se pode esperar do O.P na gestão atual?

12 Você vê o O.P como um fator de dialogo direto com o corpo gestor?

13 Quais as principais necessidades da população do lugar?

14 O que o O.P traz de "novo" para este lugar?

ANEXOS 01

Favelados cobram promessa de Figueiredo

Moradores do Coque deixaram, ontem, com a secretária da Casa Civil, Margarida Cantarelli, um memorial em que fazem várias reivindicações, entre elas a posse ao direito da terra, que, segundo eles, foi doada pelo presidente da República há cerca de dois anos. O documento veio endereçado ao governador Marco Maciel, que encontra-se em Brasília, tratando de assuntos políticos e administrativos.

Com a secretária da Casa Civil, uma comissão, representando os moradores, deixou o memorial e fez uma exposição sucinta dos seus problemas e também de suas reivindicações. O diálogo entre dona Margarida Cantarelli e a comissão foi assistido, pela Imprensa, que teve livre acesso à audiência.

Na conversa informal, a comissão enumerou item por item suas reivindicações e fez queixas contra a Refesa, Dnos e Prefeitura, por não prestarem informações sobre o desalojamento de várias famílias, que está em via de acontecer, mas que até o presente momento ninguém tomou conhecimento oficialmente.

Os moradores do Coque, que compareceram ao Palácio do Campo das Princesas trazendo faixas, solicitaram também da Casa Civil a presença do governador Marco Maciel na sua comunidade para um diálogo mais direto com o povo.

A secretária Margarida Cantarelli disse que tão logo o governador regresse da Capital Federal encaminhará o pleito das famílias do Coque.

Além da posse da terra, a principal reivindicação feita é no sentido de que as autoridades governamentais mantenham um diálogo mais estreito com a comunidade, principalmente no que concerne à implantação de uma linha férrea, passando por aquela área, que naturalmente precisará de locomover famílias.

Querem, ainda, que a urbanização seja procedida somente após a posse da terra.

Os problemas dos moradores do Coque foram levados ao conhecimento do governador, em exercício, professor Roberto Magalhães, pela Secretaria da Casa Civil.

Moradores levaram faixas denunciando invasão de terrenos pelo Governo

Deputado contesta atuação da Polícia

A invasão das casas em construção pela Cohab-PE em Maranguape, município de Paulista, foi abordada na sessão de ontem da Assembléia Legislativa pelo deputado Sérgio Longman (PMDB), que protestou contra a atuação da polícia, a qual "vem tentando expulsar, na base da violência, um povo faminto, desabrigado e desassistido, num retrato sem retoque deste País, diante da insensibilidade dos Governos federal e estadual".

"Estamos sentados sobre um barril de pólvora, e o quadro a que assistimos, hoje de manhã, em Maranguape, é de conflito social, com perspectiva de violência ainda maior, num regime que não resolve os problemas básicos do povo nem atende à garantia dos seus direitos. Os móveis e bens daquelas pobres famílias — frisou — estão sendo jogados no lixo, enquanto a Secretaria de Habitação quer retirá-las a todo custo. Não há diálogo com aqueles que ocuparam as casas por uma necessidade essencial de ter onde ficar".

Diante do que qualificou de "confrontação de forças entre a polícia armada e os invasores das casas, estes últimos logicamente em desvantagem", o deputado Sérgio Longman propôs a constituição de uma comissão interpartidária para expor o problema ao governador Marco Maciel e ao secretário de Habitação, "visando ao encontro de uma solução a curto prazo para o grave problema".

Luiz Vidal culpa Governo

A propósito da doação de terrenos do Coque escritura definitiva de [illegible] Areinha, porém estou seguramente informado de que essa área ja está ocu[illegible] tores mais extremados da Igreja. De sã consciência, todos deveriam ad[illegible]

20.08.1981 ▲ Geral | Cadernol A, p. 12

Moradores do Coque pedem melhor condição de vida

Maria Augusta — o casal mais antigo no Coque

(Continuação da Página A-1)

José Francisco Sotero disse ainda esperar que as autoridades se conscientizem dos problemas vividos pela gente pobre e que não tem a quem apelar.

"Para quem vive com conforto e bem-estar é bem difícil de avaliar que a gente vive aqui se confundindo com os caranguejos. Agora, muito pior, a gente se confunde com os dejetos que são jogados na lama e depois voltam para nossas casas, causando problemas de toda a ordem, fazendo irromper em nossas crianças, muitas chagas que são de difícil cura. Mas peço aos governantes que se lembrem de nós, que não se esqueçam de que existimos e de que temos direito a uma vida condigna. Nós aqui pedimos, mas não nos humilhamos e não temos medo também. Temos medo somente de Deus, que é quem existe realmente e tem sempre poder", disse José Francisco.

ENFARTE

Um dos casais mais velhos do Coque é formado pela sra. Maria Augusta da Conceição e pelo sr. José Augusto do Monte. Eles nem se lembram mais do tempo em que foram morar naquele local. Sabem que foi há muitos anos e que já sofreram bastante.

"Estamos aqui há tantos anos que nem me lembro mais. Na última enchente me preocupei tanto que tive um enfarte. Fui internado e escapei porque meu irmão gastou muito dinheiro e fez tudo para que eu me recuperasse. Mas fiquei paralítico de um lado, o que me impede de realizar grande parte de coisas. Eu e minha velha vimos sofrendo muito com essa lama que está invadindo o Coque, mas não sabemos o que vamos fazer de agora em diante, pois não temos certeza de conseguir uma casa em outro local, onde tenhamos maior conforto", disse José Augusto.

A idade do casal é de 80 anos (José Augusto) e 79 (Maria Augusta) e eles vivem em um mocambo de apenas dois cômodos, com uma neta de 10 anos.

MEDO DE CHEIA

Para dona Judite Santos de Andrade um dos grandes medos que existe é o da enchente, que segundo ela pode acontecer de uma hora para outra.

"Estou louca para sair daqui. Tenho muito medo de que uma enchente ocorra de uma hora para outra e nos deixe em situação difícil. Sempre que há cheia, saio daqui às carreiras e perco tudo. Por este problema de cheia e por essa inundação é que desejo sair daqui. [illegible] diziam que todos nós iríamos para casas do Mutirão no Janga, mas agora já soubemos que não [illegible] mais casas e que os proprietários serão indenizados e os inquilinos despejados. Nós aqui queremos [illegible] como deveremos agir e para onde [illegible] pois continuar desse jeito é impossível".

Sua vizinha, Francisca [illegible] da de Lima, disse que também não aguenta mais esta situação e que [illegible] vontade de sair do Coque o mais breve possível.

"Por mim eu me mudaria [illegible] hoje, pois não aguento mais [illegible] nessa sujeira, com os [illegible] entrar em casa. Mas tenho que [illegible] conformar um pouco. Afinal, [illegible] pobre é assim mesmo, a gente sempre está em apertos. Só que [illegible] vez o problema está ficando [illegible] sério e não sei até que ponto [illegible] deveremos suportar essa situação", [illegible] se ela.

FONTE: Coque noticia/ projeto Coque Vive, 2000